

5.1.4.b

**PROPOSTA TÉCNICA PARA O
PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESCOLHA DE
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC - Nº01/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1911.01.397/2021.56**

À
Diretoria Colegiada da RIOPRETOPREV.
Seleção Pública nº 01/2021
Proc. Administrativo nº 1911.01.397/2021.56

Prezados Senhores,

A FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROCEEE, conhecida pelo nome fantasia FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, domiciliada/estabelecida na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, à rua dos Andradas, 702, Centro Histórico, vem por meio desta apresentar proposta para atuar como gestora do Plano de Benefícios dos servidores do Município de São José do Rio Preto - SP.

Cumpre-nos informar que examinamos atentamente o instrumento convocatório e seus anexos inteirando-nos de todas as condições para a elaboração da presente proposta.

1. Experiência da Entidade

1.1 Rentabilidade da Carteira de Investimentos da EFPC nos últimos 60 meses.

Ano	Rentabilidade a.a
2020	6,59%
2019	19,91%
2018	10,47%
2017	16,29%
2016	18,26%
Taxa acumulada no período: 94,17%	

OBSERVAÇÃO: as rentabilidades dos planos previdenciários, nos últimos cinco anos, constam no Anexo, item 10.1, da Política de Investimentos, páginas 54 a 57. Acesso pelo link abaixo e no **ANEXO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**.

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/02/politica_de_investimentos_2021.pdf

1.2. Ativo Total da EFPC (em milhões de R\$) nos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Ativo sob gestão em R\$ milhões
2020	7.705,6
2019	7.598,9
2018	6.702,2
2017	6.418,8
2016	6.078,8

OBSERVAÇÃO: O Ativo Total da entidade, em 2020, está disponível nos **ANEXOS BALANÇOS PATRIMONIAIS**.

1.3. Quantitativo de participantes, patrocinadores e planos da EFPC nos últimos 5 (cinco) anos:

Ano	Quant. Participantes	Quant. de Patrocinadores/Instituidores	Quant. de Planos
2020	18.422	23	12
2019	17.960	22	12
2018	16.210	18	12
2017	15.696	16	12
2016	15.543	16	12

OBSERVAÇÃO: informações sobre o quantitativo de participantes, planos previdenciários e patrocinadores/instituidores estão publicadas no Relatório de Informações 2020 do Plano Família Previdência Associativo, páginas 28 e 29. Para cálculo dos participantes ativos, considerar o somatório das rubricas ATIVOS e EX-AUTÁRQUICOS da tabela disponível no referido relatório no link abaixo:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/04/familiaprevidenciaassociativo_rai_2020.pdf

1.4. Discriminar a Estrutura de Governança (Composição dos Órgãos Estatutários, Existência de Comitês, Comitês de Investimento, Comitês de Planos, Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos, além da experiência da entidade na administração de planos de contribuição definida.

Conselho Deliberativo: composto por 6 membros titulares e 4 membros suplentes. Haverá redução para 2 membros suplentes, em junho de 2022, após cumprimento de período de transição nos mandatos dos conselheiros.

Conselho Fiscal: composto por 4 membros titulares e 2 membros suplentes.

Diretoria Executiva: composta por 3 membros (Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Previdência).

Estatuto disponível em:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2019/08/estatuto_agosto_2019_ffp.pdf

Política de Governança disponível em:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2019/11/politica_de_governanca_outubro_2019.pdf

Comitês de Acompanhamento de Plano (CAP): compostos por representantes dos patrocinadores, instituidores e participantes.

Regulamento do CAP disponível em:

<https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Regulamento-CAP-vers%C3%A3o-01.pdf>

Regimento interno do CAP. Arquivo anexo.

Comitê de Ética: composto por membros dos conselhos, da diretoria executiva e empregados.

Código de Ética disponível em:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/08/codigo_de_etica_ffp_2021-.pdf

Comitê de Riscos, Comitê Consultivo de Investimentos e Comitê de Expansão: compostos por membros da diretoria executiva e das gerências.

Política de Investimentos disponível em:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/02/politica_de_investimentos_2021.pdf

Regimento interno do CCI. Arquivo anexo.

Controles internos e processos de gestão de riscos da EFPC: Equipe interna com sistema próprio dedicado à análise de riscos seguindo a metodologia do COSO bem como equipe dedicada à gestão da qualidade e controles internos. Entidade possui certificação de qualidade ISO 9001 atualizada em todos os processos da organização.

Experiência com planos de contribuição definida: A entidade tem experiência com planos de contribuição definida desde 2002. Atualmente, administra 8 planos previdenciários nesta modalidade. Mais informações sobre este assunto estão detalhadas no item 1.7 desta proposta técnica.

Equipe e estrutura técnica da Entidade: A Fundação Família Previdência conta com uma estrutura técnica composta por 96 colaboradores distribuídos da seguinte forma: 85 Colaboradores CLT, 9 Estagiários e 2 Jovens Aprendizizes, que administram todos os processos necessários para a gestão de planos previdenciários em nove áreas técnicas: Auditoria Interna, Gerência de Controladoria, Gerência de Relações Corporativas, Gerência Jurídica, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Investimentos, Gerência Financeira e Contábil, Gerência Atuarial e Previdenciária, Gerência Comercial e Marketing. A equipe técnica da empresa conta em seu quadro com 42 colaboradores Pós-Graduados, 5 com Mestrado. No ano de 2020, a Fundação Família Previdência recebeu a certificação do Great Place to Work Brasil por suas boas práticas em Gestão de Pessoas. A empresa realizou pesquisa de satisfação com os colaboradores estando em home office, e obteve 88 pontos no índice de confiança.

1.5. Qualificação técnica e experiência da Diretoria Executiva:

Membro da Diretoria Executiva (Nome)	Cargo/Função	Tempo de Experiência em Previdência Complementar	Formação Acadêmica
AETQ Rodrigo Sisnandes Pereira	Diretor-Presidente	4,5 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Mestre em Administração e Negócios com ênfase em Previdência Complementar. - Especialista em Direito e Prática Previdenciária. - Especialista em Gestão Pública. - Especialista em Educação Ambiental. - Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. - Graduado em Administração de Empresas.
Saul Fernando Pedron	Diretor Financeiro	3,5 anos	- Engenheiro Eletricista
ARPB Jeferson Luis Patta de Moura	Diretor de Previdência	8,9 anos	- Administrador de Empresas
Termos de Posse da Diretoria Executiva. Arquivo anexo.			

1.6. Forma de escolha dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria, Executiva e Comitê de Investimento.

A Fundação Família Previdência é regida pela Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, sendo a composição dos membros indicados pelos patrocinadores nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como na Diretoria Executiva, paritária entre os representantes dos patrocinadores e dos participantes e assistidos. Para composição da Governança é utilizado o critério de representatividade de cada patrocinador, considerando o montante patrimonial social e o quantitativo de participantes vinculado à cada patrocinador, conforme regramento contido na Política de Governança desta EFPC, disponível no Site.

Em razão das alterações estatutárias realizadas no ano de 2019, até junho/2022 a composição do Conselho Deliberativo é de dez membros, seis titulares e quatro suplentes. Após esta data, o Colegiado será composto por seis titulares e dois suplentes.

O Conselho Fiscal é composto por seis membros, sendo quatro titulares e dois suplentes.

A Diretoria Executiva da Entidade, por sua vez, é composta pelo Diretor-Presidente e dois Diretores, todos nomeados e demissíveis a qualquer época pelo Conselho Deliberativo, sendo um dos Diretores indicado pelos participantes e assistidos. Todos os membros da Governança da empresa estão devidamente certificados por instituição reconhecida pela PREVIC.

Recentemente a Fundação lançou o projeto denominado “Um Olhar para a Gestão”, que consiste na avaliação de performance da governança corporativa e seus colegiados, em um conceito de cocriação e modelo mental arrojado, com a finalidade de aprimorar o Modelo de Gestão através do desenvolvimento profissional dos Órgãos de Governança, estimulando a qualificação, capacitação e disseminação do conhecimento. A Fundação se destaca como pioneira no segmento em avaliar a performance dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e da Diretoria Executiva.

Atualmente, em razão da publicação da Resolução CNPC nº 35, publicada no Diário Oficial da União, no dia 26-02-2020, a qual dispõe sobre as diretrizes de governança para a previdência dos entes federativos de todas as entidades regidas sob a Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, esta EFPC está adequando seu Estatuto para atendimento a norma supracitada. Mais especificamente, quanto à exigência de realização de processo seletivo, para a escolha de membros da Diretoria Executiva da entidade. O processo seletivo será conduzido sob supervisão do Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, responsável pela definição das diretrizes e direcionamento estratégico da Fundação Família Previdência.

O Comitê de Investimentos é composto por empregados das áreas técnicas de investimentos, controladoria, atuarial/previdenciária, financeira/contábil e jurídica, sob coordenação do Diretor Financeiro.

1.7. Experiência da entidade em planos de Contribuição Definida.

A Fundação Família Previdência administra 8 planos de contribuição definida. Iniciou em 2002, quando assumiu a gestão do plano patrocinado CEEEPREV, criado para sua patrocinadora de origem, a CEEE. Até esta data, a entidade administrava quatro planos de benefício definido. Em 2003, passou a gerir o Plano CRMPREV, estruturado para os empregados da Companhia Riograndense de Mineração. No período de 2005 a 2010, criou três planos de contribuição definida para instituidores (sem patrocínio), o SENGE Previdência, o SINPRORS Previdência e o Família Previdência Associativo. Em 2015, criou outro plano para uma indústria do setor metalmeccânico, o INPELPREV, hoje denominado Família Previdência Corporativo. No final de 2016, assumiu a gestão de dois novos planos: o CERANPREV e o Foz do Chapecó Prev para duas empresas do setor elétrico. Atualmente (junho 2021) os oito planos de contribuição definida geridos pela Fundação Família Previdência são responsáveis por ativos na ordem de R\$ 3,7 bilhões e contam com 11.812 participantes.

Ano	Nome do Plano	CNPB
2002	CEEEPREV	2002.0014-56
2003	CRMPREV	2003.0013-11
2005	SENGE PREVIDÊNCIA	2005.0003-29
2008	SINPRORS PREVIDÊNCIA	2008.0018-65
2010	FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO	2010.0042-56
2015	FAMÍLIA PREVIDÊNCIA CORPORATIVO	2015.0009-92
2016	CERANPREV	2016.0022-47
2016	FOZ DO CHAPECÓ PREV	2016.0023-11

1.8. Canais e meios fornecidos aos patrocinadores e participantes para prestação de informações.

Extranet para acesso exclusivo do patrocinador.
Consultoria para adesão com equipe especializada em previdência.
Campanhas de comunicação para adesão. Informativos eletrônicos sobre as características do plano previdenciário e vantagens para investir nesse novo modelo de previdência.
Simuladores que apresentam uma projeção do crescimento da poupança previdenciária ao longo do tempo e simulação de benefício no plano.
Envio de informativos e extratos para acompanhamento do plano.
Central de Relacionamento presencial na sede da entidade, em Porto Alegre/RS.
Atendimento humanizado e digital (site, callcenter, autoatendimento, aplicativo para gestão do plano).
<ul style="list-style-type: none"> Site na internet: www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br

com área de acesso restrito aos participantes com senha.

- Teleatendimento: pelos telefones: 0800 51 510 2596 ou 51 3027 1221.
- Whatsapp: 51 3027 6655 para adesão de participantes e relacionamento com patrocinador.
- E-mail: faleconosco@familiaprevidencia.com.br
- Aplicativo para acompanhamento do plano: Meu Plano – disponível para as plataformas Android e iOS.

1.9. Tempo de Existência da Entidade.

A Fundação Família Previdência foi instituída em dezembro de 1979, acumulando 41 anos de experiência em previdência complementar.

Comprovação por meio do documento CADPREVIC anexo.

2. CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO PLANO MULTIPATROCINADO DE BENEFÍCIOS PROPOSTO PARA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2.1. Informar sobre a existência de comitê gestor do Plano de Benefícios multipatrocinado proposto pela EFPC para o Município, indicando a composição, atribuições, número de assentos e se há assento(s) para o patrocinador.

A Fundação Família Previdência atua com Comitês de Acompanhamento de Plano, que têm por finalidade assessorar o processo de gestão do plano previdenciário por meio do acompanhamento, análise e proposição de matérias relacionadas ao seu desempenho e evolução.

São membros efetivos do Comitê de Acompanhamento do Plano:

- O Diretor de Previdência da Fundação (coordenador do comitê).
- Até DOIS representantes da Prefeitura, sendo um obrigatoriamente participante do plano.
- UM representante eleito pelos participantes do plano.

Regulamento dos Comitês de Acompanhamento de Planos disponível em:

<https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Regulamento-CAP-vers%C3%A3o-01.pdf>

2.1.1. Entre as atribuições do comitê gestor do Plano de Benefícios, é possível constar a de deliberar sobre a forma e condições de contratação de seguros que serão oferecidos aos segurados do plano?

O Comitê de Acompanhamento do Plano debate, analisa e propõe melhorias à Diretoria Executiva, referentes às necessidades do seu plano de benefícios.

O Plano ofertado para os municípios já prevê cobertura de riscos e alterações podem ser propostas no Comitê de Acompanhamento de Plano. As decisões deste comitê são submetidas à Diretoria Executiva para aprovação, sendo a deliberação final pelo Conselho Deliberativo órgão máximo da estrutura organizacional.

É necessário celebrar um aditivo ao contrato para incluir o novo plano (novo CPNB) às coberturas de seguro.

2.2. Forma de custeio para a administração do plano por meio de taxas de administração e de carregamento, cobradas dos participantes sobre as contribuições e/ou saldo de conta. Os valores apresentados nesta proposta devem ser expressos em percentual ao ano, com duas casas decimais.

TAXA DE CARREGAMENTO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
0,00% (TAXA ZERO)	1,00% AO ANO

OBSERVAÇÃO: a taxa de administração pode ser revista anualmente para fins de redução do percentual atual.

2.3. Valor das despesas administrativas por ativo e por participante.

Classe de Investidor	Despesa Administrativa/Ativo	Despesa Administrativa/Participante
2020	0,41%	R\$ 1.729,38

OBSERVAÇÃO: visando a sustentabilidade da gestão de longo prazo, a Fundação Família Previdência possui um plano de gestão administrativa (PGA) o qual tem constituído um fundo que calcula anualmente suficiência de custeio para as despesas administrativas pelos próximos 30 anos.

O percentual e o valor descritos acima estão disponíveis no Relatório das Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, página 42. Documento publicado pela PREVIC. Acesso em:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/serie-de-estudos/10a-serie-de-estudos.pdf>

2.4 Necessidade e a forma de eventual pagamento de aporte inicial pelo Patrocinador.

A Fundação Família Previdência **NÃO** exige aporte inicial mínimo para o plano previdenciário. Caso não ocorra adesão de participantes ao plano, não haverá qualquer custo para o município. Além disso, a entidade também **NÃO** cobra taxa de performance sobre o atingimento de metas de rentabilidade.

2.5. Detalhamento dos Benefícios de Risco que serão oferecidos pelo Plano. Informar também se serão oferecidos diretamente pela Entidade ou por meio de outra instituição contratada.

Benefício por Invalidez.
Benefício por Morte do Participante ou Assistido.
Possibilidade de contratação de cobertura de Parcela Adicional de Risco, condicionada a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora.

2.6. Etapas para Implementação do Plano.

Considerando que o Plano de Benefícios FAMÍLIA PREVIDÊNCIA MUNICÍPIOS já teve seu regulamento aprovado pela PREVIC em 12/07/2021, conforme a Portaria PREVIC nº 429, de 06 de julho de 2021, a próxima etapa necessária à implementação do Plano é a celebração do Convênio de Adesão firmado entre a Fundação Família Previdência e o Município de São José do Rio Preto.

Antes, conforme disposto no Estatuto da Fundação Família Previdência, a condição do Município como patrocinador do plano de benefícios deve ser aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência.

Pelo menos de forma ordinária, a Diretoria Executiva reúne-se mensalmente em duas oportunidades e o Conselho Deliberativo em uma oportunidade, sem considerar a possibilidade da realização de reuniões extraordinárias, conforme previsto no Estatuto. Deste modo, imagina-se que a aprovação do Município de São José do Rio Preto como patrocinador será uma etapa de breve conclusão.

Em relação ao Convênio de Adesão, na hipótese de utilização do modelo disponibilizado pela PREVIC, há possibilidade de uso da ferramenta legal do licenciamento automático, de modo que este Convênio de Adesão será considerado automaticamente aprovado quando do seu protocolo no sistema da PREVIC.

Mesmo no caso do licenciamento automático, a aprovação do Convênio de Adesão por parte da PREVIC será formalizada com a publicação de portaria no Diário Oficial da União, que registrará o início da validade do instrumento a partir do protocolo no sistema da PREVIC.

Estando aprovado o Convênio de Adesão, ou mesmo já sendo considerado válido, todos os ritos formais estarão cumpridos para fins de efetivo início do Plano de Benefícios Família Previdência Municípios para os servidores públicos do Município de São José do Rio Preto.

A Fundação Família Previdência já está desenvolvendo toda a parte de sistemas corporativos para fins de operacionalização do referido Plano de Benefícios de modo que, após alinhamento do fluxo de informações mensais a serem transferidas entre a Fundação Família Previdência e o Município, o ingresso dos participantes e o recolhimento de contribuições já poderá se iniciar.

Paralelamente ao período de alinhamento do fluxo de informações, já poderá se iniciar com a divulgação do Plano para os servidores municipais.

2.7. Informar as estratégias de divulgação, os procedimentos de inscrição, as etapas, os canais e recursos ofertados para a implantação do plano e para o atingimento do público-alvo, além de listar os canais de comunicação e atendimento dos participantes.

- **Estratégias de divulgação:** criação de Campanha específica para o Município de São José do Rio Preto que irá levar em conta as características e necessidades do perfil do servidor. Neste trabalho serão estabelecidos canais tais como: página na web para adesão, destacando as características, vantagens, importância da previdência complementar para o servidor e documentação do plano (regulamento, cartilha), simulador de poupança previdenciária. Além disso, serão realizadas divulgações por e-mail, sms, whatsapp e redes sociais, informativos eletrônicos e impressos, palestras presenciais e online, evento de lançamento e oferecimento de consultoria previdenciária com nossa equipe comercial própria.
- **Procedimentos de inscrição:** a Fundação Família Previdência dispõe de diversas ferramentas para concluir o processo de adesão de seus potenciais participantes, o que possibilita a finalização de todas as etapas de forma rápida e segura.

Os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo no Patrocinador, admitidos no serviço público após o início de vigência do correspondente Regime de Previdência Complementar e cuja remuneração seja superior ao teto do RGPS, serão automaticamente inscritos no plano desde a data de entrada em exercício do RPC. Este procedimento se dará através de modelo de interoperabilidade de sistemas acordado entre a fundação e a patrocinadora.

Para os demais, a inscrição se dará com o preenchimento da Proposta de Inscrição e apresentação dos documentos exigidos pela Fundação Família Previdência, recebendo desta

a identificação comprobatória de sua condição de Participante, cópia do Regulamento do Família Previdência Municípios, Estatuto da Fundação Família Previdência, bem como os demais materiais previstos na legislação específica.

Abaixo os Canais e meios de contatos fornecidos aos potenciais participantes para adesão ao Plano:

- **Site na internet:** www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br com área de acesso restrito aos participantes com senha.
- **Central de Relacionamento:** Na sede da entidade, em Porto Alegre/RS.
- **Teleatendimento:** pelos telefones: 0800 51 510 2596 ou 51 3027 1221.
- **Whatsapp:** 51 3027 6655
- **E-mail:** euquero@familiaprevidencia.com.br
- **Equipe Comercial Própria:** Com Consultores Comerciais Especialistas em Previdência Complementar que recebem treinamento e atualização constantes.

2.8. Plano de Educação Previdenciária: Ações de educação financeira e previdenciária, os canais e ações que serão desenvolvidas pela EFPC para atender ao plano de benefícios, além dos canais e ações em curso na EFPC.

Palestras sobre as características do plano. Apresentadas para atuais e futuros participantes. Nestas oportunidades, a Fundação Família Previdência faz uma prestação de contas, demonstrando os principais resultados globais da entidade e específicos do plano previdenciário.

Curso de preparação para aposentadoria. Aberto para participantes e cônjuges, o curso de três dias, aborda temas como a reorganização do tempo livre, a importância de estabelecer novos projetos de vida, aspectos psicossociais inerentes à mudança de rotina, envelhecimento, relacionamento familiar e planejamento financeiro. O curso consolida uma série de orientações importantes para quem está planejando sair do mercado de trabalho e aproveitar sua aposentadoria com novos desafios e oportunidades.

Blog com artigos sobre educação financeira. Disponível no site do Plano Família Previdência. Apresenta dicas, comentários e orientações sobre economia, finanças e investimentos de longo prazo.

Disponível em: <https://www.familiaprevidencia.com.br/blog>

Meu Retrato. Extrato mensal com síntese das informações financeiras do plano previdenciário (saldo de conta, contribuições, rentabilidade, simulador de poupança previdenciária, além de um breve comentário sobre a conjuntura econômica e seus reflexos na rentabilidade do plano). Utiliza gráficos e tabelas que facilitam a compreensão das informações ao participante em uma plataforma web amigável disponibilizada na área de acesso restrito do participante.

Seminário Econômico. Evento anual que propõe um debate com especialistas sobre as perspectivas macroeconômicas e políticas para o ano seguinte. Anualmente, o Seminário traz economistas e cientistas políticos renomados no cenário nacional para participar do evento. Aberto à comunidade, recebe, em média, 500 pessoas por edição. Em 2021, será realizada a 23ª edição do evento.

Seminário de Previdência Caminhos para o Futuro. Evento anual que propõe uma reflexão sobre temas relevantes e tendências na sociedade, por meio de palestras com especialistas em comportamento, gestão de pessoas, finanças pessoais, previdência complementar, economia e filosofia. Aberto à comunidade, recebe, em média, 400 pessoas por edição. Em 2021, será realizada a 8ª edição do evento.

Obs.: em 2020, os eventos foram realizados em edição conjunta virtual durante dois dias no mês de novembro. Em 2021, os eventos também serão realizados em plataforma virtual.

Papo Família. Série de lives transmitidas pelas mídias sociais da Fundação Família Previdência que aborda finanças pessoais, investimentos, educação financeira e previdenciária e economia. Uma jornada de encontros com especialistas que dão dicas para o público aprender a investir e entender o cenário econômico.

Jornada Financeira. Palestras realizadas anualmente sobre investimentos e conjuntura econômica para participantes, empregados e associados vinculados às patrocinadoras e instituidores dos planos previdenciários. Em 2020 foi realizada a 5ª edição deste evento.

2.9. Informar os benefícios de Risco oferecidos pelo Plano.

Benefício por Invalidez.

Benefício por Morte do Participante ou Assistido.

Possibilidade de contratação de cobertura de Parcela Adicional de Risco, condicionada a existência de contrato vigente entre a Entidade e sociedade seguradora ou resseguradora.

2.10. Informar a modelagem do plano e os benefícios de Risco oferecidos.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

Plano Família Previdência Municípios (CNPB nº 2021.0015-47)

Plano de Contribuição Definida. Pagamento de até 13 benefícios por ano aos aposentados. O servidor define o percentual ou prazo de recebimento. Coberturas para familiares. Possibilidade de abater 12% da renda no IR.

Elegibilidade para aposentadoria – fonte: saldo de conta do participante

- Quebra de vínculo com o Patrocinador/Prefeitura.
- 120 contribuições ao Plano.
- Aposentadoria pelo Regime de Previdência ao qual está vinculado.

Antecipação: até 25% do saldo.

Renda por percentual do saldo de conta: entre 0,1% e 1,5%, em intervalos de 0,1%.

Renda em cotas por prazo certo: entre 60 e 360 meses.

Benefício mínimo: R\$ 200,00.

Percentual, prazo e opção de abono anual podem ser alterados em dezembro para valer em janeiro do ano seguinte.

Benefício de Invalidez – fonte: saldo de conta do participante.

Benefício por Morte – fonte: saldo de conta do participante.

Benefícios de risco – seguro: contratação opcional do participante, sem patrocínio do município.

Contribuição flexível: entre 0,5% até 12% do Salário de Participação. Intervalos de 0,5%.

A prefeitura define o seu limite de contribuição no plano de custeio, anualmente, acompanhando, paritariamente, as contribuições dos participantes até este limite.

O participante define o seu percentual de contribuição, observando os limites estabelecidos no Plano de Custeio e na legislação vigente.

Alteração do % de contribuição: mês de dezembro para valer em janeiro.

Regulamento disponível no site da Fundação Família Previdência no link abaixo:

https://www.fundacaofamilia previdencia.com.br/wp-content/uploads/2021/07/regulamento_familia_previdencia_municipios-1.pdf

Cartilha do Plano Família Previdência Municípios disponível em:

https://www.fundacaofamilia previdencia.com.br/wp-content/uploads/2021/07/cartilha_familia_previdencia_municipios.pdf

2.11. Informar sobre quais planos multipatrocinados são atualmente administrados e quais os patrocinadores já participantes.

A Fundação Família Previdência administra atualmente dois planos multipatrocinados conforme a tabela abaixo.

Nome do Plano	CNPB	Patrocinadores
CEEEPREV	2002.0014-56	CEEE-GT CEEE-D FUNDAÇÃO FAMÍLIAPREVIDÊNCIA
PLANO ÚNICO DA CEEE	1979.0044-47	CEEE-GT CEEE-D FUNDAÇÃO FAMÍLIAPREVIDÊNCIA

O Plano Família Previdência Municípios foi estruturado para ser multipatrocinado por entes federativos.

2.12. Informar se é Auditado por algum órgão público de controle externo, como, por exemplo, Tribunal de Contas do Estado ou da União.

Em razão das patrocinadoras da entidade serem empresas de economia mista, com participação do Estado do Rio Grande do Sul como acionista, a Fundação Família Previdência é auditada pelo Tribunal de Contas do RS.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A EFPC

3.1 Informar a Política de Investimentos, a existência de perfis de investimento, a existência de contratos de gestão com gestores internos e externos; se a gestão dos investimentos é terceirizada. Caso a gestão de investimentos seja terceirizada, há relatório circunstanciado dos gastos, acompanhamento da qualidade com metas ou descumprimento de cláusulas contratuais, e avaliação dos custos diretos e indiretos dos serviços terceirizados.

A política de investimentos está disponível no site da entidade no seguinte endereço:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/02/politica_de_investimentos_2021.pdf

A Fundação Família Previdência não dispõe de perfis de investimentos. A gestão dos recursos é feita preponderantemente pela entidade, mas conta também com gestores externos com vistas a complementariedade de estratégias e diversificação de riscos. Todo o processo de seleção de gestores externos é precedido de rigorosos filtros e diligências, onde são analisados de forma criteriosa itens quantitativos e qualitativos da instituição e posteriormente apresentados, debatidos e aprovados no Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e, no caso de Fundos do Segmento Estruturados, pelo Conselho Deliberativo. O Comitê Consultivo de Investimentos é coordenado pelo Diretor Financeiro da Entidade e composto pela Gerência de Investimentos, Gerência Jurídica, Gerencial de Controladoria, Gerência Atuarial e Previdenciária e Gerência Financeira e Contábil. O Comitê Consultivo de Investimentos tem acompanhamento contínuo dos gestores externos e, também, do Conselho Fiscal desta EFPC, seja pela sua performance ou por fatos relevantes que possam vir a ocorrer.

3.2 Informar se a EFPC possui auditoria interna, ouvidoria, canal de denúncias, manual de governança corporativa, selo de autorregulação.

A Fundação Família Previdência possui uma área de auditoria interna e um canal de denúncias acompanhado pelo Comitê de Ética. Não há uma área de ouvidoria. Os contatos dos participantes são feitos por meio da área de relacionamento.

A Política de Governança está disponível no site da entidade no seguinte endereço:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2019/11/politica_de_governanca_outubro_2019.pdf.

A entidade já aderiu ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa e está em fase final para obtenção do selo de autorregulação das EFPCs.

3.3 Informar se possui Manual de Conduta e Ética e as práticas para a Mitigação de Conflitos de Interesse.

O Código de Ética está disponível no site da entidade no seguinte endereço:

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/08/codigo_de_etica_ffp_2021-.pdf

As práticas de mitigação de conflito de interesse estão elencadas no Capítulo 5 do Código de Ética.

3.4 Informar se a EFPC divulga os valores gastos com serviços de terceiros: administradores de carteira, assessoria jurídica, atuários, auditoria independente, consultorias, contadores e outros considerados relevantes.

As despesas com serviços de terceiros estão publicadas nos Relatórios Anuais de Informações dos respectivos planos previdenciários disponíveis em área pública no site da entidade.

<https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/index.php/relatorio-anual/>

3.5 Informar se a EFPC divulga a remuneração dos conselheiros, dirigentes e administradores consolidada ou individualmente, de forma separada dos demais encargos e salários.

A entidade divulga no Relatório Anual de Informações a remuneração de conselheiros e dirigentes de forma consolidada, segmentada por órgão de governança.

Os dados podem ser acessados no Relatório de Informações 2020 do Plano Família Previdência Associativo, páginas 73-74, disponível no link abaixo.

https://www.fundacaofamiliaprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2021/04/familiaprevidenciaassociativo_rai_2020.pdf

3.6. Informar se a EFPC possui ou pretende possuir local ou estrutura de atendimento presencial aos servidores que terão interesse em aderir ao RPC no município de São José do Rio Preto. Se sim, informar como será a estrutura. Se não, informar quais serão os meios colocados à disposição dos segurados.

Após o estabelecimento do convênio de adesão a entidade compromete-se a estar presente fisicamente em São José do Rio Preto para novas adesões. Nesta oportunidade, será realizada uma análise da demanda em conjunto com a Prefeitura e o estabelecimento de estratégia de marketing e divulgação que irá englobar: evento de lançamento, campanha de esclarecimento, palestras, cursos, atendimento presencial e virtual, participação em eventos e treinamentos da área de gestão de pessoas, integrações de novos servidores e o que mais a Prefeitura de São José do Rio Preto e a Fundação Família Previdência entenderem como importantes para o processo de adesão ao plano. Além disso, atualmente a Fundação Família Previdência já realiza contatos para adesão ao plano em nossos canais eletrônicos: website, telefone, e-mail, whatsapp, videoconferência e adota processos de assinatura digital de documentos que minimizam a necessidade de contato presencial.

DADOS DA PROPONENTE

NOME: Fundação Família Previdência

RAZÃO SOCIAL: Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

CNPJ Nº: 90.884.412/0001-24


ENDEREÇO COMPLETO: Rua dos Andradas, 702, Centro Histórico, Porto Alegre - RS.
CEP 90020-004

TELEFONES: 51 3027 3113 - 51 3027 6651
51 99336 2398 - 51 99354 6770

E-MAIL: prefeituras@familiaprevidencia.com.br

VALIDADE DA PROPOSTA Novembro 2021

Porto Alegre, 09 de setembro de 2021.



Rodrigo Sisnandes Pereira
Diretor-Presidente

Responsáveis para contato com o Ente:	Daniele Mascherin Pastore	Alexandre Conte
Telefone:	51 3027 3113 51 9 9354 6770	51 3027 6651 51 9 9336 2398
E-mail:	dpastore@familiaprevidencia.com.br	aconte@familiaprevidencia.com.br



ANEXOS



FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE

C.N.P.J. Nº 90.884.412/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

R\$ mil

Ativo	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível		6.686	2.076	Exatível Operacional		14.262	18.751
Realizável		7.591.481	6.699.435	Gestão Previdencial		9.378	12.242
Gestão Previdencial		305.871	342.172	Gestão Administrativa		4.546	4.380
Gestão Administrativa	5	1.616	2.265	Investimentos	6	258	2.129
Investimentos		7.283.994	6.354.988	Exatível Contingencial		139.334	154.426
Títulos Públicos	6	4.888.820	4.359.910	Gestão Previdencial	10	107.349	123.351
Créditos Privados e Depósitos		462.853	455.748	Gestão Administrativa	10.1	2.073	1.892
Ações		667.603	779.591	Investimentos	10.2	28.912	29.143
Fundos de Investimento		1.024.850	524.288		10.3		
Investimentos Imobiliários	5.2/16.3	58.400	39.779	Patrimônio Social		7.445.364	6.529.037
Empreendimentos e Financiamentos		205.483	195.572	Patrimônio de Cobertura do Plano		7.224.110	6.332.826
				Provisões Matemáticas	13	7.262.091	6.421.818
				Benefícios Concedidos		7.354.355	6.841.893
				Benefícios a Conceder		1.193.573	995.037
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir	13.2	(1.285.837)	(1.415.112)
Permanente							
Imobilizado	7	893	704	Equilíbrio Técnico	14	(37.981)	(88.892)
Intangível		443	489	Resultados Realizados		(37.981)	(88.892)
		448	215	(-) Déficit Técnico Acumulado		(37.981)	(88.892)
				Fundos		221.254	196.111
				Fundos Previdenciais	15.1	9.511	7.873
				Fundos Administrativos	15.2	211.743	188.438
Total do Ativo		7.598.560	6.702.214	Total do Passivo		7.598.560	6.702.214

RODRIGO SISKIANDES PEREIRA
DIRETOR PRESIDENTE
C.P.F. 000.129.890-60

SAUL FERNANDO PEDRINI
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA
C.P.F. 282.963.030-87

ADRIANA CARLOS NEVES
CONTABILISTA
C.P.F. 456.436.550-05
CRC/RS 44.1628

GILBERTO GUSCHKOW VALDEZ
DIRETOR FINANCEIRO
C.P.F. 148.278.400-51

JEFERSON LUIS PATA DE MOURA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
C.P.F. 368.117.700-43

FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE

C.N.P.J. N° 90.884.412/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativo		Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Disponível</u>			3.821	6.586	<u>Exigível Operacional</u>		58.032	14.262
<u>Realizável</u>			7.700.679	7.591.481	Gestão Previdencial		9.866	9.378
Gestão Previdencial		5	291.648	305.871	Gestão Administrativa	6	5.278	4.646
Gestão Administrativa			1.858	1.616	Investimentos		42.888	238
Investimentos		6	7.407.173	7.283.994	<u>Exigível Contingencial</u>	10	136.123	139.334
Títulos Públicos			4.559.743	4.886.820	Gestão Previdencial	10.1	101.462	107.349
Créditos Privados e Depósitos			520.485	462.853	Gestão Administrativa	10.2	2.174	2.073
Ações			504.525	667.608	Investimentos	10.3	32.487	29.912
Fundos de Investimento			1.561.015	1.024.850	<u>Patrimônio Social</u>		7.511.487	7.445.364
Investimentos Imobiliários		6.2 / 6.3	34.695	36.400	Patrimônio de Cobertura do Plano		7.277.556	7.224.110
Empréstimos e Financiamentos			226.710	205.463	Provisões Matemáticas	13	7.505.749	7.262.091
					Benefícios Concedidos		7.576.819	7.354.355
					Benefícios a Conceder		1.299.016	1.193.573
					(-) Provisões Matemáticas a Constituir	13.2	(1.370.086)	(1.285.837)
<u>Permanente</u>								
Imobilizado		7	1.142	893	Equilíbrio Técnico	14	(228.193)	(37.981)
Intangível			333	445	Resultados Realizados		(228.193)	(37.981)
			809	448	(-) Déficit Técnico Acumulado		(228.193)	(37.981)
					Fundos		233.931	221.254
					Fundos Previdenciais	15.1	10.361	9.511
					Fundos Administrativos	15.2	223.570	211.743
Total do Ativo			7.705.642	7.598.960	Total do Passivo		7.705.642	7.598.960

RODRIGO SISNANDES PEREIRA
DIRETOR PRESIDENTE
C.P.F. 000.129.690-61

SAUL FERNANDO PEDRON
DIRETOR FINANCEIRO
C.P.F. 262.943.030-87





JEFFERSON LUIS PATTA DE MOURA
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA
C.P.F. 360.117.700-53

ADRIANO CARLOS O. MEDEIROS
CONTABILISTA
C.P.F. 466.436.560-87
CRC/RS 44.168

BP_REV_2020-20210318174358.pdf

Documento número #cb9a8ea9-9ec9-4a84-9856-7fd1202ba398

Assinaturas

-  RODRIGO SISNANDES PEREIRA
Assinou
-  JEFERSON LUIS PATTA DE MOURA
Assinou
-  SAUL FERNANDO PEDRON
Assinou
-  ADRIANO CARLOS OLIVEIRA MEDEIROS
Assinou

Log

- | | |
|-----------------------|---|
| 18 mar 2021, 17:44:00 | Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c criou este documento número cb9a8ea9-9ec9-4a84-9856-7fd1202ba398. Data limite para assinatura do documento: 17 de abril de 2021 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro. |
| 18 mar 2021, 17:44:01 | Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: rsisnandes@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo RODRIGO SISNANDES PEREIRA e Telefone celular *****8355, com hash prefixo 935349(...). |
| 18 mar 2021, 17:44:03 | Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: jmoura@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JEFERSON LUIS PATTA DE MOURA e Telefone celular *****9122, com hash prefixo 1fc03d(...). |
| 18 mar 2021, 17:44:04 | Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: saulp@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo SAUL FERNANDO PEDRON e Telefone celular *****1657, com hash prefixo 2cb9e1(...). |
| 18 mar 2021, 17:44:06 | Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: amedeiros@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ADRIANO CARLOS OLIVEIRA MEDEIROS e Telefone celular *****1687, com hash prefixo 7cce23(...). |

18 mar 2021, 17:45:38	SAUL FERNANDO PEDRON assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****1657 (via token), com hash prefixo 2cb9e1(...). CPF informado: 262.943.030-87. IP: 138.36.105.83. Componente de assinatura versão 1.103.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
18 mar 2021, 20:36:41	ADRIANO CARLOS OLIVEIRA MEDEIROS assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****1687 (via token), com hash prefixo 7cce23(...). CPF informado: 466.436.560-87. IP: 189.27.232.221. Componente de assinatura versão 1.103.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
18 mar 2021, 22:44:29	JEFERSON LUIS PATTA DE MOURA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****9122 (via token), com hash prefixo 1fc03d(...). CPF informado: 360.117.700-53. IP: 187.71.141.137. Componente de assinatura versão 1.103.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
19 mar 2021, 11:42:52	RODRIGO SISNANDES PEREIRA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****8355 (via token), com hash prefixo 935349(...). CPF informado: 000.129.690-60. IP: 170.246.0.50. Componente de assinatura versão 1.103.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
19 mar 2021, 11:42:53	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cb9a8ea9-9ec9-4a84-9856-7fd1202ba398.

Hash do documento original (SHA256): dbdf12b41dd7f7cbe76ebccffc428f09c96a2be95a632beafa6005c747c4829

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número cb9a8ea9-9ec9-4a84-9856-7fd1202ba398, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.

FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE

**REGIMENTO INTERNO DO
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO - CAP**

**Capítulo I
NATUREZA**

Art. 1º Este Regimento Interno visa estabelecer disposições relativas às normas gerais sobre o funcionamento dos Comitês de Acompanhamento dos Planos – CAPs, de constituição facultativa, cuja natureza classifica-se por ser um órgão de assessoramento do processo de gestão dos planos de previdência administrados pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em consonância com o Estatuto e o Código de Ética da Entidade, atendendo também as recomendações da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, na qual dispõe sobre as práticas de Governança para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Parágrafo Único. Estabelece também, a conduta de seus representantes, indicados e eleitos, e disciplina o seu funcionamento, conforme estabelece o Regulamento do Comitê de Acompanhamento do Plano, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

**Capítulo II
FINALIDADE**

Art. 2º A finalidade deste Regimento Interno é de sistematizar a composição, estabelecer a competência e as regras para o inter-relacionamento, visando a participação dos representantes dos CAPs, relacionada ao desempenho e evolução do plano de previdência nos quais estejam vinculados, administrado pela Fundação CEEE.

**Capítulo III
COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Comitê de Acompanhamento do Plano é composto:

I – Pelo Diretor de Seguridade da Fundação CEEE, que exercerá a função de Coordenador do Comitê;

**CÓPIA NÃO CONTROLADA
QUANDO IMPRESSA**

II – Por até 2 (dois) representante(s) formalmente indicado(s) por cada Patrocinador(es) ou Instituidor(es) do Plano, sendo que um dos indicados, obrigatoriamente, deverá ser participante do Plano;

III – Por 1 (um) representante eleito pelos participantes do Plano, se este for patrocinado, sendo que a eleição ocorrerá concomitante aos demais cargos eletivos da Fundação CEEE.

§ 1º No caso de impedimento temporário, compete ao coordenador dos CAPs indicar outro membro para ocupar a coordenação.

Art. 4º Os Comitês de Acompanhamento dos Planos serão constituídos no momento de sua implantação pelo Diretor de Seguridade da Fundação CEEE, e por até 2 (dois) membros representantes indicados pelo Patrocinador/Instituidor.

**Capítulo IV
MANDATOS**

Art. 5º O mandato dos membros eleitos, representantes dos CAPs, será de 4 (quatro) anos, contados a partir da data de posse.

Parágrafo Único. A posse ocorrerá após o término do processo eleitoral, juntamente com os demais gestores eleitos da Fundação CEEE.

**Capítulo V
SUBSTITUIÇÕES**

Art. 6º Os casos de substituições dos representantes do(s) Patrocinador(es), Instituidor(es) ou Participantes dos CAPs estão previstos no Artigo 9º, incisos I, II, III, IV e V do Regulamento do CAP.

Art. 7º Os representantes dos CAPs exercerão os seus mandatos de forma voluntária, sem qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento de despesas por parte da Fundação CEEE, não havendo, também, a existência de vínculo empregatício estabelecido entre o CAP, Patrocinador(es), Instituidor(es) e/ou a Fundação CEEE, em função da condição de representante do CAP.

**Capítulo VI
COMPETÊNCIA**

**CÓPIA NÃO CONTROLADA
QUANDO IMPRESSA**

Art. 8º São de competência dos representantes dos CAPs, além daquelas estabelecidas no Regulamento:

- I** – Comparecer nas reuniões;
- II** – Comunicar ao(a) Coordenador(a), sua eventual ausência;
- III** – Apresentar proposições;
- IV** – Tomar parte nas discussões dos assuntos em debates;
- V** – Justificar o voto, caso este seja contrário ao da maioria;
- VI** – Pedir vistas dos processos;
- VII** – Relatar as matérias que lhe forem distribuídas.

**Capítulo VII
CAPACITAÇÃO**

Art. 9º A Fundação CEEE poderá propiciar aos representantes do CAP a capacitação para o rápido entendimento da metodologia adotada, uniformizando procedimentos, bem como, proporcionando todas as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades sob sua responsabilidade, através de palestras e cursos organizados e ministrados pelo corpo técnico da Fundação CEEE.

Parágrafo Único. As demais despesas relativas a participação em reuniões, qualificação, treinamento, eventos relacionados ao plano de previdência, além de outras afetas às atividades do CAP, serão custeadas pelo Patrocinador/Instituidor.

**Capítulo VIII
REUNIÕES**

Art. 10 Os CAPs reunir-se-ão, semestralmente, conforme calendário sugerido pelo(a) Coordenador(a), e aprovado pelos representantes indicados e eleitos, e, extraordinariamente, quando convocados pelo(a) Coordenador(a) ou pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Primeiro - A convocação das reuniões ocorrerá por meio eletrônico diretamente aos representantes dos CAPs, sendo as ordinárias com antecedência mínima de três (3) dias úteis, e as extraordinárias, com o prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**CÓPIA NÃO CONTROLADA
QUANDO IMPRESSA**

Parágrafo Segundo - O Patrocinador/Instituidor poderá solicitar, em qualquer tempo, reuniões extraordinárias para tratar de assuntos de seu interesse, mediante ofício encaminhado ao Coordenador do Comitê.

Art. 11 O “*quorum*” mínimo para instalação da reunião está estabelecido no Artigo 10, § 1º do Regulamento do CAP.

Art. 12 Todos os representantes que compõem o CAP terão direito ao voto, a ser exercido nas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 13 As decisões do CAP deverão ser tomadas por maioria simples de votos dos seus membros representantes, sendo que o(a) Coordenador(a) terá, além do voto pessoal, o voto de qualidade.

Art. 14 A Fundação CEEE disponibilizará sua estrutura física para as reuniões do CAP.

Parágrafo Único. As reuniões poderão ocorrer, também, na sede do Patrocinador(es) ou Instituidor(es).

Art. 15 A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAP deverá ser encaminhada, anexa à convocação, pelo(a) Coordenador(a).

Art. 16 A duração da reunião será previamente estabelecida em pauta, atendendo o tempo necessário ao exame de todos os assuntos incluídos na ordem do dia.

Art. 17 Dos registros da reunião ordinária ou extraordinária será lavrada ata, na forma sumária contendo:

- I – A data da reunião (dd/mm/aa) e hora de início;
- II – A indicação nominal dos membros presentes;
- III – A transcrição dos assuntos submetidos à análise;
- IV – O resultado das análises e proposições;
- V – O horário de encerramento da reunião.

Art. 18 As atas serão digitadas e numeradas em ordem crescente, e arquivadas na Secretaria Geral por prazo indeterminado.

Art. 19 As atas das reuniões deverão ser assinadas pelo(a) Coordenador(a) e pelos demais representantes do CAP com direito a voto, no final de cada reunião, impreterivelmente, cuja cópia será disponibilizada a estes, bem como encaminhada à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Fundação CEEE, para conhecimento e providências.

Art. 20 A Diretoria Executiva da Fundação CEEE será, obrigatoriamente, convidada a participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAP, sendo permitido também que outras pessoas possam participar na condição de “especialmente convidadas”, desde que autorizadas pelo(a) Coordenador(a), possibilitado aos convidados fazer uso da palavra, pelo tempo que lhes for concedido, mas, em nenhuma hipótese, terão direito a voto.

Capítulo IX ENCAMINHAMENTOS

Art. 21 A Secretaria Geral tabulará a(s) matéria(s) prevista(s) na Ata do CAP, entregando-a(s), posteriormente, para o(a) Coordenador(a) que será responsável por encaminhá-la(s) à Diretoria Executiva.

Art. 22 A Diretoria Executiva, ao receber a(s) matéria(s) tabulada(s), analisará a viabilidade das proposições e, caso entender necessário, poderá solicitar o auxílio técnico, de natureza atuarial, econômica e/ou legal, para a emissão de Parecer.

Art. 23 Caso a Diretoria Executiva encaminhe a(s) matéria(s) para a área responsável, o retorno com a entrega do Parecer deverá ocorrer dentro de um prazo de até 30 (trinta) dias, podendo este ser prorrogado por igual período, de acordo com a complexidade da demanda.

Parágrafo Único. O pedido de prorrogação de prazo feito pela área envolvida deverá ser direcionado à Diretoria Executiva.

Art. 24 Após a entrega do Parecer, a Diretoria Executiva emitirá um Relatório Final Consolidado, de acordo com as seguintes hipóteses:

I – Se a decisão for procedente e estiver no âmbito de competência da Diretoria Executiva, a(s) proposição(ões) pode(rão) ser implementada(s);

II – Se a decisão for procedente e não estiver no âmbito de competência da Diretoria Executiva, a(s) proposição(ões) será(ão) encaminhada(s) ao Conselho Deliberativo;

III – Se a decisão for improcedente a(s) proposição(ões) dar-se-ão por encerradas no âmbito da Diretoria Executiva.

Art. 25 Na abertura da reunião ordinária subsequente ao encaminhamento da(s) matéria(s), o(a) Coordenador(a) informará aos representantes dos CAPs, sobre a decisão destas que foram emanadas pela Diretoria Executiva e/ou pelo Conselho Deliberativo.

Capítulo X

APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 26 O CAP, no desenvolvimento de seus trabalhos, terá o apoio administrativo da Secretaria Geral da Entidade, à qual incumbe:

- I** – Receber do(a) Coordenador(a) os assuntos, incluindo-os na pauta;
- II** – Enviar, por *e-mail*, em nome do Coordenador(a) do CAP, a convocação, a pauta e a documentação suporte da reunião aos membros efetivos dos Comitê;
- III** – Prestar assistência nas reuniões;
- IV** – Lavrar as atas das reuniões;
- V** – Redigir, por solicitação de qualquer um dos representantes do CAP, votos que tenham sido verbalmente apresentados nas reuniões;
- VI** – Registrar o comparecimento dos representantes nas reuniões;
- VI** – Manter arquivos em meio digital dos documentos do CAP.

Art. 27 No desenvolvimento de seus trabalhos, o CAP contará com o apoio dos demais órgãos que compõem a estrutura técnico-administrativa da Entidade.

Capítulo XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Os casos omissos neste Regimento serão objetos de apreciação, discussão e votação na Diretoria Executiva, respeitando-se o Estatuto e Regulamentos da Fundação CEEE, a legislação vigente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, além dos princípios éticos e da boa conduta, compatíveis com a tradição e respeitabilidade pública da Fundação CEEE.

Art. 29 Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria Executiva.

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS - CCI

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º Este Regimento Interno visa estabelecer disposições relativas às normas gerais sobre o funcionamento do Comitê Consultivo de Investimentos – CCI, de constituição facultativa, cuja natureza classifica-se por ser um órgão de assessoramento do processo de gestão dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, em consonância com o Estatuto e a Política de Investimentos, atendendo também ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661, de 25 de maio de 2018, a qual dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 2º A finalidade deste Regimento Interno é de sistematizar a composição do Comitê e estabelecer as regras para o funcionamento do mesmo.

Art. 3º É competência do CCI, o assessoramento do processo de gestão por meio do acompanhamento, análise e recomendação de matérias relacionadas às carteiras de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, de acordo com o Artigo 80 do Estatuto da Entidade. As referidas matérias são encaminhadas pela Diretoria Financeira, conforme estabelece o parágrafo 1º do Artigo 36 do Estatuto da Entidade, de forma que o CCI elabora recomendações à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo, para deliberações nas alçadas de suas respectivas competências.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CCI é composto por 5 (cinco) membros com direito a voto, definidos na Política de Investimentos, dentre eles obrigatoriamente o(a) Diretor(a) Financeiro(a), ou seu(sua) substituto(a) regulamentar, o(a) qual será o coordenador do comitê, bem como o(a) Gerente de Investimentos. Os eventuais substitutos dos membros efetivos, com exceção do coordenador do CCI, serão definidos na primeira reunião de cada ano, dentre os membros de sua Gerência e registrados em ata. Eventuais substituições posteriores poderão ocorrer, condicionadas ao registro em ata de reunião ordinária do CCI.

§ 1º As reuniões do CCI ocorrerão com, no mínimo, 4 (quatro) membros com direito a voto, sendo obrigatória a presença do Coordenador do CCI ou seu substituto(a) regulamentar e do Gerente de Investimentos;

§ 2º A aprovação das matérias apresentadas nas reuniões do comitê se dará por maioria simples, cabendo ao Coordenador do CCI o eventual voto de desempate;

§ 3º Os demais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão convidados a participar das reuniões do CCI, sem direito a voto;

§ 4º A critério do Coordenador do CCI, outros convidados poderão participar eventualmente do CCI, sem direito a voto;

§ 5º É obrigatória a certificação para todos os membros do CCI com direito a voto e do seu (sua) substituto(a) designado(a), conforme legislação aplicável.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 5º As reuniões ordinárias serão realizadas uma vez por mês, enquanto que as reuniões extraordinárias serão efetuadas sempre que houver necessidade.

§ 1º Nas reuniões ordinárias serão apresentados pela Gerência de Investimentos - GIN, no mínimo, os seguintes assuntos:

I - O cenário econômico, os resultados da carteira de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade e do PGA, os fluxos de caixa, a proposta de alocação de recursos, as alçadas de investimento, assuntos relacionados a investimentos realizados e/ou a realizar, bem como eventuais desinvestimentos, entre outras matérias;

II - relatório contendo as visitas do mês anterior com os fornecedores;

III - Na última reunião ordinária de cada ano, a GIN apresentará sugestão de calendário de reuniões ordinárias para o ano seguinte.

§ 2º A área que tenha assunto ao qual o Comitê de Investimentos tenha por atribuição recomendar posicionamento à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo, deverá realizar a elaboração do material bem como a apresentação da matéria;

§ 3º A área responsável pelo assunto pautado, quando houver a necessidade de avaliação de outras áreas pertinentes, deverá solicitar parecer sobre o assunto a ser submetido na reunião;

§ 4º A GIN será responsável por listar os assuntos a serem incluídos como pauta para a aprovação do Coordenador do CCI. No caso de assuntos com título “relato”, os mesmos deverão ser inseridos no item de Assuntos Gerais, constando o mesmo em Ata. Desta forma, novos investimentos ou desinvestimentos, bem como anuir investimentos realizados, não poderão ser destacados como matérias de “relato”;

§ 5º A GIN envia a pauta ao Coordenador do CCI, por e-mail, para aprovação, com cópia para a Gerência de Relações Corporativas - GRC, indicando a data e hora limite para homologação pela Diretoria Executiva e, quando necessário, pelo Conselho Deliberativo;

§ 6º Após a aprovação, o Coordenador do CCI somente poderá incluir ou retirar assunto da pauta mediante encaminhamento de notificação à GRC contendo a justificativa para ciência dos membros do CCI, da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, com posterior registro da respectiva justificativa em Súmula da Ata e Ata da reunião do comitê;

§ 7º Todo o assunto proposto para ser pautado na reunião do CCI deve ser acompanhado de Relatório Técnico, elaborado pelas áreas responsáveis, com recomendação de decisão pela área responsável pela pauta. O Relatório Técnico poderá ser substituído por material de apoio em matérias que não envolvam decisões de investimentos ou desinvestimentos;

§ 8º Excepcionalmente, poderá ser convocado CCI em até 24 (vinte e quatro horas), justificando a necessidade e urgência em Pauta, Súmula da Ata e Ata da reunião. Neste caso, os prazos para envio das convocações e convites respeitará este mesmo prazo, informando a excepcionalidade da convocação.

Art. 6º A convocação das reuniões será realizada pela GRC, através de e-mail, com prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis da reunião, sendo obrigatória a presença dos membros com direito a voto ou de seu substituto designado;

Parágrafo Único As eventuais ausências dos membros com direito a voto e de seu(sua) substituto(a) deverão ser justificadas em Súmula e Ata da reunião.

Art. 7º Os materiais inerentes aos assuntos das reuniões, tais como Relatório Técnico, materiais de apoio, Pareceres das Gerências e demais documentos, deverão estar disponíveis na rede e-prev e link externo do CCI, prioritariamente, 1 (um) dia útil antes do início das reuniões. Após, a GIN disponibilizará na rede e-prev o material relativo à reunião, comunicando, via e-mail, aos membros do CCI, GRC e colaboradores da célula de controle de investimentos da Gerência de Controladoria - GC.

Art. 8º É vedada a abstenção dos membros do CCI nas votações, devendo os votos contrários à recomendação da área responsável pela pauta da reunião ser registrados em Súmula da Ata e Ata, com as devidas justificativas.

Art. 9º Desejando que conste em Ata suas considerações, o membro do CCI com direito a voto deverá, durante a reunião, comunicar ao Coordenador do CCI a sua vontade, enviando em até 48 (quarenta e oito) horas sua manifestação por escrito ao Coordenador e ao Secretário do CCI.

Art. 10 A presença dos membros do CCI com direito a voto e convidados à reunião será registrada em livro próprio de presenças, onde constará a assinatura dos mesmos, sendo de responsabilidade da GIN providenciar o registro.

Art. 11 A deliberação acerca das recomendações do CCI deverá se realizar na primeira reunião de Diretoria Executiva programada para data posterior àquela em que se seguir a reunião do

CCI, sendo pautada, pelo Coordenador do CCI, para deliberação sobre as recomendações expedidas, desde que a Diretoria Executiva já esteja de posse, pelo menos, da Súmula da Ata do CCI. O mesmo procedimento será adotado com relação às deliberações da alçada do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO V DAS SÚMULAS E ATAS

Art. 12 As reuniões serão numeradas de maneira sequencial ao longo de cada um dos anos, no formato: número da reunião/ano.

Art. 13 As Súmulas das Atas deverão ser assinadas pelos membros do CCI com direito a voto e pelo Secretário, as quais serão encaminhadas à Diretoria Executiva, através da GRC, com as recomendações do Comitê.

§ 1º A Súmula da Ata deverá ser aprovada e assinada ao final da reunião por todos os membros do CCI com direito a voto e pelo Secretário do CCI;

§ 2º Na eventualidade de não estar disponível ao final da reunião, o documento será encaminhado pela GIN, por e-mail, ao (a) Coordenador(a) do CCI para aprovação, e posterior assinatura de todos os membros do CCI com direito a voto presentes na reunião, em até 1 (um) dia útil após o término da mesma;

§ 3º Quando da ocorrência, os seguintes itens constarão, com as respectivas justificativas:

I - Retirada ou inclusão de assuntos de pauta das reuniões, cuja atribuição é exclusiva do Coordenador do CCI;

II - Votos contrários à recomendação da área que apresentar o assunto;

III - Registros de ausência de membros do CCI com direito a voto e de sua eventual substituição, deverão ser destacados na Lista de Presença.

Art. 14 A Súmula será elaborada pela GIN e deverá conter:

I - No cabeçalho do documento: o número da reunião; se a reunião é ordinária ou extraordinária, e data da realização;

II - No rodapé do documento: o número da reunião; se a reunião é ordinária ou extraordinária, e a página do documento, com a referência do número total de páginas;

III - Corpo do documento: a Ordem do Dia, conforme a Pauta aprovada pelo Coordenador do CCI e eventuais alterações, bem como as recomendações à Diretoria Executiva. Na última

página, deverá haver uma Lista de Presença, a qual será assinada por todos os membros do CCI com direito a voto e rubricada pelo Secretário;

IV - Quando a recomendação possuir condicionantes à sua efetivação, a mesma deverá estar devidamente expressa na Súmula da Ata.

Art. 15 A Ata será elaborada pela GIN e deverá conter:

I - No cabeçalho do documento: o número da reunião; se a reunião é ordinária ou extraordinária, e data em que foi realizada;

II - No rodapé do documento: o número da reunião; se a reunião é ordinária ou extraordinária, e a página do documento, com a referência do número total de páginas;

III - A data, hora de início e o local onde a reunião foi realizada;

IV - Quais foram as pessoas presentes, começando pelos membros do CCI com direito a voto e depois os convidados (na ordem: Conselheiros, Diretores, Colaboradores, e os demais);

V - A mesa, composta pelo Coordenador do CCI, e a pessoa responsável pelo secretariado da reunião;

VI - A Ordem do Dia, conforme a Pauta aprovada pelo Coordenador do CCI e eventuais alterações;

VII - Registro de ausência e eventual substituição de membros do CCI com direito a voto a ser destacado na Lista de Presença;

VIII - Os acontecimentos em cada um dos pontos da Ordem do Dia, destacando quem apresentou os assuntos e as ponderações que não estão contempladas no Relatório Técnico ou material de apoio, assim como as considerações feitas pelos presentes na reunião. Os desdobramentos dos referidos acontecimentos terminarão, se for o caso, com a recomendação do CCI à Diretoria Executiva sobre o assunto, conforme exposto na Súmula da Ata;

IX - Os relatos serão incluídos no item de assuntos gerais;

X - O horário de encerramento da reunião do CCI;

XI - A lista dos anexos que irão compor a Ata, após a Lista de Presença, que constará na última página do documento.

Art. 16 Após a reunião, a GIN emite Súmula da Ata definitiva, colhe assinaturas, e envia a respectiva Súmula da Ata à GRC.

§ 1º A GRC deverá publicar a Súmula da Ata na rede e-prev, em até 2 (dois) dias úteis após a reunião do CCI;

§ 2º Em até 2 (dois) dias úteis após a reunião do CCI, envia, por e-mail, cópia da Súmula da Ata à Diretoria Executiva, e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

§ 3º Em até 1 (um) dia útil após a publicação da Súmula da Ata na rede e-prev, encaminha a via original à GC. A GC receberá da GRC as Súmulas das Atas das Reuniões, devendo registrar o recebimento das mesmas no sistema de controle de Atas na rede e-prev.

Art. 17 As Atas assinadas, com os respectivos anexos rubricados, deverão ser entregues à GC em até 30 (trinta) dias corridos após o término da reunião, nas situações em que não houver conclusão da mesma na própria reunião. Para tanto, a GIN deverá:

I - Encaminhar aos membros do CCI com direito a voto e ao Coordenador do CCI, a todos copiados no mesmo e-mail, uma minuta da Ata, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o término da reunião, para avaliações e sugestões;

II - O prazo para resposta à GIN será de 5 (cinco) dias corridos após o envio da minuta da Ata, por e-mail com cópia a todos. Caso não ocorram respostas neste prazo, a GIN poderá entender que houve concordância com os termos da Ata;

III - Os demais dias corridos serão utilizados para a GIN providenciar as devidas assinaturas.

Art. 18 A Ata, bem como os documentos anexos, deverão ser assinados e rubricados pelo técnico responsável pela pauta que lhe couber apresentação, o Gerente da área, bem como pelos membros do CCI com direito a voto.

CAPÍTULO VI DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 19 A Gerência de Relações Corporativas ficará responsável por:

I - Reservar horário na agenda dos membros do CCI através do Outlook. O agendamento das Reuniões Ordinárias se dará tão logo sejam homologadas pela Diretoria Executiva as datas recomendadas pelo CCI;

II - A GRC enviará, por e-mail, em nome do Coordenador do CCI, a convocação e a pauta da reunião aos Membros do CCI;

III - A GRC enviará, por e-mail, em nome do Coordenador do CCI, o convite e a pauta da reunião à Diretoria Executiva, Conselheiros Deliberativos e Fiscais, GIN, aos colaboradores da célula de controle de investimentos da GC e às demais pessoas indicadas pelo Coordenador do CCI, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião do CCI.

Art. 20 A Gerência de Investimentos ficará responsável por designar um colaborador para secretariar as reuniões do CCI, sendo a responsável pela elaboração da minuta das Súmulas das Atas e Atas para aprovação dos membros do CCI com direito a voto.

Art. 21 A Gerência de Controladoria ficará responsável por:

I - Receber as Atas do CCI com respectivos anexos e assinaturas, efetuar a verificação das mesmas e registrar o recebimento no sistema de controle de Atas;

II - Após o recebimento de todos os documentos (Súmula da Ata, Ata e Anexos), verificar a divulgação da Súmula de homologação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, quando a alçada de decisão lhe competir, anexar cópia aos demais documentos e enviar os mesmos para Arquivo Permanente;

III - Efetuar a atualização periódica dos acessos dos usuários aos documentos do comitê na intranet, link externo do comitê destinado aos membros dos conselhos e no arquivo permanente.

Art. 22 A Gerência Financeira e Contábil – GFC é responsável por:

I - Receber as Atas e os seus respectivos anexos para serem digitalizados e armazenados no Arquivo Permanente;

II - Inserir no arquivo permanente a Súmula da Ata, a Ata, os anexos do CCI e a cópia da Ata de homologação da Diretoria Executiva, realizando a digitalização e disponibilização da documentação no Liquid;

III - Guardar a documentação física recebida.

CAPÍTULO VII DO ACESSO ÀS SÚMULAS E ATAS

Art. 23 O acesso às Súmulas e às Atas do CCI ficará sob responsabilidade da Gerência de Controladoria. A GC informará à área encarregada do arquivo permanente os usuários com permissão para acessar as pastas na rede e-prev, Liquid e link externo.

Art. 24 O acesso às Pautas e Súmulas do CCI, será facultado através da Rede e-prev aos membros da Diretoria Executiva, membros do CCI com direito a voto e seus substitutos, às Secretárias da GRC, aos colaboradores da GIN e colaboradores da célula de controle de investimentos da GC.

Art. 25 O acesso aos materiais que embasam a Reunião do CCI, disponibilizados através da Rede e-prev, será concedido aos membros da Diretoria Executiva, membros dos Conselhos

Deliberativo e Fiscal, membros do CCI com direito a voto e seus substitutos, os colaboradores da célula de controle de investimentos da GC e Secretárias da GRC.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 As recomendações, orientações e proposições do Comitê de Investimentos devem ser pautadas sob o enfoque estritamente técnico e gerencial, fundamentadas nas informações disponíveis no mercado financeiro e de capitais, observando às singularidades e tipicidades de cada produto de investimento sob exame.

Art. 27 Os casos omissos neste Regimento serão objetos de apreciação, discussão e votação no próprio CCI, respeitando-se a Política de Investimentos, o Estatuto e Regulamentos da Fundação CEEE, a legislação vigente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, além dos princípios éticos e da boa conduta, compatíveis com a tradição e respeitabilidade pública da Fundação CEEE.

Art. 28 Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.



FUNDAÇÃO CEEE

DATA

21.01.2014

Nº

DC 002/2014

Folha:

1/1

Ata Conselho Deliberativo

621

Instrumento:

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

TÍTULO:

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO CEEE

Abrangência:

Diretoria Executiva - Todas as áreas

1. DELIBERAÇÃO:

O Conselho Deliberativo **aprova, por unanimidade**, o trabalho de Reestruturação Organizacional da Fundação CEEE, devendo o mesmo ser implementado até 30.04.2014.

2. VIGÊNCIA:

21.01.2014

3. DCD:

ATA 621 – Conselho Deliberativo

Ricieli Dalla Valentina Junior,
Presidente.

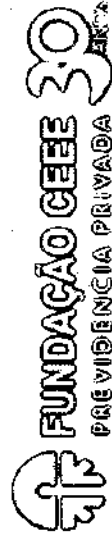


Projeto: Reestruturação Organizacional

Relatório de Fechamento

Fundação CEEE – Porto Alegre / RS

29 Maio 2014



NR Ério Nascimento e César Nivinski
(consultoria empresarial)
www.nrconsultoria.com.br

ÍNDICE

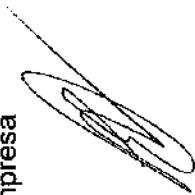
	Página
1. Apresentação	3
2. Objetivos do Projeto	4
3. Histórico	5
4. Estrutura Organizacional	7
5. Quadro de Lotação	18
6. Layout Administrativo	21
7. Impacto em Despesas Anuais	29
8. Recomendações	30

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da Análise Organizacional realizada na Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee, entidade fechada que atua no segmento de previdência complementar, atende a quinze mil participantes vinculados a empresas patrocinadoras e entidades instituidoras de planos de previdência.

Considerando necessidades de adequação das suas despesas operacionais e respectivo custeio aos participantes, a Fundação CEEE patrocinou este projeto com o objetivo de obter visão e posicionamento externo sobre a sua estrutura organizacional e quadro de lotação, tendo como foco principal analisar a necessidade de introduzir ou realinhar funções visando melhorar o seu processo de gestão e, como consequência, identificar possibilidades de redução nas suas despesas operacionais.

A NR Consultoria Empresarial, empresa com sede em Porto Alegre / RS e atuação em nível nacional, com importante experiência dos seus sócios-consultores em projetos de reestruturação organizacional, foi a empresa de consultoria contratada para atender as necessidades citadas anteriormente.



2. OBJETIVOS DO PROJETO

Este projeto teve como objetivos os seguintes alvos:

- a. Analisar a estrutura organizacional da Fundação CEEE, com foco nas Gerências e Assessorias, buscando validá-la ou sugerir novo formato que possibilitasse maior eficácia no processo de gerenciamento da empresa.
- b. Analisar o quantitativo de pessoal da Fundação CEEE, contemplando as funções exercidas pelos seus funcionários, visando identificar potencial racionalização no quadro de lotação através da redução ou adição de funções que contribuíssem para melhoria na gestão da empresa.
- c. Mapear as Competências Comportamentais dos funcionários da Fundação CEEE, gerando informação estruturada para gestão estratégica de Recursos Humanos, contemplando informações individuais e das respectivas equipes integrantes das Gerências e Assessorias.



3. HISTÓRICO

3.1 Etapas do Projeto:

a. Levantamentos, Análise e Proposição de Melhorias:

- Prazo: 05 de junho a 30 de setembro de 2013.
- Atividades:
 - Entrevistas e reuniões individuais com o Presidente e Diretores.
 - Entrevistas e reuniões com a Diretoria.
 - Entrevistas e reuniões com Gerentes e Assessores.
 - Entrevistas com todos os funcionários da Fundação CEEE em atividade no período.
 - Acompanhamento a atividades e macro processos realizados nas diversas áreas da Fundação CEEE.
 - Estudo de documentos e registros sobre indicadores de gestão, normas e diretrizes.
 - Aporte de referencial externo através das experiências e conhecimentos dos consultores.
 - Aplicação de instrumento para identificação do Perfil Comportamental de todos os funcionários da Fundação CEEE.
 - Edição de Relatório Final.

b. Análise Interna - Presidência:

- Prazo: 01 de outubro de 2013 a 06 de janeiro 2014.
- Atividades:
 - Reuniões com a Presidência para esclarecimentos sobre as sugestões da consultoria.



c. Análise Interna – Diretoria:

- Prazo: 10 de janeiro a 10 fevereiro 2014.
- Atividades:
 - Reuniões com a Diretoria para entendimento, discussão e decisão sobre o encaminhamento das proposições aprovadas.
 - Formalização da nova Estrutura Organizacional aos novos Gerentes e Assessores.

d. Análise Interna – Diretoria e Gerentes:

- Prazo: 10 fevereiro a 20 de março de 2014.
- Atividades:
 - Reuniões com Diretores, Gerentes e Assessores definidos na nova Estrutura Organizacional para entendimento, análise e validação das proposições referentes ao impacto em macro-processos e quantitativo de pessoal, bem como o planejamento das respectivas implantações nas suas áreas de atuação.
 - Também a definição entre Gerentes e Assessores sobre atividades transferidas entre as suas áreas, com a aprovação das respectivas Diretorias.

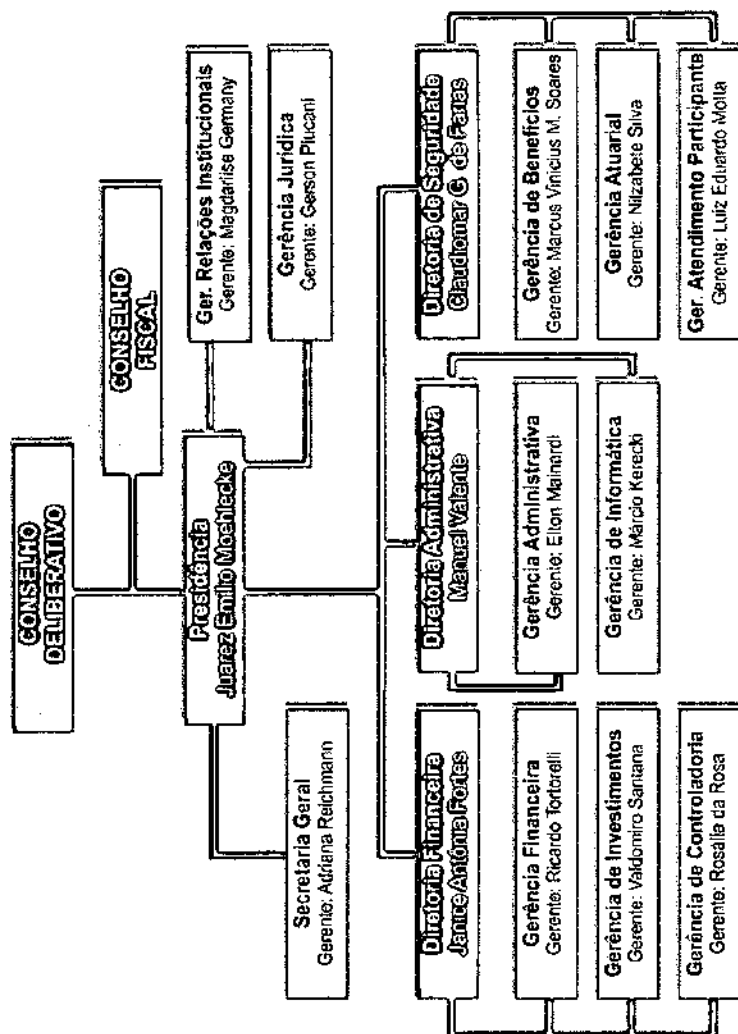
e. Implantação das decisões referentes ao Quadro de Lotação:

- Prazo: 24 de março a 23 de maio de 2014.
- Atividades:
 - Realização dos processos de desligamento, transferência interna e contratação de funcionários.
 - Disponibilização aos empregados demitidos de serviço especializado de apoio no processo de recolocação no mercado de trabalho e reposicionamento profissional.
 - Realização de cotações, escolha e contratação de prestadores de serviços para atividades que foram terceirizadas.
 - Estudos para realização de ajustes internos referentes a alocação física de gerências, assessorias e respectivas equipes através de um novo layout administrativo.



4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

a. Vigente até 30 de janeiro de 2014.



Alguns pontos de análise considerados como referenciais para melhoria desta estrutura:

- Alto nível de especialização, resultando em 10 Gerências e 01 Assessoria.
- Fragmentação de processos e consequentemente de funções.
- Processo decisório mais lento nos níveis de Diretoria e Gerência.
- Áreas com necessidade de maior contribuição técnica, mas configuradas como Gerências, ocupando-se de atividades administrativas e de gestão interna, transferindo para terceiros o aporte técnico. Ex.: Gerência Jurídica.
- Layout administrativo fortalecendo a departamentalização, impactando na fragmentação de responsabilidades e processos.
- Controles internos entre as gerências em relação aos processos, como forma de garantir que partes do mesmo fossem realizadas nas respectivas áreas.



b. Estrutura proposta e implantada em 30 de janeiro de 2014.

A nova Estrutura Organizacional da Fundação CEEE tem como premissa o foco em quatro macro-processos que representam os principais eixos de gestão da empresa, ou seja:

- Macro-processo Participantes, Patrocinadoras e Instituidores
- Macro-processo Rentabilidade de Ativos e Movimentação Financeira
- Macro-processo Segurança e Controles Internos
- Macro-processo Desenvolvimento da Gestão e Instituição

O *Macro-processo Participantes, Patrocinadoras e Instituidores* contempla o enfoque amplo de gestão das estratégias, ações e projetos para suportar o desafio de ampliar a base de participantes, ofertar nível de atendimento adequado a todos os participantes e garantir assertividade na execução dos seus processos. Atuando de forma integrada, iniciará na fase de prospecção de novos participantes, novas patrocinadoras ou instituidoras, se responsabilizará pelo ingresso e consequente relacionamento do participante com a Fundação CEEE. Importante salientar o cumprimento de regras e prazos em relação as respectivas folhas de pagamento.

O *Macro-processo Rentabilidade de Ativos e Movimentação Financeira* direciona-se para a obtenção de rentabilidade dos ativos que compõem o lastro para geração dos recursos financeiros que viabilizam o pagamento dos benefícios atuais e futuros, sempre dentro de níveis de segurança compatíveis com as diretrizes definidas. A execução das movimentações financeiras e a escrituração e apuração contábil da Fundação CEEE também integram este macro-processo.



O *Macro-processo Segurança e Controles Internos* deve garantir para gestão, representada pela Diretoria, e para os órgãos de Governança, representada pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, as informações necessárias para a tomada de decisão de curto e longo prazo e garantir que o ambiente corporativo esteja dotado dos controles internos necessários para operar com eficiência, segurança e conformidade, considerando o estatuto e normativos internos, bem como a legislação vigente e exigências de órgãos reguladores.

O *Macro-processo de Desenvolvimento da Gestão e Instituição* abrange três pontos fundamentais de suporte e desenvolvimento da empresa, ou seja:

- a. Gestão de Pessoas – RH e Qualidade;
- b. Gestão da Tecnologia da Informação - TI;
- c. Infra-estrutura operacional.

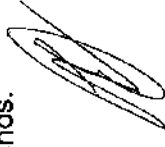
A função *Gestão de Pessoas - RH*, anteriormente com foco principal em processos de administração de pessoal, tais como folha de pagamento, admissões, demissões, férias entre outras rotinas trabalhistas, atualmente se direciona para uma gestão mais estratégica de pessoas, reorganizando e ampliando os sistemas de treinamento e desenvolvimento, plano de sucessão, cargos e salários, comunicação interna e desenvolvimento de lideranças, de forma integrada a estratégias e modelo de gestão da empresa.



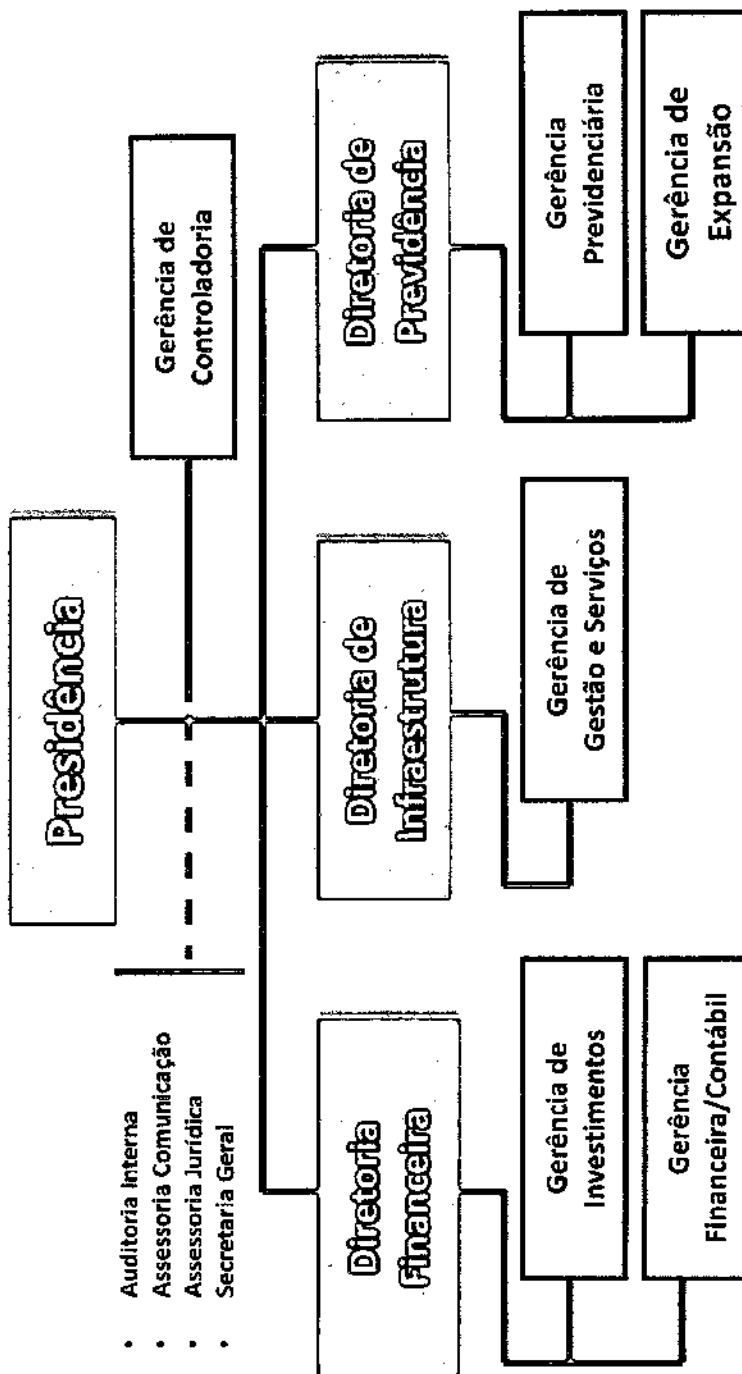
A área de *Informática* redireciona o seu foco de atuação, de uma posição mais passiva quanto as oportunidades de contribuição em melhorias de processos organizacionais para obtenção de ganhos de produtividade e qualidade, para atuação focada na racionalização e integração de atividades nas áreas clientes, assumindo a liderança em provocar a reflexão e quebra de paradigmas internos em relação a “como as atividades são constantemente realizadas na empresa”.

A *Infra-estrutura operacional* refere-se a organização de serviços de apoio administrativo que preferencialmente devem ser terceirizados através de contratos formalizados com empresas especialistas, ficando a gestão interna com a responsabilidade de supervisionar o nível de entrega destes serviços, os custos e integração com as demais áreas e políticas internas da Fundação Eletroceee.

Complementam aos principais processos citados anteriormente as Assessorias Jurídica, de Comunicação, Auditoria Interna e Secretaria Geral, sendo esta suporte às atividades da Diretoria e Conselhos.



Nova Estrutura Organizacional:



Com esta nova estrutura a Diretoria da Fundação CEEE entende que alcançará melhorias no seu processo de gestão, tais como:

- I. Concentração da gestão em Gerentes Chave, profissionais com senioridade adquirida pelo conhecimento e experiência em funções gerenciais, normalmente demandadoras de forte gestão de equipes, negociação, gestão de conflitos e direcionamento para resultados.
- II. Simplificação e maior consistência no entendimento de situações para análise, decisão e posicionamento frente a Diretoria e Conselhos, bem como maior clareza em relação a distribuição de responsabilidades no grupo de gestão da Fundação CEEE, considerando os seus processos chave.
- III. Clareza nos papéis gerenciais e de assessoria, simplificando sistemas de cargos e salários, controles internos, reuniões de avaliação de resultados, entre outros.
- IV. Configuração de estrutura organizacional mais enxuta, compatível com o tamanho do quadro de lotação efetivo da Fundação CEEE (considerando as terceirizações e propostas de redução de quadro realizadas em março e abril de 2014).
- V. Foco no principal negócio da Fundação CEEE, direcionando as funções e processos para previdência privada complementar.



O foco de atuação estabelecido para a Fundação CEEE, em consonância com sua missão voltada a oferta e gestão de soluções de previdência privada complementar, direcionou a redefinição dos serviços assistenciais até então mantidos, incluindo a extinção de programas de natureza assistencial. Esta mudança baseia-se também em práticas de mercado que demonstram que as próprias empresas empregadoras tem assumido a concepção e execução de seus programas assistenciais. Adotam esta prática como forma de estabelecer e gerenciar suas próprias políticas de gestão de pessoas e atender as necessidades específicas de suas equipes de funcionários.

Para tanto, foi criado um grupo de estudos com Gerentes e Assessores para analisar e propor o encaminhamento em relação a cada um dos eventos, programas e projetos até então mantidos, com as seguintes definições aprovadas pela Diretoria:



Manutenção dos seguintes eventos/programas:

Evento/Programa	Eventos, programas e projetos.			Obs
	Situação	Área responsável Orçamento e coordenação	Envolvidos Atividades pertinentes	
Palestras Institucionais	Permanecer	Secretaria Geral	SG – Cronograma, agendamento, infraestrutura e logística. AC – Palestra (forma e conteúdo) e material de divulgação	Palestras direcionadas aos participantes realizadas pela Diretoria Executiva
Vacina	Permanecer	GGG – Medicina ocupacional		
Endomarketing... (comunicação interna, eventos)	Permanecer	GGG	AC – Comunicação	
Seminário Econômico	Permanecer	AC	Diretoria Financeira (GIN e GFC) GGG	
Patrocínio (Busca de patrocínio para eventos)	Permanecer	GFC	GIN – Contato e fechamento com instituições financeiras GFC – Contato e fechamento com seguradoras e corretoras de seguros GFC – Formalização do Patrocínio, se necessário, e confirmação das liquidações financeiras.	Proposição: Suprimir contrato, simplificar processo.
PPA	Permanecer	GP	AC	Contratação de empresa
Curso Planejamento Financeiro	Permanecer	AC	GFC	Permanecer com profissional terceirizado

Eventos, programas e projetos.				
Evento/Programa	Situação	Área responsável Orçamento e coordenação	Envolvidos Atividades pertinentes	Obs
Adoção de entidades	Permanecer	Comitê de avaliação do Fundo Adoção de Entidades		Ao final do prazo contratual das atuais entidades adotadas avaliar a possibilidade da extinção ou não do programa. No caso de extinção, se houver saldo financeiro no Fundo distribuir entre todas as entidades já adotadas. Verificar a possibilidade de implementar nova modalidade de fundo para ser utilizado em ações junto aos nossos participantes, caso os parceiros (Icatu e Amauri) concordarem. (verificar questão, legal e os trâmites juntos aos participantes)
Relacionamento com Patrocinadora: Prestação de Contas	Permanecer	GE e AC	GC	
Prevenir (controle de risco) *	Permanecer	GC		Permanece a metodologia de controle de risco.
Pesquisa de satisfação com participantes	Permanecer	GE	AC	

*A Gerência de Controladoria foi consultada a respeito deste programa

Extinção dos seguintes eventos/programas:

Evento/Programa	Situação	Obs.
Qualidade de vida	Extinguir	Havendo a necessidade de palestra nesta área, será incluída no plano de treinamento.
Dia do Aposentado	Extinguir	
Palestras Educação Financeira SIPATs	Extinguir	
Consultoria Financeira	Extinguir	Substituir por ferramentas a serem disponibilizadas na Internet
Grupo de Teatro	Extinguir	Definir destino do cenário e figurino
Educação ambiental	Extinguir	Manter reciclagem de lixo, atividade administrada pela empresa de limpeza contratada e gerenciada pela GGS.
Ações comunitárias (combate a fome e campanha do agasalho)	Extinguir	
Atendimento individualizado (Serviço Social)	Extinguir	Definir como será tratado o material sigiloso (fichas de atendimento)

Alteração dos seguintes Eventos/programas:

Evento/Programa		Eventos, programas e projetos.		
Situação		Área responsável Orçamento e coordenação	Envolvidos Atividades pertinentes	Obs
Encontro Mais Vida	Substituir por evento previdenciário de grande porte (Seminário de Previdência)	AC	Diretoria Previdenciária (GP E GE) GGS (Grupo de trabalho)	O novo evento deverá ser direcionado para o público externo com o objetivo de divulgar a Fundação CEEE como entidade previdenciária.
Diálogo Institucional				
Seminário de Seguridade				
Grupo de aposentados e Pensionistas	Remodelar	Definir um canal para atender demandas dos aposentados e pensionistas. Prever no estudo de layout da Fundação CEEE, a criação de um espaço destinado aos aposentados e pensionistas. Informar, em reunião com o grupo os canais de atendimento que permanecerão disponíveis na Entidade, bem como debater a respeito de quais eventos deverão ser mantidos ou oferecidos.		

5. QUADRO DE LOTAÇÃO

A estrutura organizacional implantada inclui a seguinte definição de Quadro de Lotação - QL aprovado.

Quadro de Lotação por Área

<table><tr><td>Gerência Controladoria</td><td>8</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Controle Investimentos</td><td>2</td></tr><tr><td>Planejamento e Controle</td><td>2</td></tr><tr><td>Atuarial</td><td>3</td></tr></table>	Gerência Controladoria	8	Gerência	1	Controle Investimentos	2	Planejamento e Controle	2	Atuarial	3	<table><tr><td>Gerência Financeira Contábil</td><td>10</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Financeira</td><td>5</td></tr><tr><td>Contábil</td><td>4</td></tr></table>	Gerência Financeira Contábil	10	Gerência	1	Financeira	5	Contábil	4	<table><tr><td>Gerência Gestão e Serviços</td><td>20</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Tecnologia Informação</td><td>10</td></tr><tr><td>RH</td><td>3</td></tr><tr><td>Qualidade</td><td>1</td></tr><tr><td>Serviços e Compras</td><td>5</td></tr></table>	Gerência Gestão e Serviços	20	Gerência	1	Tecnologia Informação	10	RH	3	Qualidade	1	Serviços e Compras	5	<table><tr><td>Gerência Previdenciária</td><td>22</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Atendimento</td><td>7</td></tr><tr><td>Benefícios e Receitas</td><td>6</td></tr><tr><td>Cadastro</td><td>2</td></tr><tr><td>Reclamatórias</td><td>6</td></tr></table>	Gerência Previdenciária	22	Gerência	1	Atendimento	7	Benefícios e Receitas	6	Cadastro	2	Reclamatórias	6
Gerência Controladoria	8																																												
Gerência	1																																												
Controle Investimentos	2																																												
Planejamento e Controle	2																																												
Atuarial	3																																												
Gerência Financeira Contábil	10																																												
Gerência	1																																												
Financeira	5																																												
Contábil	4																																												
Gerência Gestão e Serviços	20																																												
Gerência	1																																												
Tecnologia Informação	10																																												
RH	3																																												
Qualidade	1																																												
Serviços e Compras	5																																												
Gerência Previdenciária	22																																												
Gerência	1																																												
Atendimento	7																																												
Benefícios e Receitas	6																																												
Cadastro	2																																												
Reclamatórias	6																																												
<table><tr><td>Assessorias</td><td>5</td></tr><tr><td>Secretaria Geral</td><td>1</td></tr><tr><td>Auditoria Interna</td><td>2</td></tr><tr><td>Ass Jurídica</td><td>1</td></tr><tr><td>Ass Comunicação</td><td>1</td></tr></table>	Assessorias	5	Secretaria Geral	1	Auditoria Interna	2	Ass Jurídica	1	Ass Comunicação	1	<table><tr><td>Gerência Investimentos</td><td>6</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Investimentos</td><td>5</td></tr></table>	Gerência Investimentos	6	Gerência	1	Investimentos	5	<table><tr><td>Gerência Expansão</td><td>5</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Vendedores Pessoa Física</td><td>2</td></tr><tr><td>Vendedor Pessoa Jurídica</td><td>1</td></tr><tr><td>Adm. Vendas</td><td>1</td></tr></table>	Gerência Expansão	5	Gerência	1	Vendedores Pessoa Física	2	Vendedor Pessoa Jurídica	1	Adm. Vendas	1	<table><tr><td>Gerência Expansão</td><td>5</td></tr><tr><td>Gerência</td><td>1</td></tr><tr><td>Vendedores Pessoa Física</td><td>2</td></tr><tr><td>Vendedor Pessoa Jurídica</td><td>1</td></tr><tr><td>Adm. Vendas</td><td>1</td></tr></table>	Gerência Expansão	5	Gerência	1	Vendedores Pessoa Física	2	Vendedor Pessoa Jurídica	1	Adm. Vendas	1						
Assessorias	5																																												
Secretaria Geral	1																																												
Auditoria Interna	2																																												
Ass Jurídica	1																																												
Ass Comunicação	1																																												
Gerência Investimentos	6																																												
Gerência	1																																												
Investimentos	5																																												
Gerência Expansão	5																																												
Gerência	1																																												
Vendedores Pessoa Física	2																																												
Vendedor Pessoa Jurídica	1																																												
Adm. Vendas	1																																												
Gerência Expansão	5																																												
Gerência	1																																												
Vendedores Pessoa Física	2																																												
Vendedor Pessoa Jurídica	1																																												
Adm. Vendas	1																																												
Presidência	16	Diretoria Financeira	16	Diretoria Infraestrutura	20	Diretoria Previdência	27																																						
Total Geral	79																																												



A seguir apresentamos comparativo entre o Quadro de Lotação Aprovado e o Quadro de Lotação Atual (maio 2014), vagas em aberto para contratação de profissionais, ações programadas e situação de afastados.

Quadro de Lotação	QL Aprovado	QL Atual	Diferença	Vagas	Ações	Afastados
Presidência	16	13	3	3	0	0
Secretaria Geral	2	2	0			
Auditoria Interna	2	1	1	1 Auditor Interno		
Ass Jurídica	2	1	1	1 Advogado (substituição)		
Ass Comunicação	2	2	0			
Ger Controladoria	8	7	1	1 Planejamento e Controle (Substituição)		
Dir Financeira	16	16	0	0	0	0
Ger Financ Contabil	10	10	0			
Ger Investimentos	6	6	0			
Dir Infraestrutura	20	22	-2	0	2	0
Ger Gestão Serviços	20	22	-2		2 Ajustes posteriores	
Dir Previdência	27	27	0	1	0	1
Ger Previdenciária	22	23	-1			1 Auxílio-doença desde 2007
Ger Expansão	5	4	1	1 Vendedor		
Total	79	78	1	4	2	1

Abaixo apresentamos detalhamento dos cargos por Área.

Estrutura de Cargos por Área

Gerência Controladoria	8
Consultor	7
Analista	1

Gerência Financeira Contábil	10
Consultor	2
Analista	7
Assistente Técnico	1

Gerência Gestão e Serviços	20
Consultor	9
Analista	7
Assistente Administrativo	1
Assistente Manutenção	1
Contínuo	1
Motorista	1

Gerência Previdenciária	22
Consultor	5
Analista	14
Assistente Técnico	3

Assessorias	2
Secretaria Geral	
Consultor	1
Analista	1
Auditoria Interna	2
Consultor	2
Ass Jurídica	2
Consultor	1
Analista	1
Ass Comunicação	2
Consultor	1
Analista	1

Gerência Investimentos	6
Consultor	5
Analista	1

Gerência Expansão	5
Consultor	1
Analista	4

6. LAYOUT ADMINISTRATIVO

Como complemento ao redesenho da estrutura organizacional e redistribuição de processos, o presente estudo possibilitou a otimização no uso do espaço físico disponível no prédio, valorizando a aproximação de funções e respectivas estações de trabalho.

Importante salientar que na análise inicial, ainda sem a redução no quadro de pessoal, já previa-se a possibilidade de melhor aproveitamento dos espaços, com a redução indireta de despesas com limpeza, energia elétrica e manutenção de áreas físicas.

Também salientamos como ganhos, pela aproximação e até mesmo agrupamento de processos, maior agilidade, menos controles operacionais com foco departamental e melhoria na integração entre as equipes. Adicionalmente foram criadas salas de reuniões em todos os andares, atendendo demanda reprimida que a estrutura anterior não permitia.

Visando atender necessidades manifestadas pelos colaboradores da Fundação CEEE foram disponibilizadas pequenas copas para guarda de alimentos e realização de refeições e café.

Para validar as hipóteses iniciais de redução de área física, obteve-se o estudo e parecer de arquiteta especializada para elaboração dos desenhos finais e vigilância à aplicação de critérios técnicos.



Como resultado final em relação ao layout administrativo a Fundação CEEE, em razão da nova estrutura organizacional e da readequação do seu quadro de lotação, reduzirá em 360 m² a sua necessidade de espaço físico, o que equivale a 1,2 andar do prédio correspondendo a aproximadamente 19% da área total até então ocupada. A disponibilidade desta área fica à disposição da Fundação CEEE para obtenção de receita extra através da sua locação a terceiros.

Visando concentrar a utilização dos andares utilizados pela Fundação CEEE, do 7º ao 11º andar, em breve deverá ocorrer a transferência de toda a Gerência de Gestão e Serviços para o 7º andar. Esta alteração só não foi possível neste momento em razão da necessidade de movimentar equipamentos e facilidades de TI, tais como: servidores, estrutura de cabeamento, pisos falsos e sistema de refrigeração.

Em curto prazo os 150 m² utilizados para arquivo de caixas de documentos serão transferidos para estrutura externa à Fundação CEEE, em empresa especializada na guarda, conservação e disponibilização de documentos.

Ressaltamos que o novo layout trouxe como critério a maior aproximação dos Gerentes às suas equipes, através da eliminação de salas individuais, mas ofertando aos mesmos as salas de reuniões criadas em cada andar para utilização quando necessário.

Salientamos que futuramente a Fundação CEEE poderá obter nova redução na utilização de espaço físico através da readequação dos seus móveis, permitindo a organização de estações de trabalho mais funcionais e racionais, considerando o conceito de Células Administrativas e Estações de Trabalho Compartilhadas.

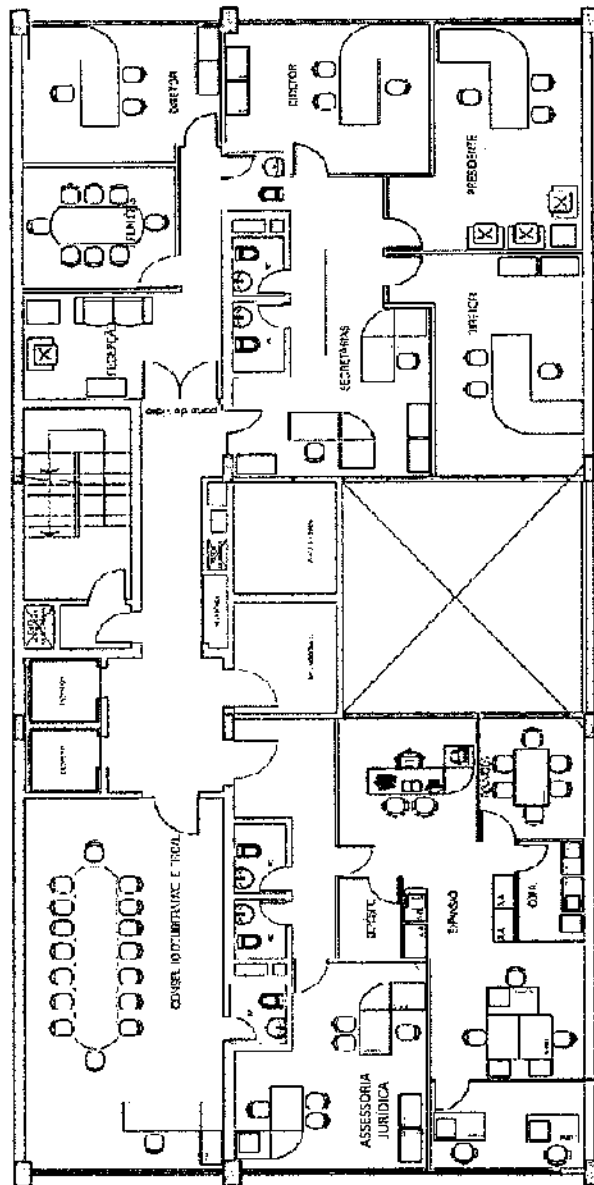


Quadro resumo da redistribuição das áreas no novo layout administrativo:

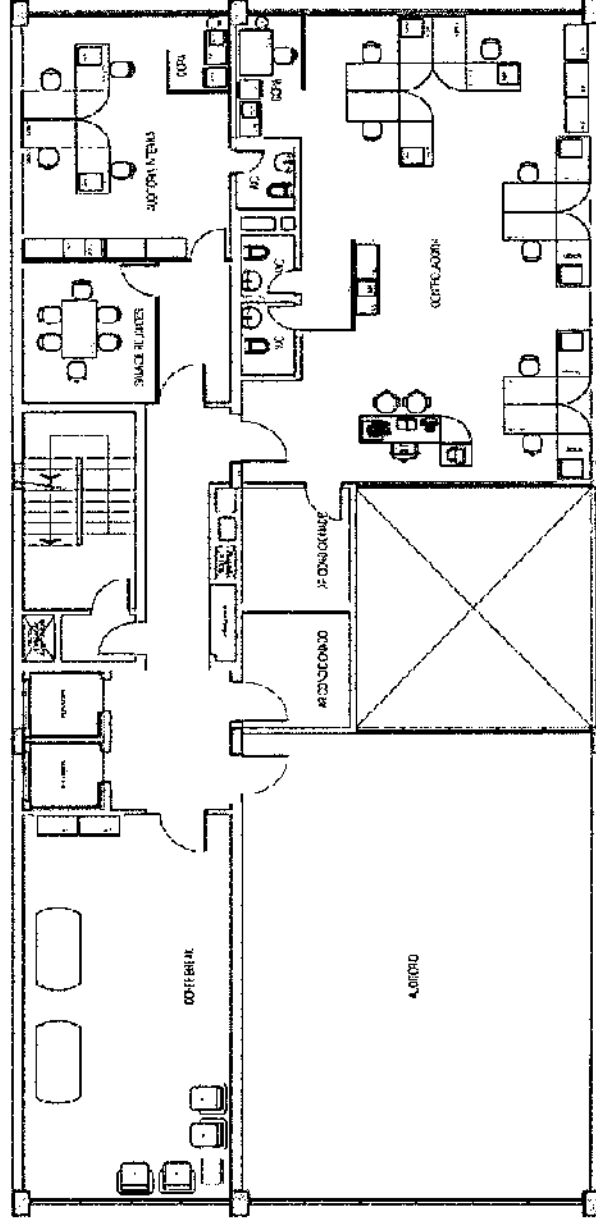
Andar	Áreas	Espaços de Trabalho e de Apoio
11º.	Salas da Presidência e Diretorias Secretaria Geral Gerência de Expansão Assessoria Jurídica	Sala de Reuniões dos Conselhos Sala de Reuniões Recepção 1 Copa
10º.	Gerência de Controladoria Auditoria Interna	Auditório e Sala Anexa Sala de Reuniões 2 Copas
9º.	Gerência Previdenciária Assessoria Comunicação	Sala de Reuniões 2 Copas
8º.	Gerência Financeira / Contábil Gerência de Investimentos	Posto Bancário 2 Salas de Reuniões 2 Copas
6º.	Gerência de Gestão e Serviços	Sala de Servidores Sala de Reuniões 2 Copas



11º andar:

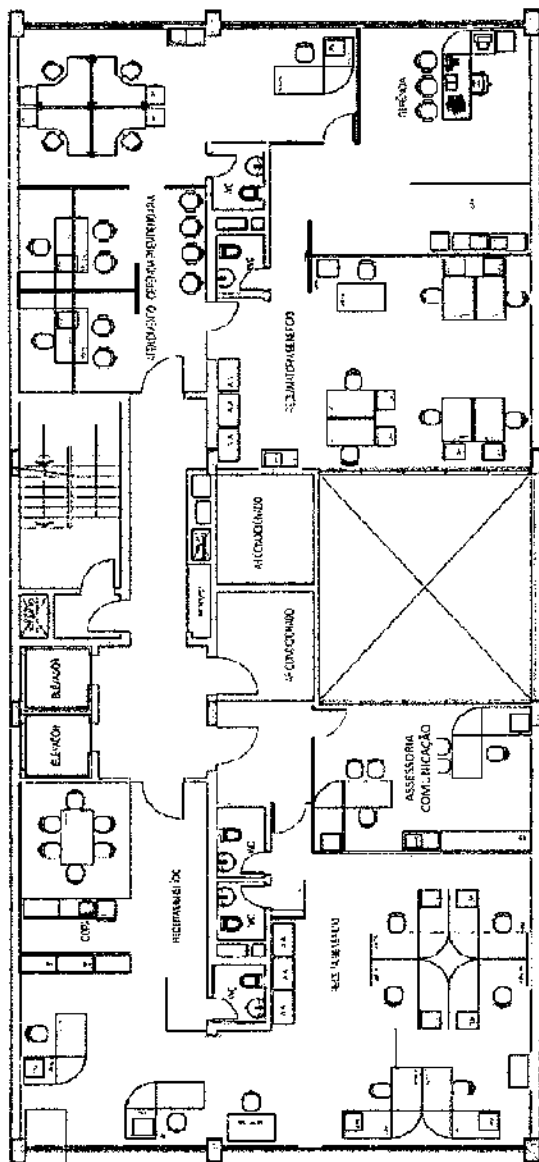


10° andar:



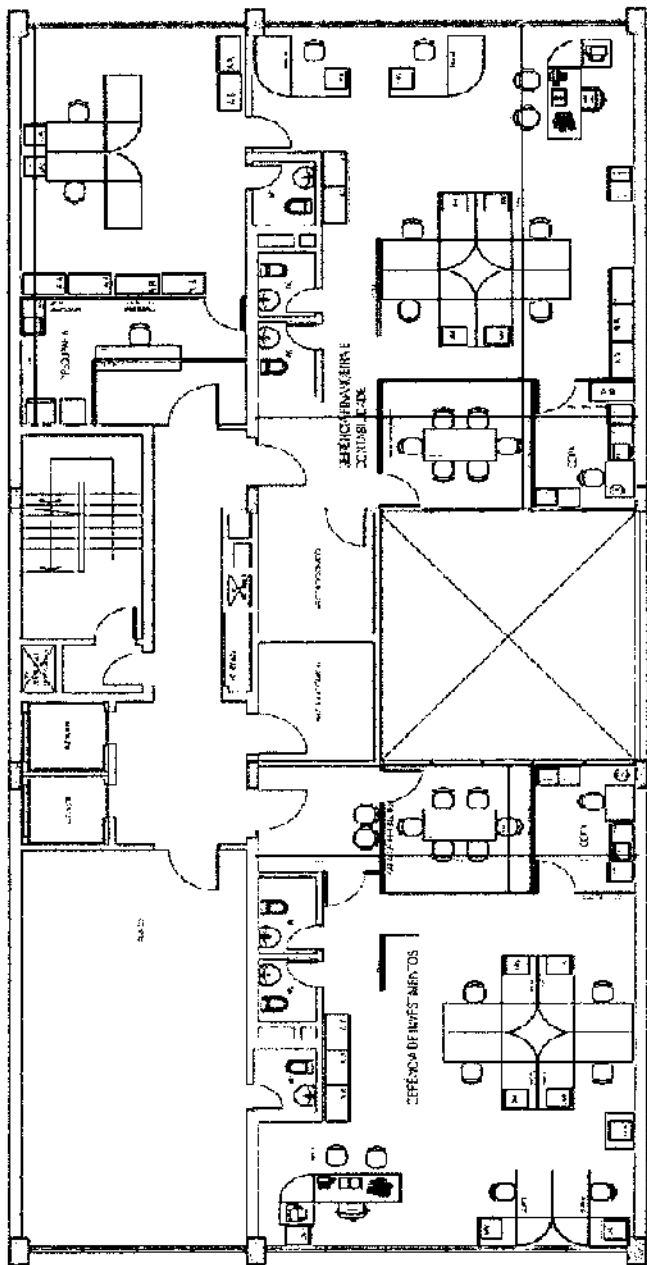
Handwritten signature or mark.

9º andar:



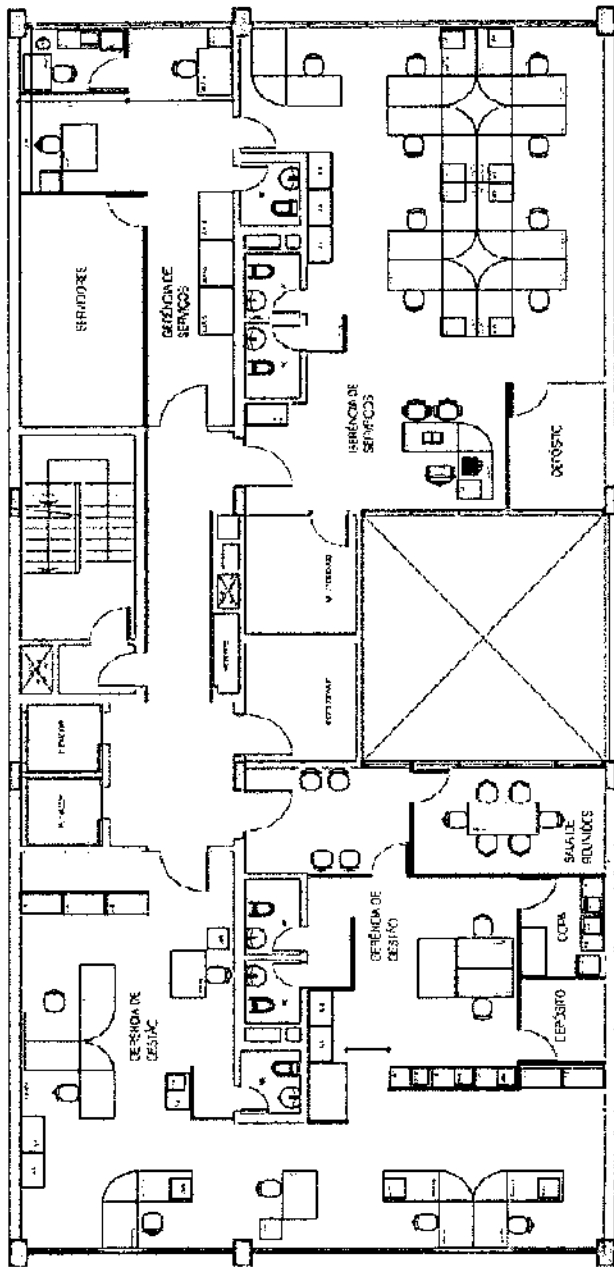
[Handwritten signature]

8º andar:



[Handwritten signature]

6º andar:



[Handwritten signature]

7. IMPACTO EM DESPESAS ANUAIS

A alteração da estrutura organizacional gerou a seguinte otimização do quadro de pessoal.

Quadro de Lotação	Funcionários
Existente em Junho 2013	102
Aprovado	79
Redução	23 = 22,5%

O resultado de redução de despesas foi de R\$ 1.519.551,07 por ano, o que representa 12,9% do valor projetado para as despesas com pessoal para o ano em curso.

Impacto em Custos Anuais	Impacto ao ano
Custos com Pessoal: demissões	Redução de R\$ 2.143.905,31
Custos com Pessoal: promoções e contratações	Acréscimo de R\$ 351.954,24
Custos com Terceirização de Serviços: Portaria, Medicina e Arquivo	Acréscimo de R\$ 272.400,00
Total	Redução de R\$ 1.519.551,07

Este valor não inclui o potencial incremento de receita pela locação do espaço disponibilizado correspondente a 360m², bem como a redução de despesas indiretas como consumo de energia elétrica, computadores, serviços de limpeza, entre outros, como resultante da redução no quadro de lotação.

O valor das rescisões realizadas foi de R\$ 1.407.205,57.



8. RECOMENDAÇÕES

a. Plano de Cargos e Salários

Sugerimos o início com brevidade de estudo técnico para revisão do Plano de Cargos e Salários vigente na Fundação CEEE, sob a luz da nova estrutura organizacional e práticas de mercado, considerando que alguns cargos foram suprimidos ou criados, demandando reescrever responsabilidades, competências e adequar os seus referenciais salariais, bem como atualizar critérios de contratação, promoção, progressão, transferências e a própria nomenclatura dos cargos.

A Diretoria e Gerentes da Fundação CEEE já manifestavam dificuldades de gerenciamento das movimentações de pessoal, mesmo antes deste projeto de reestruturação organizacional iniciar, mas sabidamente optaram por inicialmente revisar a sua estrutura organizacional a fim de evitar alterações funcionais que poderiam não ser validadas após este estudo.



b. Planejamento Estratégico

A Fundação CEEE tem como prática de gestão a realização do seu planejamento estratégico como forma de constantemente adequar os seus objetivos, projetos e ações, considerando variáveis do cenário externo e a evolução interna da sua gestão.

O desenvolvimento do projeto de reestruturação organizacional provocou junto aos Diretores e Gerentes a reflexão quanto a aderência da atual Missão da Fundação CEEE ao modelo organizacional constituído, provocando a sugestão de validação de nova Missão institucional a ser avaliada para aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Em atividade conjunta entre Diretores, Gerentes e Assessores, com apoio da NR Consultoria Empresarial, foi sugerida nova redação para Missão da Fundação CEEE, conforme segue:

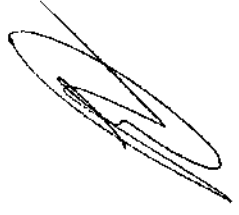
Oferecer soluções de previdência privada complementar, administrando com excelência e segurança os recursos financeiros dos seus clientes.

A interpretação desta missão, construída e validada pelos Diretores, Gerentes e Assessores, se reflete nos seguintes significados:

- **Oferecer:** sentido de buscar; ter maior iniciativa na busca de novos instituidores, patrocinadoras e participantes.
- **Soluções:** qualificação para desenvolver planos que atendam às necessidades específicas dos seus clientes atuais e futuros.
- **Providência Privada Complementar:** o seu principal produto.
- **Administrando com excelência:** através de gestão eficiente e com qualidade reconhecida pelos seus clientes; entregar o contratado.
- **Segurança:** a busca de rentabilidade nos ativos financeiros, priorizando níveis de segurança que garantam a disponibilidade destes recursos aos seus clientes.
- **Clientes:** retratar de forma ampla os públicos atuais e futuros da Fundação CEEE, contemplando empresas patrocinadoras e instituidoras, participantes, pensionistas e assistidos.

Reforçamos que movimentos de forte reorganização estrutural provocam nas empresas a necessidade de reflexão sobre definições e posicionamentos estratégicos, tais como o proposto em relação a Missão da Fundação CEEE.

Salientamos que no 2º semestre de 2014 faz-se necessário realizar nova rodada de planejamento estratégico da Fundação CEEE, permitindo complementar a revisão dos demais norteadores estratégicos, tais como: Visão e Valores institucionais, bem como seus objetivos de longo prazo, estratégias e projetos.



NR Ério Nascimento e César Nivinski
 Consultoria Empresarial
www.nrconsultoria.com.br

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- *Redesenho Organizacional:* Reestruturação Organizacional; Redesenho de Processos; Diagnósticos.
- *Planejamento Empresarial:* Planejamento Estratégico; Desdobramento de Metas e Planos de Ação.
- *Gestão Estratégica de Pessoas:* Modelagem da Área de Gestão de Pessoas; Assessoria no Desenvolvimento de Projetos; Mentoring.
- *Pequenas Empresas:* Projetos adaptados às necessidades e porte da empresa.

SÓCIOS-CONSULTORES

Ério Nascimento



Atuação de 30 anos em cargos executivos nas seguintes empresas: Grupo Gerdau, Kepler Weber, Hospital Mãe de Deus, P2N Consultoria Empresarial, RGE - Rio Grande Energia, SICREDI e UNIMED Porto Alegre. Graduado em Administração com Especialização em Análise de Sistemas e Mestrado em Administração. Docente em programas de pós-graduação na ESPM. Membro do Conselho de Administração da SICREDI Nordeste / RS. Vice-presidente na Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH RS. Formação em Conselheiro de Administração pelo IBGC. Palestrante e instrutor em congressos e cursos *in-company*.
erio@nrconsultoria.com.br
 55 51 99392036

César Nivinski

Atuação de 28 anos em cargos técnicos e executivos nas seguintes empresas: Grupo Gerdau, VARIG, Kepler Weber, Adubos Trevo, Plumbum, Consultoria Empresarial, AES Sul, Seta S.A. e Safe Park. Experiência em consultoria empresarial para empresas de diversos segmentos e portes. Graduado em Ciências Contábeis. Docente em programas de pós-graduação na ESPM. Instrutor em cursos *in-company*.
nivinski@nrconsultoria.com.br
 55 51 97336088

Função: *Gerência Previdenciária*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Diretoria de Previdência*

Responsabilidades:

- Gerenciar o processo de folha de pagamento aos participantes de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos nos planos de benefícios.
- Gerenciar o processo de geração da receita de forma a garantir que os valores a serem arrecadados estejam de acordo com o estipulado nos planos de custeio.
- Gerenciar os processos de relacionamento com o cliente, de forma a garantir a presteza e a clareza das informações e solução de encaminhamentos e reclamações, visando a satisfação dos participantes.
- Gerenciar os processos de inscrição e manutenção cadastral, concessão de benefício, desligamento e concessão de empréstimo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos nos planos de benefícios.
- Gerenciar os processos judiciais referentes a reclamações originadas por participantes visando revisão dos seus benefícios.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Gerência de Controladoria*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Presidência*

Responsabilidades:

- Planejar o orçamento da Fundação CEEE, por plano de benefícios, com o objetivo de gerenciar as despesas e receitas, fluxos de caixa e expectativa patrimonial, fornecendo aos gestores informações para tomada de decisão.
- Gerenciar o controle das operações da carteira de investimentos de forma a garantir o cumprimento do planejamento estratégico de investimento, as políticas da Fundação CEEE e a legislação vigente.
- Gerenciar a divulgação das normas legais e fornecer orientação tributária as áreas, com agilidade e presteza, acompanhando a sua implementação e o recolhimento dos tributos.
- Apresentar aos gestores da entidade os resultados econômico/financeiro/atuariais com o objetivo de subsidiá-los para tomada de decisão.
- Projetar e desenvolver novos planos, com base na legislação vigente e premissas atuariais adequadas, de forma a contemplar as necessidades do cliente.
- Identificar necessidades de adequações nos planos em relação à legislação, tanto no aspecto estrutural como regulamentar.
- Efetuar a análise crítica dos resultados apresentados pela consultoria atuarial e auditorias a fim de encaminhar proposições ou esclarecimentos técnicos.
- Subsidiar a consultoria e auditoria atuarial com dados e informações claras e precisas a fim de proporcionar o desenvolvimento dos trabalhos solicitados.
- Realizar a avaliação atuarial dos planos, conforme procedimentos legais e normas vigentes.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Gerência de Expansão*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Diretoria de Previdência*

Responsabilidades:

- Gerenciar o processo de captação de novos Participantes, Patrocinadoras e Instituidores, com o objetivo de ampliar a base de participantes nos planos da Fundação CEEE.
- Propor e gerenciar estratégias de vendas dos planos de benefícios, visando viabilizar a prospecção, negociação e fechamento de novos contratos, seguindo diretrizes internas de segurança e externas referentes a legislação em vigor.
- Propor e gerenciar estratégias de marketing para posicionamento positivo no mercado sobre o conceito de previdência complementar, a solidez da Fundação CEEE e os diferenciais dos seus respectivos produtos.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Gerência de Gestão e Serviços*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Diretoria de Infraestrutura*

Responsabilidades:

- Liderar ações de melhorias em processos organizacionais visando a obtenção de ganhos de produtividade e qualidade no âmbito da empresa, com foco na racionalização e integração eficiente de atividades entre as áreas funcionais da Fundação CEEE.
- Desenvolver e gerenciar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação, observando o alinhamento às estratégias organizacionais e às melhores práticas de mercado.
- Gerenciar os projetos de sistemas e os serviços de suporte a fim de garantir o cumprimento dos cronogramas e o atendimento às necessidades das áreas da Entidade.
- Subsidiar a Diretoria a quanto às estratégias de T.I., prioridades de desenvolvimento e investimentos, bem como as respectivas implantações e continuidade.
- Prestar suporte técnico às áreas em relação à implementação de novas tecnologias, visando apoiar a tomada de decisão.
- Gerenciar as atividades da Fundação CEEE direcionadas a Qualidade, garantindo a aplicação de estratégias e instrumentos que possibilitem a constante evolução do processo de gestão da empresa.
- Desenvolver e gerenciar políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as práticas de mercado e estratégias internas da Fundação CEEE.
- Gerenciar o plano de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional de forma a atender as necessidades institucionais, de equipes e individuais.
- Gerenciar o processo de recrutamento e seleção utilizando meios e técnicas atuais de forma a garantir a contratação de profissionais adequados.
- Gerenciar ações de endomarketing para comunicação interna de ações, projetos, estratégias e temas relevantes para o quadro funcional e empresa, visando o equilíbrio do clima organizacional e comprometimento.
- Gerenciar o processo de saúde ocupacional implementando ações preventivas e corretivas, visando o cumprimento das normas vigentes e proporcionando a qualidade de vida no trabalho.
- Gerenciar o processo de suprimentos e contratação de serviços, com o objetivo de suprir as demandas da Entidade com qualidade e custo compatíveis.
- Gerenciar o processo de arquivo de documentos, com o objetivo de garantir a integridade física da documentação e a pronta disponibilidade aos usuários internos.
- Gerenciar a manutenção dos imóveis da Fundação CEEE, com o objetivo de preservá-los e em condições de uso próprio ou locação a terceiros.
- Gerenciar os serviços gerais como portaria, manutenção, climatização, cozinha e telefonia, com o objetivo de disponibilizá-los conforme necessidades das áreas internas.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da

empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.

- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Gerência de Investimentos*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Diretoria Financeira*

Responsabilidades:

- Assessorar a Diretoria Financeira e o CCI em relação a definição das estratégias de investimento, bem como garantir a sua operacionalização.
- Estudar e propor alternativas de investimento à Diretoria e CCI.
- Executar os investimentos aprovados pelo CCI em consonância com as políticas de investimento da Fundação CEEE.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Gerência Financeira e Contábil*

Nível: *Gerencial*

Subordinação: *Diretoria Financeira*

Responsabilidades:

- Gerenciar o processo de Arrecadação, com o objetivo de garantir que os valores a receber sejam efetivados.
- Gerenciar o processo de execução financeira, a fim de garantir que os compromissos assumidos pela Fundação CEEE sejam honrados perante fornecedores, participantes e patrocinadores.
- Gerenciar o processo de empréstimo, com o objetivo de assegurar o cumprimento das políticas de investimento e a satisfação dos participantes.
- Gerenciar o processo de seguro, com o objetivo de garantir o resultado à Fundação CEEE e o atendimento aos participantes, bem como o relacionamento com corretoras e seguradoras.
- Gerenciar o processo de registros contábeis de acordo com as normas vigentes, a fim de garantir a correta demonstração contábil representativa do patrimônio e de resultados da Fundação CEEE, por plano de benefícios, e suas obrigações acessórias.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Gerenciar as pessoas delegando atividades, acompanhando o desempenho e proporcionando o desenvolvimento individual e da equipe.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Auditoria Interna*

Nível: *Assessoria*

Subordinação: *Presidência*

Responsabilidades:

- Realizar trabalhos de auditoria de processos internos, controles, demonstrativos, cumprimento de requisitos e exigências de legislação pertinente e de políticas internas da Fundação CEEE.
- Realizar trabalhos de auditoria para prevenir e identificar a ocorrência de possíveis desvios, fraudes, erros e outras ocorrências no cumprimento de procedimentos, gestão de contratos, gestão de bens patrimoniais e demais operações da Fundação CEEE.
- Propor e obter aprovação para plano de trabalho da Auditoria Interna.
- Assessorar Diretoria e Gerências no estabelecimento de controles internos.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Assessoria Jurídica*

Nível: *Assessoria*

Subordinação: *Presidência*

Responsabilidades:

- Administrar o processo preventivo, de forma a assessorar juridicamente a Diretoria Executiva e demais áreas, através de pareceres e revisão da documentação, adequando os atos e procedimentos à legislação vigente.
- Administrar o processo do contencioso jurídico institucional, de forma a garantir a melhor solução para as ações judiciais e administrativas, bem como cumprir com as determinações legais.
- Administrar os contratos com escritórios de advocacia terceirizados, bem como realizar a mediação de procedimentos com as demais áreas da Fundação CEEE, com o objetivo de manter a prestação dos serviços de forma adequada.
- Prestar assessoria a Gerência Previdenciária sobre o contencioso jurídico de reclamatórias originadas por participantes visando revisão dos seus benefícios.
- Providenciar todos os registros necessários relativos a alterações estatutárias da Fundação CEEE.
- Auditar os processos com o objetivo de avaliar os escritórios de advocacia terceirizados.
- Atuar junto a órgãos públicos no sentido de solucionar questões de interesse da Fundação CEEE, bem como acompanhar processos administrativos.
- Assessorar a Diretoria Executiva e Conselhos em alterações Estatutárias da Fundação CEEE.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Assessoria de Comunicação*

Nível: *Assessoria*

Subordinação: *Presidência*

Responsabilidades:

- Administrar o processo de comunicação institucional, com o objetivo de garantir que informações relevantes para Fundação CEEE sejam repassadas aos respectivos públicos, da forma adequada e no tempo certo.
- Assessorar Diretoria e Gerências no relacionamento com os meios de comunicação.
- Assessorar as demais áreas da Fundação CEEE em suas necessidades de organização e edição de instrumentos de comunicação.
- Subsidiar a Diretoria Executiva na elaboração e revisão do planejamento estratégico da empresa, alinhando os planos de ação da área de sua responsabilidade às diretrizes e aos objetivos institucionais.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

Função: *Secretaria Geral*

Nível: *Assessoria*

Subordinação: *Presidência*

Responsabilidades:

- Organizar e secretariar as reuniões de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, efetuando todos os registros necessários e providenciando a emissão de documentos, conforme instrumentos normativos vigentes.
- Elaborar, encaminhar e controlar os trâmites para aprovação de Estatuto e Regulamento, bem como providenciar o atendimento às demais solicitações e exigências do órgão fiscalizador.
- Prestar suporte técnico às áreas em relação à redação e estruturação de textos destinados a documentos e relatórios institucionais.
- Atuar como agente facilitador entre as áreas, Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, com o objetivo de viabilizar o trâmite de documentos e informações.
- Gerenciar o arquivo de documentos sigilosos, conforme normas vigentes, com o objetivo de resguardar as informações, liberando o acesso, mediante autorização dos órgãos Executivos e Deliberativos.
- Subsidiar a Diretoria Executiva com dados, informações e proposições para a tomada de decisão.
- Gerenciar os processos sob sua responsabilidade, buscando a melhoria contínua, de forma a atingir os resultados desejados.
- Elaborar e propor o orçamento da área de sua responsabilidade, bem como gerenciar os recursos financeiros e patrimoniais que lhe forem disponibilizados.
- Representar a empresa na condição de preposto, palestrante e outras situações que lhe forem designadas.
- Participar em comissões, comitês e grupos de trabalho de âmbito institucional.
- Executar outras atividades eventuais, sob sua responsabilidade, quando designado.

ATA 771

Às nove horas do dia trinta de julho de dois mil e vinte, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo, na modalidade virtual, estando presentes nesta reunião, através de videoconferência realizada por intermédio do aplicativo Zoom, os Conselheiros Titulares – Moacir José Grippa – Presidente, Evandro Bremm, Júlio Elói Hofer, indicado pelo Grupo CEEE através do Ofício nº 086/2020 – GP, Rosaura Cunha Teixeira de Mello, Celionara Wiggers Piccini Guimarães e João Andersen Corte Real, eleito pelos participantes por maioria de votos em 29-06-2020, os Conselheiros Suplentes - Delmir Marques Gonçalves, Daniel Sperb Porto, indicado pelo Patrocinador RGE através da Carta P 009/2020, Marcelo Jaques Paludo e Natalício Cidnei Padilha de Oliveira, para tratar dos seguintes assuntos:

UM) ASSINATURA DAS ATAS ANTERIORES: O Presidente Moacir José Grippa iniciou a reunião dando boas-vindas aos novos Conselheiros Indicados Senhores Júlio Elói Hofer, Daniel Sperb Porto e ao Conselheiro Eleito João Andersen Corte Real. Continuando, informou que as reuniões são bem democráticas, sempre em busca do mesmo objetivo de buscar o fortalecimento desta EFPC para manter os compromissos com os participantes e estimular novos ingressos aos planos Família Previdência Associativo e Corporativo. Prosseguindo, reportou-se as minutas das atas nºs 769 e 770, de 25-06-2020 e 29-06-2020 respectivamente, sendo as mesmas assinadas eletronicamente. Assinala-se que as atas supramencionadas não foram assinadas no prazo regimental de 30 (trinta) dias, em razão do calendário de reuniões previamente aprovado por este Colegiado.

DOIS) REGISTRO DE POSSE MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL: Dando seguimento a pauta, o Presidente registrou que a posse dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ocorreu no dia 08-07-2020, solenidade realizada em gabinete após a habilitação pelo Dirigente máximo desta EFPC. A seguir registrou-se a transcrição dos termos de posse assinados eletronicamente pelos Conselheiros empossados:

TERMO DE POSSE nº 97 - Às quatorze horas do dia oito de julho de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, apresentaram-se para tomar posse os membros do Conselho Deliberativo, Senhor Moacir José Grippa – Titular, RG: 1006813818 SSP/RS, CPF: 160.721.380-04, Brasileiro, Administrador de Empresa, Empresário, Aposentado, divorciado, filiação: Gaudêncio Grippa e Pierina Casiraghi Grippa, residente na Rua Antonio Parreiras, 322 – apto 602 - Porto Alegre/RS, e-mail: mgripaaa@gmail.com; grippa@terra.com.br, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do Ofício nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020. Apresentou-se também, o Senhor Júlio Elói Hofer – Titular, RG: 2028661722 SSP/RS, CPF: 394.598.880-20, Brasileiro, Contador, casado sob o regime de união universal de bens, filiação: Jorge Hofer e Maria Nelsi Hofer, residente na Rua Carlos Pasinato, 75 – apto 801 - Canoas/RS, e-mail: julio.hofer@corsan.com.br; julio.hofer@bol.com.br, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do Ofício nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020. Apresentou-se ainda, o Senhor Daniel Sperb Porto – Suplente, RG: 9061839925 SSP/RS, CPF: 709.629.360-49, Brasileiro, Engenheiro Eletricista, casado sob o regime de comunhão universal de bens, filiação: Nilton Machado Porto e Maria Edith Sperb Porto, residente na Rua Cabral, 134 apto 4 - Porto Alegre/RS, e-mail: porto0311@gmail.com; daniel.porto@cpfl.com.br, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2022, indicado pelo Diretor-Presidente da RGE SUL, através da Carta P 009/2020, de 19-06-2020. Apresentou-se ainda, para tomar posse, o Conselheiro Eleito por maioria de votos, através do processo eleitoral devidamente regulamentado, cuja apuração dos votos ocorreu no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte, o Senhor João Andersen Corte Real – Titular, RG: 6007491738 SSP/PC/RS, CPF: 292.989.200.59, Brasileiro, Administrador, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, filiação: João Pereira Corte Real e Noemy Laurita Corte Real, residente na Rua Taveira Júnior, 350, casa 2- Porto Alegre/RS, e-mail: joaoacreal@gmail.com, para cumprir um mandato até 30 de junho

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

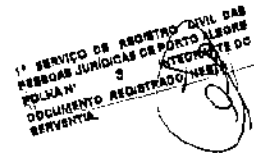
LIVRO: 26
PAGINA: 75

1º SERVIÇO DE REGISTRO, CANCELAMENTO E
RESCISÃO DE INSTRUMENTOS PÚBLICOS
FOLHA Nº 2 INTERANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

de 2024. Registrou-se que os Conselheiros acima referidos cumpriram todos os requisitos mínimos estabelecidos no art. 12 da Instrução Previc nº 13, de 28-06-2019, desta forma, foram devidamente habilitados pelo Dirigente Máximo desta EFPC, em reunião realizada dia 07-07-2020, Ata nº 1414. Registrou-se também, que os Conselheiros tomaram conhecimento e aceitam os termos do regimento interno do Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, vigente nesta data. Foi, então, lavrado o presente termo de posse que, lido e achado conforme, foi assinado pelos Conselheiros supracitados. Porto Alegre, 08 de julho de 2020." **TERMO DE POSSE nº 98** - Às quatorze horas do dia oito de julho de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, apresentaram-se para tomar posse os membros do Conselho Fiscal, Senhor Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann – Titular, RG: 7005298811 SJS/RS, CPF: 294.033.080-87, Brasileiro, Engenheiro Civil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, filiação: Nilo Harry Zimmermann e Alice Dutra Zimmermann, residente na Rua Manuel Cabeda Peres, 31, Porto Alegre/RS, e-mail: Zimmermann_educardo@hotmail.com para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do Ofício nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020. Apresentou-se ainda, para tomar posse, o Conselheiro Eleito por maioria de votos, através do processo eleitoral devidamente regulamentado, cuja apuração dos votos ocorreu no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte, o Senhor Ponciano Padilha – Titular, RG: 2000637005 SSP/RS, CPF: 251.466.960-04, Brasileiro, Contador, Divorciado, filiação: Juarez Fontoura de Oliveira e Clélia Padilha, residente na Rua Ivo Walter Kern, 599, Casa 39, Porto Alegre/RS, e-mail: poncipadilha@hotmail.com, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024. Registrou-se que os Conselheiros acima referidos cumpriram todos os requisitos mínimos estabelecidos no art. 12 da Instrução Previc nº 13, de 28-06-2019, desta forma, foram devidamente habilitados pelo Dirigente Máximo desta EFPC, em reunião realizada dia 07-07-2020, Ata nº 1414. Registrou-se também, que os Conselheiros tomaram conhecimento e aceitam os termos do regimento interno do Conselho Fiscal da Fundação Família Previdência, vigente nesta data. Foi, então, lavrado o presente termo de posse que, lido e achado conforme, foi assinado pelos Conselheiros supracitados. Porto Alegre, 08 de julho de 2020." **TRÊS) POSSE PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO:** Continuando, os Conselheiros Moacir José Grippa, Evandro Bremm e Júlio Elói Hofer, em atendimento ao §1º do artigo 19 do Estatuto da Fundação Família Previdência, escolheram e designaram entre si, como Presidente do Conselho Deliberativo, para um mandato de 2 (dois) anos, o Sr. Moacir José Grippa, e como seu substituto legal o Sr. Evandro Bremm. A seguir registrou-se a transcrição do termo de posse, que deverá ser assinado eletronicamente, pelos Conselheiros supracitados: **TERMO DE POSSE Nº 99** - Às nove horas do dia trinta de julho de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, em reunião virtual do Conselho Deliberativo, ata nº 771, os Conselheiros, Sr. Evandro Bremm- Titular, RG: 6037734412 SSP/RS, CPF: 685.370.420-72, Brasileiro, Advogado, casado sob o regime de união parcial de bens, filiação: Vendelino Bremm e Celita Angela Bremm, residente na rua Doutor Érico Manuel Filho nº 45 – Porto Alegre/RS, e-mail: evandrob@ceee.com.br; ebremm1975@gmail.com, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do ofício nº 071-2018/GP, datado de 07-06-2018, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2022; o Sr. Moacir José Grippa – Titular, RG: 1006813818 SSP/RS, CPF: 160.721.380-04, Brasileiro, Administrador de Empresa, Empresário, Aposentado, divorciado, filiação: Gaudêncio Grippa e Pierina Casiraghi Grippa, residente na Rua Antonio Parreiras, 322 – apto 602 - Porto Alegre/RS, e-mail: mgripaaa@gmail.com; grippa@terra.com.br, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do Ofício nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024; o Senhor Júlio Elói Hofer –



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PAGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



Titular, RG: 2028661722 SSP/RS, CPF: 394.598.880-20, Brasileiro, Contador, casado sob o regime de união universal de bens, filiação: Jorge Hofer e Maria Nelsi Hofer, residente na Rua Carlos Pasinato, 75 – apto 801 - Canoas/RS, e-mail: julio.hofer@corsan.com.br; julio.hofer@boi.com.br, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através do Ofício nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020, para cumprir um mandato até 30 de junho de 2024, escolheram e designaram entre si, como Presidente do Conselho Deliberativo, para cumprir um mandato determinado até 30-06-2022, o Senhor Moacir José Grippa, e como seu substituto legal o Senhor Evandro Bremm. Foi então mandado lavrar o presente termo de posse que, após lido e achado conforme, foi assinado pelos Conselheiros acima referidos. Porto Alegre, 30 de julho de 2020." Os Conselheiros parabenizaram o Presidente Moacir Grippa pela recondução, desejando um excelente mandato. **QUATRO) POSSE DIRETORIA EXECUTIVA:** Prosseguindo, o Presidente Moacir Grippa recordou que este Colegiado autorizou, na reunião ordinária do dia 25-06-2020, o envio da documentação dos Dirigentes indicados à PREVIC para habilitação. Continuando, informou que no dia 09-07-2020 o referido Órgão Fiscalizador expediu, por meio da Nota Técnica nº 645/2020/PREVIC, o atestado de habilitação do Diretor-Presidente, Sr. Rodrigo Sisnandes Pereira. Os Conselheiros questionaram sobre a permanência da atual Diretoria. Na oportunidade, foi solicitada a presença do Diretor-Presidente juntamente com o Gerente Jurídico, Moacir Reis de Oliveira Jr., para esclarecimentos sobre o assunto. O Gerente Moacir esclareceu que, conforme art. 76 do estatuto, os demais membros da Diretoria Executiva permanecem em pleno exercício do cargo até a posse dos substitutos. No seguimento, registrou-se a transcrição do termo de posse: **"TERMO DE POSSE Nº 31** – Às nove horas do dia trinta de julho de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, em reunião do Conselho Deliberativo, ata nº 771, apresentou-se o Sr. Rodrigo Sisnandes Pereira, RG: 1064758236 SSP/RS, CPF: 000.129.690-60, Brasileiro, Administrador de Empresa, solteiro com registro de União Estável, filiação: Olavo Sisnandes Pereira e Maria de Fátima da Silva Pereira, residente na Duque de Caxias, 995 apto 402 – Bloco A – Porto Alegre/RS, e-mail: rsisnandes@familiaprevidencia.com.br, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através dos ofícios nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020, e nomeado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, em reunião realizada dia 25-06-2020, Ata nº 769, para tomar posse no cargo de Diretor-Presidente da Fundação Família Previdência, para cumprir um mandato determinado até 30 de junho de 2022, o que ocorreu com base nos atos constitutivos desta EFPC. Registra-se que o Dirigente acima referido cumpriu todos os requisitos estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 13, de 28-06-2019, estando devidamente habilitado pelo referido órgão fiscalizador, conforme atestado de habilitação nº 2020.340, de 09-07-2020. Registra-se, também, que o Dirigente tomou conhecimento e aceita os termos do Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Família Previdência, vigente nesta data. Foi então lavrado o presente termo de posse que, após lido e achado conforme, vai assinado pelo Presidente do Conselho Deliberativo desta Entidade, e pelo Dirigente supracitado. Porto Alegre, 30 de julho de 2020." **CINCO) DESIGNAÇÕES COMITÊ DE ÉTICA:** Continuando, o Presidente informou que este Colegiado deverá designar os novos representantes para compor o Comitê de Ética desta EFPC, visto que o mandato dos membros indicados expirou em junho/2020. Após debates, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, manter as designações dos Conselheiros: Evandro Bremm – Titular e Celionara Wiggers P. Guimarães – Suplente. **SEIS) APROVAÇÃO DOS AJUSTES NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020/2024:** No seguimento, o Presidente Moacir Grippa submeteu aos demais conselheiros os ajustes propostos pela Diretoria Executiva na Política de Investimentos 2020/2024. Informou ainda, que o ajuste solicitado se trata do item 3.2 – Atribuições e responsabilidades do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), mais especificamente quanto a designação do AETQ, conforme demonstrado no documento anexo a esta ata. Após análise e prestados os devidos esclarecimentos, o Conselho Deliberativo aprovou por

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

LIVRO: 26
PAGINA: 77

unanimidade, com vigência a partir desta data, a proposta de ajustes contida na Política de Investimentos 2020/2024. **SETE) APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PRINCIPAIS PROJETOS:** A seguir, o Presidente Moacir Grippa solicitou a presença da Diretoria Executiva da Fundação Família Previdência, para apresentação do assunto. Com a palavra, o Diretor-Presidente, Rodrigo Sisnandes, apresentou o Planejamento Estratégico 2019/2023, enfatizando a Diretriz Fundamental da Fundação Família Previdência - "Aumentar a Participação no Mercado de Previdência Privada", assim como os desdobramentos e seus objetivos estratégicos. No seguimento, abordou os princípios da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos no âmbito das EFPC's. Continuando, apresentou os principais projetos vinculados ao Planejamento Estratégico, listados a seguir: a) Um Olhar para Gestão: tem por objetivo atender o desdobramento – aprimorar o modelo de governança – estimulando a qualificação, a melhoria de performance, o aprimoramento, a disseminação do conhecimento, o engajamento e a mudança do mindset da Governança; b) Programa Top Relacionamento: tem como finalidade aprimorar o relacionamento com o participante, desenvolver a cultura comercial, adotar postura ativa junto ao participante, aumentar o volume de ticket médio por participante e principalmente ser a melhor gestora de Previdência do Sul do Brasil e c) Prevlab – projeto que busca disseminar a cultura de longo prazo e aumentar a adesão nos planos previdenciários, através de Workshop de Educação Financeira e Previdenciária. Finalizando, o Diretor-Presidente informou que será realizado na segunda quinzena de agosto/2020 a segunda edição do Workshop para Dirigentes, evento que acontece a cada dois anos, quando da renovação da Governança, que tem por objetivo proporcionar uma formação básica do funcionamento da Fundação e o Sistema de Previdência Complementar. Registra-se que a apresentação se encontra anexa à presente ata. Os Conselheiros agradeceram os esclarecimentos prestados. **OITO) APROVAÇÃO DO QUANTI-QUALITATIVO:** Continuando, o Diretor-Presidente e demais membros da Diretoria Executiva reportaram-se ao relatório que trata da avaliação quanti-qualitativa do quadro de lotação da Fundação Família Previdência, com projeção de médio-longo prazo. Inicialmente o Diretor-Presidente informou que a última avaliação Quanti-Qualitativa ocorreu no ano de 2002, no exercício de 2014 houve a Reestruturação Organizacional com uma redução de 30% (trinta por cento) do quadro funcional e, em 2017 ocorreu o Realinhamento Organizacional com realocação e criação de gerências / extinção da função gratificada. Disse ainda, que o objetivo deste trabalho elaborado pelo grupo gerencial e aprovado pela Diretoria Executiva é apresentar um diagnóstico do quadro de lotação atual, além de proporcionar uma visão das capacidades instaladas e quais fatores que motivaram a avaliação do efetivo, tudo com base nos seguintes desenvolvimentos organizacionais: a) Mudança do posicionamento estratégico; b) Alteração do nome fantasia e construção de uma nova marca; c) Incorporação de novos processos e atividades, oriundas das demandas e exigências do seguimento previdenciário; d) Administração de 12 planos de benefícios para 22 clientes; e) Incremento na captação de novos Patrocinadores e Instituidores; f) Certificação da Norma ISO 9001 versão 2015; g) Aumento no número de participantes com ingresso de novos CPFs e h) Crescimento de patrimônio. Continuando, informou que o trabalho contempla como objetivos específicos a criação das vagas de supervisor no quadro de lotação; a projeção das vagas ocupadas por colaboradores optantes pelo Plano de Incentivo e Compromisso – PIC; a análise quanti-qualitativa do quadro de lotação da Fundação de médio-longo prazo, com base em comparativos e projeções orçamentárias; o quadro de lotação proposto de acordo com a projeção de crescimento e/ou redução de processos/atividades das áreas e atender com personalização os atuais clientes e comercializar planos para um público já estimado de mais de 50 mil pessoas. Finda a apresentação, o Presidente Moacir Grippa abriu espaço para esclarecimentos e comentários. O Conselheiro Delmir registrou um elogio a construção do trabalho ora apresentado, parabéns a qualidade das pessoas e profissionais que circulam aqui por este Colegiado. A Conselheira Rosaura recordou do estudo da Previc que demonstra o custo por participante, questionando se essa proposta não vai

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

LIVRO: 26
PAGINA: 78

aumentar ainda mais o custo por participante. O Diretor Jeferson esclareceu que esta questão foi analisada e debatida no âmbito da Diretoria, complementando que os estudos realizados pela Gerência de Controladoria são mais aderentes a realidade da Fundação. A Conselheira questionou também, se foi analisada a retirada da Patrocinadora CGTEE. Tendo sido informado pelo Diretor Jeferson que esta EFPC, conforme plano de transferência da CGTEE, ficará com um saldo de um ano do PGA após efetivada a transferência de gestão para a ELOS. Ainda com a palavra, a Conselheira questionou se na avaliação da Diretoria Executiva o momento é adequado para se pensar em contratações. O Diretor-Presidente informou que não tem dúvidas de que o melhor momento do nosso segmento é agora, a economia já está voltando a recuperação, a Fundação registrou um recorde histórico em relação ao CDI, somente no plano Família Previdência Associativo o retorno em relação ao CDI foi de 1.633%, os investimentos estão reagindo muito bem, a Fundação já recuperou boa parte do resultado negativo do primeiro trimestre. Disse ainda, que estamos aqui diante do Conselho solicitando uma autorização, isso não significa que amanhã vamos sair contratando pessoas, teremos uma série de cuidados nessas contratações, muita coisa mudou com a chegada do Home Office, tudo será adequado ao seu tempo, nós enquanto Diretoria Executiva buscamos sempre cumprir aquilo que é determinado por este Colegiado. A Conselheira Celionara registrou que o relatório está muito bem elaborado e embasado com dados e fatos, no entanto estamos vivendo um cenário muito volátil, e também não podemos esquecer o contexto de privatização do Grupo CEEE. O Diretor Jeferson esclareceu que somos uma empresa privada que faz avaliações de tempos em tempos, e estamos buscando uma projeção de crescimento, aqui na Fundação ninguém tem estabilidade, se precisar reavaliarmos as projeções. Disse ainda, que a Diretoria Executiva faz reuniões mensais com o grupo de gerentes para adaptar a empresa, nesse momento estamos projetando o crescimento desta EFPC como a maior gestora de previdência do sul do Brasil, e para isso precisamos de pessoas, mesmo em meio a uma pandemia conseguimos incluir 600 novos participantes, temos um mercado gigante para ser explorado e estamos aqui solicitando a autorização deste Conselho para expandir enquanto empresa, e atingir nossa Diretriz Fundamental que é aumentar a participação no mercado de previdência privada. Prestados os devidos esclarecimentos, o Presidente Moacir Grippa agradeceu a presença da Diretoria Executiva, abrindo espaço para debates. O Conselheiro Marcelo Paludo disse que entende a proposta apresentada, no entanto no seu entendimento, esse não é o momento adequado para aprovação desse assunto. O Conselheiro Evandro disse que, dentro de tudo que foi manifestado, compreende as colocações e preocupações, principalmente com relação ao processo de desestatização. No entanto, a proposta é justamente a desvinculação da Fundação Família Previdência do Grupo CEEE, para expandir e gerir com excelência nossos recursos. Disse ainda, que devemos dar essa liberdade à Diretoria Executiva aprovando esse trabalho, para que seja possível atender o Planejamento Estratégico aprovado aqui neste Colegiado. O Conselheiro Júlio Hofer expressou que ouviu atentamente as explicações, considerando que as visões estão com o mesmo objetivo, existe muita indefinição por parte do mercado, porém considera importante dar um voto de confiança à gestão para atender as demandas. Disse ainda, que percebeu que a Fundação está passando por vários desafios estratégico, precisando de pessoas qualificadas para executar atividades, pensar no futuro da empresa e atender com excelência os clientes. O Conselheiro João Corte manifestou que concorda com todas as colocações, preocupações e explicações, porém considera que a Diretoria Executiva tem todas as condições de avaliar as contratações quando necessário, e se for preciso este Colegiado poderá intervir quando for preciso. A Conselheira Rosaura entende que esse não é o momento adequado para aprovação deste trabalho, propondo que se espere as movimentações com relação ao processo de privatização, sugerindo a reavaliação desse assunto posteriormente. A Conselheira Celionara concorda com a proposta da Conselheira Rosaura de que não é o momento oportuno para aprovação, visto as muitas mudanças de cenários. O Presidente Moacir Grippa disse que entende perfeitamente todas as colocações, no entanto tem plena confiança na gestão, aprovando o assunto. Finda a explicação da Diretoria Executiva, e

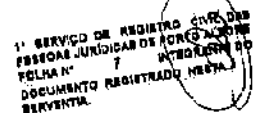


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

LIVRO: 26
PAGINA: 79

com base no Relatório Técnico anexo à presente ata, o Conselho Deliberativo aprovou, por maioria, com os votos contrários das Conselheiras Rosaura Cunha e Celionara Guimarães, a implantação do quanti-qualitativo da Fundação Família Previdência. O Conselho Deliberativo determinou que a Diretoria Executiva apresente mensalmente a este Colegiado relatório de acompanhamento e execução do trabalho ora aprovado. **NOVE) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 004/2020 – ELEIÇÕES DE DIRIGENTES:** Prosseguindo, foi requerida a presença da Auditora Interna Bruna da Silva Oliveira para apresentar o resultado dos exames e levantamentos sobre as Eleições de Dirigentes da Fundação Família Previdência, ocorridas em junho/2020. A Auditora explanou sobre o objetivo da referida Auditoria, o escopo, as limitações do escopo, tipo de trabalho, as áreas envolvidas, o prazo e os documentos utilizados no trabalho, a população auditada, os testes realizados, os testes de validação dos participantes votantes no sistema Eleiro, a verificação de registro de voto eletrônico anterior e posterior as datas e horários definidos no Regulamento Eleitoral, a verificação de possibilidade de duplicidade de votos e testes analíticos realizados. A Auditora informou que após análise a Auditoria Interna concluiu que a Eleição de Dirigentes de 2020 está aderente ao Regulamento Eleitoral 2020, o que demonstra regularidade no processo. Finda apresentação, o Conselho Deliberativo registrou que tomou conhecimento do Relatório de Auditoria nº 004/2020, anexo a presente ata, referente ao processo eleitoral 2020. **DEZ) APROVAÇÃO DA MINUTA EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 098/2020-GP:** No seguimento, o Presidente Moacir Grippa solicitou a presença dos membros da Diretoria Executiva e do Gerente Jurídico, Moacir Reis de Oliveira Jr., para apresentação da minuta em resposta ao ofício nº 098/2020-GP. Inicialmente o Diretor-Presidente Rodrigo Sisnandes fez um apanhado geral do processo que fundamenta a referida minuta elaborada pela Comissão Multidisciplinar composta por membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, com acompanhamento jurídico interno e externo. Destacou que a Fundação Família Previdência desenvolveu um roteiro de transparência total do processo iniciado com a criação da Comissão ora mencionada, informando que, nesta toada, estão sendo realizadas reuniões com as Entidades, será disponibilizado comunicado aos participantes quanto ao tema, serão realizadas reuniões com os participantes, assim como será efetuado acompanhamento da PREVIC com relação ao andamento do processo. Explanou sobre o papel desta Entidade, os compromissos do Grupo CEEE e a origem destes compromissos, quem são os afetados, quais as garantias, de quem são as garantias, quais os pontos estão em discussão, os riscos envolvidos, os interesses e os deveres da Fundação Família Previdência. Discorreu, também, sobre o volume de pagamento de benefícios dos planos, dos atuais clientes e da dívida do Grupo CEEE aberta por plano e por Companhia (D e GT). Falou sobre os compromissos do Grupo CEEE, fluxo mensal do Grupo CEEE, participantes dos planos e os respectivos compromissos e patrimônio por plano. Relatou, também, que a Diretoria Executiva solicitou um parecer jurídico externo, anexo a esta ata, elaborado pelo escritório Souto Correa Advogados, sobre os aspectos administrativos da venda do controle da CEEE-D e da CEEE-GT, bem como da manutenção de garantias e dos termos de acordo. A Conselheira Celionara questionou ao Gerente Jurídico se o conteúdo da minuta de correspondência ora analisada não estaria abrindo mão dos direitos e garantias atualmente existentes, tendo o Sr. Moacir Reis de Oliveira Júnior respondido que o teor da manifestação não importa ou caracteriza declínio de qualquer direito ou garantia. O Presidente Moacir Grippa informou que a minuta foi discutida e aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão Multidisciplinar com assessoramento da Gerência Jurídica e do Escritório Souto Correa Advogados, destacando que o objetivo da Entidade é manter os compromissos com os participantes. A Conselheira Rosaura sugeriu a adequação do parágrafo que trata da exclusão da solidariedade, propondo a exclusão da frase "razão pela qual, em princípio, dependeria do mesmo instrumento normativo para a sua extinção", bem como a alteração do prazo de 12 (doze) para 36 (trinta e seis) meses para não fechar o CEEEPREV à novas adesões, após a conclusão da Privatização, sendo as referidas propostas de alterações aprovadas por unanimidade pelo Conselho Deliberativo. Após ajustes, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a minuta da

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



correspondência em resposta ao Ofício nº 098/2020 - GP. **ONZE) DESIGNAÇÕES - ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ; ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - ARPB E DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:** Dando seguimento, e em atendimento ao item 2.3.1 (f) da Política de Governança da Fundação Família Previdência o Conselho Deliberativo aprovou as seguintes designações: a) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Sr. Rodrigo Sisnandes Pereira. Registrou-se que a designação do Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB e Diretor Responsável pela Contabilidade será realizada quando da habilitação e posse dos novos membros da Diretoria Executiva. **DOZE) ANÁLISE DO RCI 2º SEMESTRE/2019:** Prosseguindo, os membros do Conselho Deliberativo designados na reunião do dia 25-06-2020, ata nº 769, apresentaram a manifestação com relação ao Relatório dos Controles Internos - 2º semestre 2019 emitido pelo conselho fiscal. Após análise, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a referida manifestação, encaminhando para providências da Diretoria Executiva. **TREZE) APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO:** No seguimento, foi requerida a presença do Diretor-Presidente, Rodrigo Sisnandes, que veio acompanhado do Gerente de Controladoria, Lucio Sartori, para apresentar a proposta de Política de Gestão de Continuidade de Negócios. Inicialmente o Gerente informou que a referida Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, responsabilidades e definição da estrutura de funcionamento a serem observados no Plano de Continuidade de Negócios desta EFP, de forma a minimizar os impactos financeiros, operacionais, de imagem, legais e regulatórios decorrentes de indisponibilidade dos recursos humanos, materiais e tecnológicos essenciais para o funcionamento de suas operações, passando a explanar sobre a abrangência, diretrizes, atribuições, estrutura e amparo legal. Finda apresentação, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a Política de Gestão de Continuidade de Negócio, anexa a esta ata, que entrará em vigor a partir desta data. **QUATORZE) APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE ALÇADA DECISÓRIA - FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA:** Continuando, o Gerente de Controladoria apresentou a proposta de Política de Alçada Decisória que tem por finalidade formalizar e estabelecer as responsabilidades, critérios e limites para as aprovações relacionadas à tomada de decisão, principalmente, as que envolvem recursos orçamentários e financeiros da empresa. O Gerente discorreu sobre os princípios observados na referida Política, o objetivo, a abrangência, as diretrizes, as áreas e gestores responsáveis, as competências e alçadas e o amparo legal. Após análise, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a Política de Alçada Decisória, anexa, que entrará em vigor a partir desta data. **QUINZE) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS - AGOSTO/2020:** No seguimento, foi solicitada as presenças do Diretor Financeiro, Gilberto Valdez e do Gerente de Investimentos, Bernardo Baggio. O Gerente Bernardo apresentou a proposta de movimentação de recursos para o mês de agosto/2020. Prestados os devidos esclarecimentos, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta de alçada para as operações compromissadas para o mês de agosto/2020, recomendada pelo Comitê Consultivo de Investimentos - CCI e aprovada pela Diretoria Executiva. A referida proposta de alçada encontra-se anexa a presente ata. **DEZESSEIS) APRECIÇÃO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TRIMESTRE:** Finalizando, foi requerida a presença do Diretor Financeiro, Gilberto Valdez, que veio acompanhado do Gerente Financeiro e Contábil, Adriano Medeiros, para apresentar a realização orçamentária 2º trimestre/2020, anexo à ata. Após apresentação o Conselheiro Marcelo Paludo sugeriu que seja realizada uma análise dos impactos da adoção do Home Office, em razão da Pandemia de COVID, bem como um estudo de medidas de perenidade de algumas práticas adotadas que poderão refletir na redução de custos para a peça orçamentária de 2021. O Conselheiro Daniel Sperb propôs a otimização de custos para próxima peça orçamentária, a análise das verbas orçamentárias que não serão utilizadas em razão de novos padrões e medidas adotadas pela Fundação Família Previdência, assim como a análise criteriosa da real necessidade de remanejo para o próximo trimestre. O Conselho Deliberativo registrou que tomou conhecimento do



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

LIVRO: 26
PAGINA: 81

acompanhamento da realização orçamentária referente ao 2º trimestre/2020, anexo à ata, e após análise, solicito a revisão do documento para próxima apresentação. **DEZESETE)**

Assuntos Gerais: a) Entrega de Documentos: Registrou-se que no período de 25-06-2020 a 30-07-2020, foram disponibilizados os seguintes documentos: i) Súmulas das Reuniões de Diretoria Executiva nºs 1413 a 1415; ii) Súmula da Reunião do Comitê Consultivo de Investimentos – CCI nº 15/2020; iii) Súmulas e Atas nºs 529 a 530 do Conselho Fiscal; iv) Controle de ratings, Investimentos Estruturados (06/2020); v) Tabela NTN-B junho/2020; vi) Fluxo das Patrocinadoras - competências 05/2020; vii) Cenário Legal junho/2020; Resolução CNSP Nº 385, DE 09.06.2020, Resolução CNPC Nº 037, DE 13.03.2020 (DOU DE 05.06.2020), Portaria SEPRT Nº 14.213, DE 15.06.2020, Portaria PREVIC_DICOL Nº 453, DE 29.06.2020 – Diário Oficial, Portaria Ministério da Economia Nº 245, DE 15.06.2020, LEI Nº 14.010, DE 10.06.2020, Decretos 20625, 20623 e 20609; viii) Justificativa Técnica e Relatório de Providência – DNP de maio/2020; ix) Relatório de investimento – 1º trimestre 2020. E, por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião às 18h30min, da qual eu, Carla Gomes da Silva, Secretária designada, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes e por mim.

Moacir José Grippa – Presidente

Evandro Bremm

Júlio Elói Hofer

Celionara Wiggers P. Guimarães

João Andersen Corte Real

Rosaura Cunha Teixeira de Mello

Secretária

Carla Gomes da Silva

1754907



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO


acd_771_com_anexos-20200828144347.pdf

Documento número #94babf94-1693-49f2-81f8-1263f4b07a8c



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 9 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Assinaturas

-  CARLA GOMES DA SILVA
Assinou
-  CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES
Assinou
-  EVANDRO BREMM
Assinou
-  MOACIR JOSÉ GRIPPA
Assinou
-  ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO
Assinou
-  JOÃO ANDERSEN CORTE REAL
Assinou
-  JÚLIO ELÓI HOFER
Assinou

Log

- 28 ago 2020, 14:44:00 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c criou este documento número 94babf94-1693-49f2-81f8-1263f4b07a8c. Data limite para assinatura do documento: 27 de setembro de 2020 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 28 ago 2020, 14:44:02 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: cgomes@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CARLA GOMES DA SILVA e Telefone celular *****9618, com hash prefixo 63ca5d(...).
- 28 ago 2020, 14:44:03 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: celionarawg@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES e Telefone celular *****0359, com hash prefixo e94302(...).



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PAGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

28 ago 2020, 14:44:04 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: evandrob@ceee.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo EVANDRO BREMM e Telefone celular *****8847, com hash prefixo ea41ff(...).

28 ago 2020, 14:44:05 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: grippa@terra.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MOACIR JOSÉ GRIPPA e Telefone celular *****6811, com hash prefixo 729094(...).

28 ago 2020, 14:44:06 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: rosauram1311@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO e Telefone celular *****6587, com hash prefixo a99f58(...).

28 ago 2020, 14:44:08 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: joaoacreal@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JOÃO ANDERSEN CORTE REAL e Telefone celular *****2341, com hash prefixo 5655e2(...).

28 ago 2020, 14:44:09 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: julio.hofer@corsan.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JÚLIO ELÓI HOFER e Telefone celular *****7070, com hash prefixo 3a0dbf(...).

28 ago 2020, 14:55:24 EVANDRO BREMM assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****8847 (via token), com hash prefixo ea41ff(...). CPF informado: 685.370.420-72. IP: 186.219.192.68. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 ago 2020, 15:02:03 MOACIR JOSÉ GRIPPA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****6811 (via token), com hash prefixo 729094(...). CPF informado: 160.721.380-04. IP: 179.165.184.60. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 ago 2020, 15:13:05 CARLA GOMES DA SILVA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****9618 (via token), com hash prefixo 63ca5d(...). CPF informado: 976.732.850-53. IP: 138.36.105.83. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 ago 2020, 16:00:58 CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****0359 (via token), com hash prefixo e94302(...). CPF informado: 808.176.610-34. IP: 177.7.59.85. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 ago 2020, 16:53:45 JOÃO ANDERSEN CORTE REAL assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****2341 (via token), com hash prefixo 5655e2(...). CPF informado: 292.989.200-59. IP: 179.187.75.37. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 ago 2020, 17:24:56 ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****6587 (via token), com hash prefixo a99f58(...). CPF informado: 424.330.530-72. IP: 143.208.151.66. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PAGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

- 31 ago 2020, 09:16:23 JÚLIO ELÓI HOFER assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****7070 (via token), com hash prefixo 3a0dbf(...). CPF informado: 394.598.880-20. IP: 200.198.136.158. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 31 ago 2020, 09:16:24 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 94babf94-1693-49f2-81f8-1263f4b07a8c.



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 11 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Hash do documento original (SHA256): 2d3fe0d9a016f614c5c23c975c879f139638279a08ed8d3da44a93488050cfe3

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 94babf94-1693-49f2-81f8-1263f4b07a8c, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.





1º TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO DE REGISTROS DE PORTO ALEGRE

Av. Borges de Medeiros, 308 - 2º andar - CEP 90020-020 - Centro - Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 3211.3666
www.titulosedocumentos.com.br - titulosedocumentos@titulosedocumentos.com.br

Oficial: Bel. Pêrsio Brinckmann Filho



CERTIDÃO

Certifico que o presente documento, com 11 folha(s) numeradas, é cópia fiel do documento arquivado e protocolado sob o nº 1754907, livro 91 A, à folha 150V e registrado em 13 de outubro de 2020, à(s) folhas(s) 166 F, sob o número de ordem 112047, no livro A número 297 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 13 de outubro de 2020.

Cláudio José Alves Dias-Escrevente Autorizado



Total: R\$ 250,70 + R\$ 18,20 = R\$ 268,90

Certidão PJ (11 pgs): R\$ 101,20 (0449.04.2000001.03812 = R\$ 3,30)

Exame documentos: R\$ 42,40 (0449.04.2000001.03811 = R\$ 3,30)

Averbação PJ s/ fins econômicos: R\$ 63,10 (0449.04.2000001.03810 = R\$ 3,30)

Microfilmagem/Digitalização: R\$ 24,00 (0449.03.1400001.48862 = R\$ 2,70)

Processamento eletrônico: R\$ 15,00 (0449.01.1900001.40021, 40023 a 40024 = R\$ 4,20)

Conf. Documento Público: R\$ 5,00 (0449.01.1900001.40022 = R\$ 1,40)

ATA 772

Às nove horas do dia dez de agosto de dois mil e vinte, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo, na modalidade virtual, estando presentes nesta reunião, através de videoconferência realizada por intermédio do aplicativo Zoom, os Conselheiros Titulares – Moacir José Grippa – Presidente, Evandro Bremm, Júlio Elói Hofer, Rosaura Cunha Teixeira de Mello, Celionara Wiggers Piccini Guimarães e João Andersen Corte Real, os Conselheiros Suplentes - Delmir Marques Gonçalves, Daniel Sperb Porto, Marcelo Jaques Paludo e Natalício Cidnei Padilha de Oliveira, para tratar o que segue: **UM) POSSE DIRETORIA EXECUTIVA- DIRETOR DE PREVIDÊNCIA:** O Presidente Moacir Grippa iniciou a reunião recordando que este Colegiado autorizou, na reunião ordinário do dia 25-06-2020, o envio da documentação dos Dirigentes indicados à PREVIC para habilitação. Continuando, informou que no dia 05-08-2020 o referido Órgão Fiscalizador expediu, por meio da Nota Técnica nº 701/2020/PREVIC, o atestado de habilitação do Diretor de Previdência, Sr. Jeferson Luis Patta de Moura. No seguimento, solicitou a presença de todos os membros da Diretoria Executiva e, desejou sucesso na continuidade do excelente trabalho executado pelo Diretor Jeferson em sua trajetória junto a Fundação Família Previdência, agora à frente da pasta da Diretoria de Previdência. O Diretor Jeferson agradeceu e, informou que em toda sua trajetória profissional sempre esteve próximo aos participantes da Fundação Família Previdência e é com imensa satisfação e alegria que assume a Diretoria de Previdência para dar continuidade ao excelente trabalho iniciado na Gestão anterior na condução da expansão da Entidade e na manutenção dos interesses dos Participantes. No seguimento, efetuou-se a leitura do termo de posse, a seguir transcrito: **TERMO DE POSSE Nº 60:** "Às nove horas do dia dez de agosto de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, em reunião do Conselho Deliberativo, ata nº 772, apresentou-se o Sr. Jeferson Luis Patta de Moura, RG: 1026054401 SSP/RS, CPF: 360.117.700/53, Brasileiro, Administrador de Empresa, divorciado, filiação: Amadelino Carvalho de Moura e Eucilia Wanda Patta de Moura, residente na Rua Dona Ondina, 242/ apt. 201 – Porto Alegre/RS, e-mail: jefersonpatta@gmail.com, eleito por maioria de votos, através do processo eleitoral devidamente regulamentado, cuja apuração dos votos ocorreu no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte, e homologado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, em reunião realizada dia 29-06-2020, Ata nº 770, para tomar posse no cargo de Diretor de Previdência da Fundação Família Previdência, para cumprir um mandato determinado até 30 de junho de 2022, o que ocorreu com base nos atos constitutivos desta EFPC. Registra-se que o Dirigente acima referido cumpriu todos os requisitos estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 13, de 28-06-2019, estando devidamente habilitado pelo referido órgão fiscalizador, conforme atestado de habilitação nº 2020.364, de 05-08-2020. Registra-se, também, que o Dirigente tomou conhecimento e aceita os termos do Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Família Previdência, vigente nesta data. Foi então lavrado o presente termo de posse que, após lido e achado conforme, vai assinado pelo Presidente do Conselho Deliberativo desta Entidade, e pelo Dirigente supracitado. Porto Alegre, 10 de agosto de 2020." Registrou-se a designação do referido Diretor como o Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios – ARPB, em atendimento ao item 2.3.1 (f) da Política de Governança da Fundação Família Previdência. E, por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião às 10h, da qual eu, Carla Gomes da Silva, Secretária designada, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes e por mim.

Moacir José Grippa – Presidente

Evandro Bremm

1754908
[Barcode]

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

LIVRO: 26
PAGINA: 83

Júlio Elói Hofer

Celionara Wiggers P. Guimarães

João Andersen Corte Real

Rosaura Cunha Teixeira de Mello

Secretária

Carla Gomes da Silva

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 2 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.



1754908



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

acd_772__final-20200828152912.pdf

Documento número #2d3e9556-2fe4-47d2-ba27-84f4a503011a

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 3 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Assinaturas

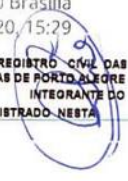
- ✓ CARLA GOMES DA SILVA
Assinou
- ✓ CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES
Assinou
- ✓ EVANDRO BREMM
Assinou
- ✓ MOACIR JOSÉ GRIPPA
Assinou
- ✓ ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO
Assinou
- ✓ JOÃO ANDERSEN CORTE REAL
Assinou
- ✓ JÚLIO ELOI HOFER
Assinou

Log

- 28 ago 2020, 15:29:21 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c criou este documento número 2d3e9556-2fe4-47d2-ba27-84f4a503011a. Data limite para assinatura do documento: 27 de setembro de 2020 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 28 ago 2020, 15:29:22 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: cgomes@familiaprevidencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CARLA GOMES DA SILVA e Telefone celular *****9618, com hash prefixo 63ca5d(...).
- 28 ago 2020, 15:29:23 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: celionarawg@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES e Telefone celular *****0359, com hash prefixo e94302(...).



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



- 28 ago 2020, 15:29:24 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-4/2d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: evandrob@ceee.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo EVANDRO BREMM e Telefone celular *****8847, com hash prefixo ea41ff(...).
- 28 ago 2020, 15:29:26 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: grippa@terra.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MOACIR JOSÉ GRIPPA e Telefone celular *****6811, com hash prefixo 729094(...).
- 28 ago 2020, 15:29:27 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: rosauram1311@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO e Telefone celular *****6587, com hash prefixo a99f58(...).
- 28 ago 2020, 15:29:28 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: joaoacreal@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JOÃO ANDERSEN CORTE REAL e Telefone celular *****2341, com hash prefixo 5655e2(...).
- 28 ago 2020, 15:29:29 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: julio.hofer@corsan.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JÚLIO ELOI HOFER e Telefone celular *****7070, com hash prefixo 3a0dbf(...).
- 28 ago 2020, 15:30:25 CARLA GOMES DA SILVA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****9618 (via token), com hash prefixo 63ca5d(...). CPF informado: 976.732.850-53. IP: 138.36.105.83. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 15:36:28 MOACIR JOSÉ GRIPPA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****6811 (via token), com hash prefixo 729094(...). CPF informado: 160.721.380-04. IP: 45.235.180.123. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 16:03:03 CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****0359 (via token), com hash prefixo e94302(...). CPF informado: 808.176.610-34. IP: 177.7.59.85. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 16:47:21 EVANDRO BREMM assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****8847 (via token), com hash prefixo ea41ff(...). CPF informado: 685.370.420-72. IP: 186.219.192.68. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 16:51:46 JOÃO ANDERSEN CORTE REAL assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****2341 (via token), com hash prefixo 5655e2(...). CPF informado: 292.989.200-59. IP: 179.187.75.37. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 17:27:12 ROSAURA CUNHA TEIXEIRA DE MELLO assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****6587 (via token), com hash prefixo a99f58(...). CPF informado: 424.330.530-72. IP: 143.208.151.66. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 5 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

- 28 ago 2020, 17:53:33 JÚLIO ELOI HOFER assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****7070 (via token), com hash prefixo 3a0dbf(...). CPF informado: 394.598.880-20. IP: 189.114.132.59. Componente de assinatura versão 1.73.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 ago 2020, 17:53:33 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 2d3e9556-2fe4-47d2-ba27-84f4a503011a.

Hash do documento original (SHA256): 76865cbf4f1229073d9918b161bc19be1c4ad06f8f76bb32b32cd57c5f41dc6b

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 2d3e9556-2fe4-47d2-ba27-84f4a503011a, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.





1º TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO DE REGISTROS DE PORTO ALEGRE

Av. Borges de Medeiros, 308 - 2º andar - CEP 90020-020 - Centro - Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 3211.3666
www.titulosedocumentos.com.br - titulosedocumentos@titulosedocumentos.com.br

Oficial: Bel. Pêrsio Brinckmann Filho



CERTIDÃO

Certifico que o presente documento, com 05 folha(s) numeradas, é copia fiel do documento arquivado e protocolado sob o nº 1754908, livro 91 A, à folha 150V e registrado em 13 de outubro de 2020, à(s) folhas(s) 172 F, sob o número de ordem 112048, no livro A número 297 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 13 de outubro de 2020.

Cláudio José Alves Dias-Escritor Autorizado

Total: R\$ 185,90 + R\$ 18,20 = R\$ 204,10
Certidão PJ (5 pgs): R\$ 46,00 (0449.04.2000001.03816 = R\$ 3,30)
Exame documentos: R\$ 42,40 (0449.04.2000001.03815 = R\$ 3,30)
Averbação PJ s/ fins econômicos: R\$ 63,10 (0449.04.2000001.03814 = R\$ 3,30)
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 14,40 (0449.03.1400001.48864 = R\$ 2,70)
Processamento eletrônico: R\$ 15,00 (0449.01.1900001.40029, 40031 a 40032 = R\$ 4,20)
Conf. Documento Público: R\$ 5,00 (0449.01.1900001.40030 = R\$ 1,40)



CERTIDÃO

LIVRO: 26
PAGINA: 100

ATA 776

Às nove horas do dia quinze de outubro de dois mil e vinte, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo, na modalidade virtual, estando presentes nesta reunião, através de videoconferência realizada por intermédio do aplicativo Zoom, os Conselheiros Titulares – Moacir José Grippa – Presidente, Evandro Bremm, Celionara Wiggers Piccini Guimarães e João Andersen Corte Real, os Conselheiros Suplentes - Delmir Marques Gonçalves, Natalício Cidnei Padilha de Oliveira, Daniel Sperb Porto que assumiu a titularidade na ausência justificada do Conselheiro Júlio Elói Hofer e Marcelo Jaques Paludo que assumiu a titularidade na ausência justificada da Conselheira Rosaura Cunha Teixeira de Mello, para tratar o que segue: **UM) POSSE DIRETORIA EXECUTIVA – DIRETOR FINANCEIRO:** O Presidente Moacir José Grippa abriu a reunião registrando um agradecimento especial ao Senhor Gilberto Valdez pela sua dedicação, responsabilidade e pelo excelente trabalho executado frente a Diretoria Financeira desta EFPC. Parabenizou também a gestão pelo empenho e dedicação. Registrou um cumprimento ao Diretor Saul Fernando Pedron que está ingressando na gestão como Diretor Financeiro, acrescentado que nosso objetivo maior nesta Fundação Família Previdência é sempre primar pelos interesses dos participantes e buscar uma excelente rentabilidade. O Conselheiro Evandro recordou que, se chegamos hoje até aqui com esse patrimônio, foi graças ao trabalho, empenho, dedicação e cuidado daqueles que estiveram à frente da gestão enquanto Diretores e Conselheiros desta Fundação. Registrando um agradecimento especial ao Diretor Valdez que, além de Diretor Financeiro, esteve à frente da Gerência de Investimentos por anos nesta EFPC. Disse estar à disposição, e que foi uma grata satisfação ter trabalhado com o Senhor Gilberto Valdez neste período. O Conselheiro Delmir agradeceu a parceria desses dois anos de gestão, que foi suficiente para perceber o comprometimento, liderança e experiência do Senhor Gilberto junto a equipe, meu reconhecimento e agradecimento por esse período, os resultados demonstram o trabalho. Disse ainda que será um grande desafio para quem está chegando na gestão. O Conselheiro João Corte agradeceu a convivência nesse período junto ao Senhor Gilberto. Recordando da importância de se reconhecer a prata da casa, as contribuições e experiências são muito enriquecedoras, citando o exemplo o Conselheiro Fiscal Ricardo Tortorelli. O Conselheiro Marcelo Paludo desejou sucesso ao Senhor Gilberto, parabenizando pelos resultados obtidos na gestão. A Conselheira Celionara disse que não conhecia o Senhor Gilberto Valdez, parabenizando pelo excelente trabalho, se colocando a disposição sempre que necessário. O Conselheiro Natalício também agradeceu a parceria e desejou sucesso na trajetória do Senhor Gilberto Valdez, registrando que concorda com o Conselheiro João Corte de sempre procuramos valorizar a prata da casa. O Conselheiro Daniel agradeceu pelo breve período de convivência, desejando boas vidas ao Diretor Saul Pedron. O Diretor-Presidente Rodrigo Sisnandes, recordou do desafio desta gestão quando chegou na Fundação, logo após um período da intervenção. Esta gestão juntamente com os Conselhos e técnicos da Fundação avançou muito neste período, agradecendo a parceria do Gilberto Valdez nos objetivos alcançados nos últimos anos. O Diretor Jeferson agradeceu a parceria, as críticas, as discussões e principalmente os resultados alcançados juntamente com o Gilberto Valdez neste período. O Senhor Gilberto Valdez agradeceu as manifestações de todos, registrando um agradecimento especial ao Presidente Moacir Grippa pela confiança de ter me colocado a frente desta Diretoria, agradeceu também aos demais Diretores pelo companheirismo, disse se sentir muito orgulhoso pelo fato de ter feito parte desta Gestão da Fundação Família Previdência, todo o patrimônio desta EFPC foi construído com muito cuidado pela área de investimentos. Agradeceu ainda, a todos os colegas Gerentes pela atenção, disponibilidade, responsabilidade e sustentação técnica para a tomada de decisões. Muito obrigado! Com a palavra, o Diretor Saul Pedron agradeceu ao Conselho pela confiança e aprovação do seu nome diante da Diretoria Financeira. Disse ainda, que é muito desafiador ocupar a cadeira desta Diretoria, e que pretende dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo conduzidos pelo ex-Diretor Gilberto Valdez, juntamente com a excelente equipe técnica de profissionais da casa. Agradeceu a parceria do Gilberto Valdez, disse ser seu colega, parceiro e amigo, foi um prazer tê-lo ao meu lado

ClickSign 9ad96fda-08e2-4d6b-ba58-fefda94949a5

1757222



continua na próxima página

Av. Borges de Medeiros, 308 – 2º andar- sl. 24 – Porto Alegre/RS, CEP.: 90020-020 – Fone: (51) 3211-3666

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO

continuação na página anterior, Registro nº 113413

LIVRO: 27
PÁGINA: 001

neste período, aprendi muito e espero continuar trocando ideias. Agradecendo, também, a parceria e confiança dos demais membros da Diretoria Executiva. Feitos os registros o Presidente Moacir Grippa, efetuou-se a leitura do termo de posse, a seguir transcrito: "TERMO DE POSSE Nº 61 - Às quatorze horas do dia quinze de outubro de dois mil e vinte, na sede da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, doravante intitulada Fundação Família Previdência, a partir da aprovação das alterações estatutárias ocorridas em 23-04-2019, situada na Rua dos Andradas, número setecentos e dois, nesta Capital, em reunião do Conselho Deliberativo, ata nº 776, apresentou-se o Sr. Saul Fernando Pedron, RG: 3007375644 SSP/RS, CPF: 262.943.030/87, Brasileiro, Engenheiro Elétrico, casado, filiação: Saul Pedron e Nadir Grimaldi Pedron, residente na Rua Francisco Ferrer, 206 - Porto Alegre/RS, e-mail: saulfpedron@hotmail.com, indicado pela Diretoria Colegiada do Grupo CEEE, através dos ofícios nº 086-2020-GP, datado de 19-06-2020, e nomeado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Família Previdência, em reunião realizada dia 25-06-2020, Ata nº 769, para tomar posse no cargo de Diretor Financeiro da Fundação Família Previdência, para cumprir um mandato determinado até 30 de junho de 2022, o que ocorreu com base nos atos constitutivos desta EFPC. Registra-se que o Dirigente acima referido cumpriu todos os requisitos estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 13, de 28-06-2019, estando devidamente habilitado pelo referido órgão fiscalizador, conforme atestado de habilitação nº 2020.473, de 09-10-2020. Registra-se, também, que o Dirigente tomou conhecimento e aceita os termos do Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Família Previdência, vigente nesta data. Foi então lavrado o presente termo de posse que, após lido e achado conforme, vai assinado pelo Presidente do Conselho Deliberativo desta Entidade, e pelo Dirigente supracitado. Porto Alegre, 15 de outubro de 2020." E, por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião às 15h30min, da qual eu, Adriana Espindola Reichmann, Secretária designada, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes e por mim.

Moacir José Grippa – Presidente

Evandro Bremm

Daniel Sperb Porto

Celionara Wiggers P. Guimarães

João Andersen Corte Real

Marcelo Jaques Paludo

Secretária

Adriana Espindola Reichmann

1757222



continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 113413










Dados e horários em GMT -03:00 Brasília
última atualização em: 29 de outubro de 2020, 15:45

acd_776-20201029154520.pdf

Documento número #d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5

Assinaturas

-  ADRIANA ESPINDOLA REICHMANN
Assinou
-  CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES
Assinou
-  EVANDRO BREMM
Assinou
-  MARCELO JACQUES PALUDO
Assinou
-  MOACIR JOSÉ GRIPPA
Assinou
-  JOÃO ANDERSEN CORTE REAL
Assinou
-  DANIELE SPERR PORTO
Assinou

Log

- 29 out 2020, 15:45:27 Operador com email assinador@eletroceee.com.br na Conta b50a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c criou este documento número d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5. Data limite para assinatura do documento: 28 de novembro de 2020 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 29 out 2020, 15:45:28 Operador com email assinador@eletroceee.com.br na Conta b50a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: adrianar@familiaprevicencia.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados Informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ADRIANA ESPINDOLA REICHMANN e Telefone celular *****4073, com hash prefixo c3e05b(...).
- 29 out 2020, 15:45:29 Operador com email assinador@eletroceee.com.br na Conta b50a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: cellonarawg@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES e Telefone celular *****3359, com hash prefixo e94302(...).

1757222



d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5

Página 1 de 3

Clicksign - 4039727-107-1-2643-54515-06552ab34

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 113413



Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Última atualização em 29 de outubro de 2020, 15:45

- 29 out 2020, 15:45:31 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: evandrob@ceee.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo EVANDRO BREMM e Telefone celular *****8847, com hash prefixo ea41ff(...).
- 29 out 2020, 15:45:32 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: marcelojp1983@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MARCELO JACQUES PALUDO e Telefone celular *****1079, com hash prefixo e533c7(...).
- 29 out 2020, 15:45:33 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: grippa@terra.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MOACIR JOSÉ GRIPPA e Telefone celular *****6811, com hash prefixo 729094(...).
- 29 out 2020, 15:45:34 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: joaoacreal@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JOÃO ANDERSEN CORTE REAL e Telefone celular *****2341, com hash prefixo 5655e2(...).
- 29 out 2020, 15:45:35 Operador com email assinadoc@eletroceee.com.br na Conta b60a13f5-b576-472d-9cae-bc03d260540c adicionou à Lista de Assinatura: porto0311@gmail.com, para assinar, com os pontos de autenticação: telefone celular (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo DANIEL SPERB PORTO e Telefone celular *****8813, com hash prefixo 8b5331(...).
- 29 out 2020, 15:52:53 MOACIR JOSÉ GRIPPA assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****6811 (via token), com hash prefixo 729094(...). CPF informado: 160.721.380-04. IP: 179.219.126.241. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 out 2020, 15:55:56 EVANDRO BREMM assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****8847 (via token), com hash prefixo ea41ff(...). CPF informado: 685.370.420-72. IP: 186.219.192.68. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 out 2020, 16:03:52 MARCELO JACQUES PALUDO assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****1079 (via token), com hash prefixo e533c7(...). CPF informado: 451.736.210-87. IP: 189.6.239.39. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 29 out 2020, 23:02:44 JOÃO ANDERSEN CORTE REAL assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****2341 (via token), com hash prefixo 5655e2(...). CPF informado: 292.989.200-59. IP: 177.18.157.9. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 30 out 2020, 13:05:05 ADRIANA ESPINDOLA REICHMANN assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****4073 (via token), com hash prefixo c9e09b(...). CPF informado: 650.685.640-87. IP: 138.36.105.83. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 01 nov 2020, 14:35:56 DANIEL SPERB PORTO assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****8813 (via token), com hash prefixo 8b5331(...). CPF informado: 709.629.360-49. IP: 187.116.60.185. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.



d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb7bfcc07e5

1757222

Página 2 de 3

Clicksign - 9ad3a7d3-45e4-40a8-b8-38f-8d6e5c1a5b61



continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 113413



Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Última atualização em: 29 de outubro de 2020, 15:45

02 nov 2020, 16:02:50

CELIONARA WIGGERS PICCINI GUIMARÃES assinou. Pontos de autenticação: telefone celular *****0359 (via token), com hash prefixo e94302(...). CPF informado: 808.175.610-34, IP: 200.102.243.230. Componente de assinatura versão 1.82.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

02 nov 2020, 16:02:52

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5.

Hash do documento original (SHA256): 93df3230d8ede8f2895bhe349fbc3350c5fbc989a1b89cb80144624db7493f

Este Log é exclusivo do, e deve ser considerado parte do, documento número d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.

1º TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO DE REGISTROS DE PORTO ALEGRE

Av. Borges de Medeiros, 308 - 2º andar - CEP 90020-020 - Centro - Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 3211.3666
www.titulosedocumentos.com.br - titulosedocumentos@titulosedocumentos.com.br
Oficial: Bel. Pêrsio Brinckmann Filho

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, com 03 folha(s) numerada(s), é reprodução fiel do documento arquivado e protocolado sob o nº 1757222, no Livro A-91 de protocolo, às fls 200 F, em 18 de dezembro de 2020, e registrado em 4 de fevereiro de 2021, à(s) folha(s) 098 f, sob o número de ordem 113413, no Livro A número 311 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2021.

André Luís Kuser-Registrador Substituto

Emol: Total: R\$ 184,50 + R\$ 16,80 = R\$ 201,30
Certidão PJ (05 páginas): R\$ 46,00 (0449.04.2000001.10397 = R\$ 3,30)
Exame documentos: R\$ 42,40 (0449.04.2000001.10396 = R\$ 3,30)
Averbação PJ s/ fins econômicos: R\$ 66,70 (0449.04.2000001.10395 = R\$ 3,30)
Microfilmagem/Digitalização: R\$ 14,40 (0449.03.1400001.50354 = R\$ 2,70)
Processamento eletrônico: R\$ 10,00 (0449.01.1900001.52151, 52153 = R\$ 2,80)
Conf. Documento Público: R\$ 5,00 (0449.01.1900001.52152 = R\$ 1,40)



d517b5dd-2801-426b-be73-8dfb761c07e5

Página 3 de 3

Clicksign 34036204-4464-4464-4464-4464-4464



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
096651 54 2021 00001335 94

Relatório da Entidade

Informações Básicas

CNPJ: 90.884.412/0001-24
Número do Processo: 00300.000116/2719-79
Razão Social: FUNDACAO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE
Nome Fantasia: FUNDACAO FAMILIA PREVIDENCIA
Natureza Jurídica PREVIC: INSTITUIDOR CLASSISTA
Data de Cadastro: 18/06/2008

Endereço

CEP: 90.020-004
Endereço: R DOS ANDRADAS 702
Número: -
Complemento: -
Bairro: CENTRO
Município: PORTO ALEGRE
Estado: RS
País: BRASIL
Telefone: 513027310530273
Fax: (51) 3228-5325
E-mail: GRCSECRETARIA@FAMILIAPREVIDENCIA.COM.BR
Site: WWW.FUNDACAOCEEE.COM.BR
Observações: -

Perfil da Entidade

Código: 0108-1
Sigla: FAMILIA PREVIDENCIA
Fundamentação Legal: LC 108 / LC 109
Tipo: SOCIEDADE CIVIL
Patrocínio Predominante: PÚBLICA MUNICIPAL
Qtd. Máx. de Diretores Executivos: 3
Qtd. Máx. de Conselheiros Fiscais: 4
Qtd. Máx. de Conselheiros Deliberativos: 6
Situação: NORMAL / EM FUNCIONAMENTO
Qualificação Quanto ao Número de Planos: MULTIPLANO
Data de Autorização: 21/12/1979
Data de Início do Funcionamento: 07/02/1980
Data de Encerramento: -
Número do Processo de Criação: 00300.000116/2719-79
Expediente de Comunicação de Início de Funcionamento: -
Outros Documentos disponível? Sim

Estatuto da Entidade

Data da Aprovação: 23/04/2019
Data Inicial de Vigência: 23/04/2019
Data Final de Vigência: -
Arquivo do Estatuto disponível? Sim
Quadro Comparativo disponível? Sim
Análise Técnica disponível? Sim
Tipo do Documento: PORTARIA PREVIC
Número do Documento: 320
Data do Documento: 23/04/2019

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021-2025



FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO SISNANDES PEREIRA

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

DIRETORIA FINANCEIRA

SAUL FERNANDO PEDRON

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

JEFERSON LUIS PATTA DE MOURA

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

GERÊNCIA DE INVESTIMENTOS

BERNARDO BAGGIO

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	6
2 ABRANGÊNCIA.....	7
2.1 Segregação de Ativos	8
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	8
3.1 Estrutura de Governança dos Investimentos	8
3.2 Atribuições e Responsabilidades do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	9
3.3 Processo Interno de Decisão	10
3.4 Estrutura de Gestão dos Investimentos	12
3.5 Processo de Gestão de Investimento	13
4 GESTÃO ESTRATÉGICA DE INVESTIMENTOS.....	14
4.1 Fundamentos da Gestão de Ativos Orientada pelo Passivo	14
4.2 Abordagem Quantitativa de Gestão de Ativos Orientada pelo Passivo	16
4.3 Estimativas de Retorno Esperado por Fatores de Risco	17
4.4 Índices de Referência por Segmento de Aplicação.....	17
4.5 Indicadores Macroeconômicos e de Mercado	18
4.6 Referenciais de Alocação de Investimentos por Segmento de Aplicação dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa	18
4.7 Rentabilidades Nominais Esperadas por Segmentos e Planos	23
5 GESTÃO DE RISCOS.....	27
5.1 Risco de Mercado.....	29
5.2 Risco de Liquidez	29
5.3 Risco de Crédito	29
5.4 Risco de Reinvestimento	30
5.5 Risco Operacional e Legal.....	30
5.6 Risco Proveniente do Uso de Derivativos.....	31
5.7 Risco Sistêmico	32
6 DIRETRIZES DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	33

6.1 Segmento Renda Fixa	33
6.1.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Renda Fixa	34
6.1.1.1 Gestão Interna	35
6.1.1.2 Gestão Externa	35
6.1.2 Limites para o Segmento Renda Fixa	36
6.1.2.1 Gestão Interna	36
6.1.2.2 Gestão Externa	38
6.2 Segmento Renda Variável.....	39
6.2.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Renda Variável ..	39
6.2.1.1 Gestão Interna	39
6.2.1.1.1 Empréstimo de Ativos.....	40
6.2.1.2 Gestão Externa	40
6.2.2 Limites para o Segmento Renda Variável	41
6.2.2.1 Gestão Interna	41
6.2.2.2 Gestão Externa	41
6.3 Segmento Estruturado	41
6.3. 1 Requisitos e Condições para Investimento no Segmento Estruturado.....	41
6.3.2 Limites para o Segmento Estruturado	42
6.4 Segmento Exterior.....	42
6.4.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Exterior	42
6.4.2 Limites para o Segmento Exterior	43
6.5 Segmento Imobiliário	44
6.5.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Imobiliário	45
6.5.2 Na alocação em ativos classificados nesse segmento devem ser observados os seguintes critérios e limites prudenciais:	45
6.6 Segmento Operações com Participantes	46
6.6.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Operações com Participantes.....	46
6.7 Outros Requisitos e Limites	46
6.7.1 Limites de Alocação por Emissor	46
6.7.2 Limites de Concentração por Emissor.....	47

6.7.3 Limites de Concentração por Investimento	48
6.7.4 Limites para Operações com Derivativos	48
6.7.5 Princípios de Responsabilidade Socioambiental e de Governança	49
7 ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	49
8 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE INVESTIMENTOS	50
8.1 Serviços de Custódia e Controladoria.....	50
8.2 Serviços de Gestão de Investimentos	51
8.3 Serviços de Corretagem	53
8.4 Administração de Imóveis	54
9 VIGÊNCIA	54
10 ANEXOS	54
10.1 Rentabilidade por plano e segmento de aplicação.....	54
GLOSSÁRIO	58

1 APRESENTAÇÃO

A Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, nome fantasia Fundação Família Previdência, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 90.884.412/0001-24, é uma entidade fechada de previdência complementar, instituída sob a forma de entidade civil, nos termos da legislação em vigor. Tem sede e foro no município de Porto Alegre/RS, sendo regida por seu estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios que administra e pela legislação em vigor.

A Entidade tem como objetivo a gestão de planos de benefícios de natureza previdenciária, em caráter complementar ao Regime Geral da Previdência Social. No que tange a gestão de investimentos, seu mandato consiste na constituição de reservas que visam garantir os fluxos de pagamento de benefícios previdenciários previstos nos regulamentos dos planos que administra.

Um investidor com essas características tem como principal propósito de investimento fazer com que as reservas técnicas dos planos de benefícios evoluam de forma a que possam suportar, numa perspectiva intertemporal, os compromissos atuariais assumidos, bem como os fluxos financeiros daí decorrentes.

Esta Política de Investimentos constitui um instrumento de gestão por meio do qual a estratégia, diretrizes e práticas de gestão dos investimentos da Fundação Família Previdência são estabelecidas, com vistas à manutenção das condições de solvência e ao atendimento das necessidades de liquidez intertemporal dos planos de benefícios administrados.

Representa também um compromisso de ação do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da Fundação, com a gestão dos recursos patrimoniais perante os participantes, os patrocinadores, instituidores e o órgão de fiscalização e supervisão (Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC).

Esse compromisso é aferido mensalmente nas reuniões ordinárias do Comitê Consultivo de Investimentos (CCI), bem como submetido à análise mensal do Conselho Fiscal, o qual é responsável pela verificação da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos à Política de Investimentos, ao estatuto da entidade e às normas em vigor.

No cumprimento do dever de transparência que está a cargo dos gestores das entidades fechadas de previdência complementar, a Diretoria Executiva fará a devida divulgação desta Política de Investimentos aos participantes, assistidos, instituidores e patrocinadores, bem como aos gestores de recursos, ao responsável pelos serviços de

custódia e controladoria de ativos e aos demais prestadores de serviço envolvidos no processo de gestão de recursos da Fundação Família Previdência.

Com esse mesmo objetivo, emitirá periodicamente relatórios dando conta das ações adotadas e dos resultados alcançados, possibilitando o maior e mais amplo acompanhamento da execução da Política de Investimentos que ora se estabelece.

2 ABRANGÊNCIA

A Fundação Família Previdência é responsável legal pela administração dos doze planos de benefícios, além do plano de gestão administrativa, abaixo relacionados:

Quadro 2.1 – Planos Administrados pela Fundação Família Previdência

Planos de Benefício Definido (BD)	
Plano Único da CEEE	CNPB ¹ : 1979.0044-47
Plano I da RGE	CNPB: 1979.0046-92
Plano II da RGE	CNPB: 1979.0043-74
Plano Único da CGTEE	CNPB: 1979.0045-11
Planos de Contribuição Definida (CD) Patrocinados	
CEEEPrev	CNPB: 2002.0014-56
CRMPPrev	CNPB: 2003.0013-11
Família Previdência Corporativo	CNPB: 2015.0009-92
CeranPrev	CNPB: 2016.0022-47
Foz do Chapecó Prev	CNPB: 2016.0023-11
Planos de Contribuição Definida (CD) Instituídos	
SENGE Previdência	CNPB: 2005.0003-29
SINPRORS Previdência	CNPB: 2008.0018-65
Família Previdência Associativo	CNPB: 2010.0042-56
Plano de Gestão Administrativa (PGA) – Registro CADPREVIC²: 997	

(1) Cadastro Nacional de Planos de Benefícios. (2) Cadastro de Entidades e Planos.

A presente Política de Investimentos é aplicável a todos os planos administrados pela Fundação Família Previdência, respeitados os limites de alocação estabelecidos para cada plano de benefícios e para o plano de gestão administrativa.

Em relação aos novos planos, seus recursos serão inicialmente alocados nas classes de ativos do segmento de Renda Fixa, tendo como referencial de mercado o CDI, até a revisão do estudo anual de ALM - *Asset Liability Management* posterior ao primeiro ano de existência do plano, ocasião em que serão também analisadas as estratégias de investimento para alocação dos seus recursos garantidores, as quais deverão constar na Política de Investimentos.

2.1 Segregação de Ativos

Conforme decidido pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, a Fundação Família Previdência passou a adotar, a partir de 01.01.2015, modelo de segregação de ativos com gestão multifundo. Tal prática tem por objetivo principal possibilitar que os recursos de investimentos dos planos de benefícios e administrativo sejam alocados de acordo com as suas especificidades e características individuais de suas obrigações, tendo em vista a manutenção do equilíbrio intertemporal entre os seus ativos e passivos.

A gestão multifundo possibilita a definição de políticas de investimento distintas para cada plano, cuja execução pode ser realizada por meio da gestão interna (carteiras de investimentos) e/ou por gestão externa (fundos de investimentos), preservando-se a independência em relação ao posicionamento adotado nos demais planos.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

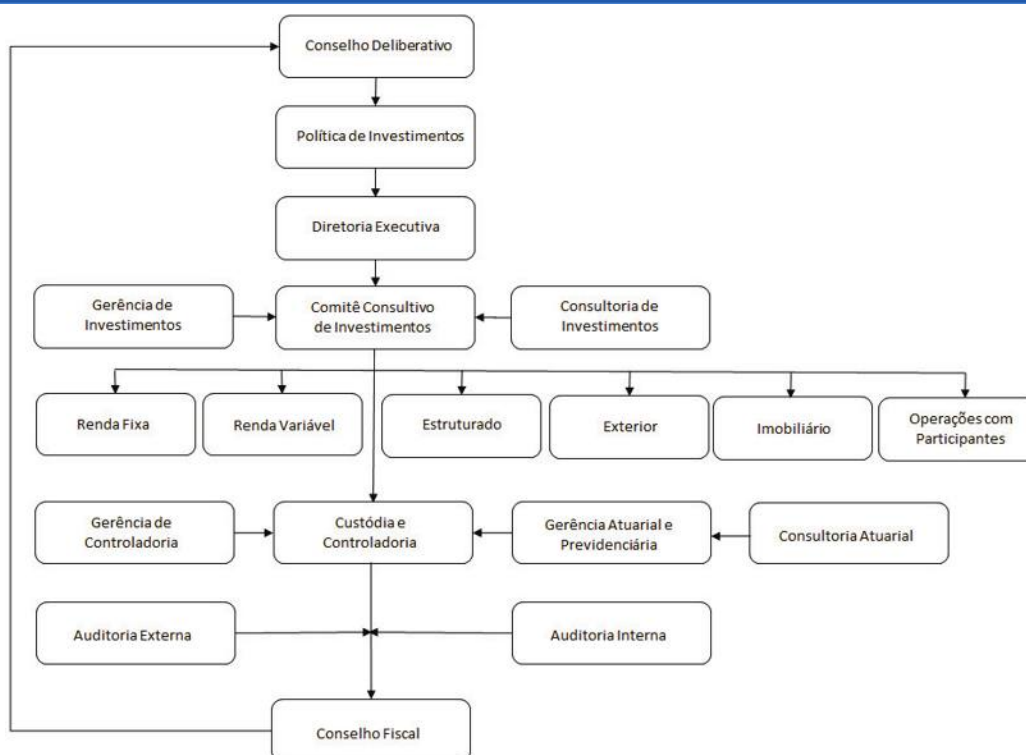
3.1 Estrutura de Governança dos Investimentos

A estrutura de governança dos investimentos compreende o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, cujas atribuições estão descritas na Lei Complementar nº 108/01 e no Estatuto Social da Fundação.

Também integra a estrutura de governança dos investimentos o Comitê Consultivo de Investimentos (CCI), que tem por finalidade qualificar o processo decisório relativo à gestão dos investimentos da Entidade, fornecendo sugestões e recomendações sobre as alternativas de investimentos à Diretoria Executiva, considerando as normas legais vigentes, as políticas e diretrizes definidas pelo Conselho Deliberativo e a competência decisória da Diretoria Executiva.

As regras, responsabilidades e objetivos associados ao funcionamento dos órgãos de governança citados acima são os seguintes: Estatuto Social, Regimento Interno do Conselho Deliberativo, Regimento Interno do Conselho Fiscal, Regimento Interno da Diretoria, Política de Alçada Decisória e Regimento Interno do Comitê de Investimentos.

A Fundação Família Previdência dispõe ainda de Código de Ética e Conduta que estabelece os padrões éticos e de comportamento, bem como valores morais que são aplicados aos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, Dirigentes, Participantes, Colaboradores do seu quadro funcional e Estagiários.



3.2 Atribuições e Responsabilidades do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Resolução CMN nº 4661/18, e suas alterações, e independentemente da responsabilidade solidária dos demais Administradores, a Fundação Família Previdência designa o Diretor Presidente como o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para os seguintes segmentos de aplicação previstos na referida Resolução, a saber: renda fixa, renda variável, estruturado, exterior, imobiliário e operações com participantes.

São atribuições do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):

- cumprir e fazer cumprir os princípios, limites e disposições desta Política de Investimentos;
- acompanhar o desempenho dos investimentos da Fundação;
- acompanhar a exposição das aplicações dos recursos da Fundação a riscos relacionados à gestão dos recursos garantidores, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 4661/18;
- zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos da Fundação;

- responder administrativa, civil e criminalmente pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos da Fundação, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações desses recursos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos administradores de recursos, Custodiante, Conselheiros e Diretores da Fundação, conforme disposições legais vigentes;
- ser responsável pela gestão de riscos; e
- propor alterações na presente Política de Investimentos.

3.3 Processo Interno de Decisão

O processo interno de decisão em relação às proposições de investimento estabelece as atribuições e alçadas do AETQ, da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.

Operacionalmente, o CCI recomenda as proposições à Diretoria Executiva que, por sua vez, delibera, exceto quando se tratar de operações que devem ser encaminhadas para a deliberação do CD, quais sejam: (i) investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 3% (três por cento) dos recursos garantidores¹, com base no último balanço anual disponível, anterior à proposição das aplicações de recursos; e (ii) aplicação em investimentos estruturados.

O CCI é coordenado pelo Diretor Financeiro ou seu substituto regulamentar e composto pelos seguintes membros com direito a voto: Diretor Financeiro, Gerente de Investimentos, Gerente de Controladoria, Gerente Financeiro e Contábil, Gerente Jurídico e Gerência Atuarial e Previdenciária. Os eventuais substitutos dos membros efetivos, com exceção do coordenador do CCI, serão definidos na 1ª reunião de cada ano, dentre os membros de sua Gerência e registrados em ata. Eventuais substituições posteriores poderão ocorrer, condicionadas ao registro em ata de reunião ordinária do CCI. As reuniões do CCI ocorrerão com, no mínimo, 4 (quatro) membros com direito a voto, sendo obrigatória a presença do Coordenador do CCI e do Gerente de Investimentos. São convidados, sem direito a voto, os demais membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, o corpo técnico da Gerência de Investimentos. O Diretor Financeiro, ou seu substituto regulamentar, terá voto de qualidade no Comitê Consultivo de Investimentos.

As propostas de assuntos das reuniões do CCI são enviadas pela Gerência de Investimentos (GIN) ao Diretor Financeiro, ou seu substituto regulamentar, para apreciação e aprovação da pauta.

¹ De acordo com o disposto no art. 2º da Resolução CMN nº 4661/18, os recursos dos planos administrados pela EFPC, denominados de recursos garantidores, são formados pelos “ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas como os patrocinadores”.

Todo o assunto proposto para ser pautado na reunião do CCI deve ser acompanhado de relatório técnico elaborado pelas áreas responsáveis, com recomendação de decisão, devidamente acompanhado dos relatórios de enquadramento e legal, expedidos pela Gerência de Controladoria e Gerência Jurídica, respectivamente, quando necessário. O relatório técnico poderá ser substituído por material de apoio em matérias que não envolvam decisões de investimento ou desinvestimento.

Após a aprovação, o Diretor Financeiro, ou seu substituto regulamentar, somente poderá incluir ou retirar assunto da pauta, desde que registre em súmula e ata a respectiva justificativa sendo que a Governança tomará ciência por meio da súmula.

É vedada a abstenção dos membros efetivos do CCI ou de seus substitutos nas votações, devendo os votos contrários às recomendações ser registrados em súmula e ata, com as devidas justificativas, para posterior envio das mesmas à Diretoria Executiva por meio de Súmula da Ata das Reuniões do CCI.

As ausências de membros efetivos e de seus substitutos com direito a voto nas reuniões do CCI devem ser justificadas e registradas em ata.

Somente poderão ser implementados novos investimentos formalmente recomendados pelo CCI e aprovados pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo, conforme a alçada de competência. Não serão reconhecidos como procedimentos formais para implementação de novos investimentos: e-mails, determinações verbais ou outra forma diferente da estabelecida nesta Política de Investimentos.

Havendo desenquadramento de qualquer investimento em relação à legislação específica e/ou Política de Investimentos, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo serão notificados pela Gerência de Relações Corporativas, independentemente dos relatórios periódicos enviados a estes órgãos. A Gerência de Controladoria é a responsável por informar à Gerência de Relações Corporativas e membros do CCI.

Os processos pautados neste item seguem também os regimentos contidos nas instruções de trabalho 2.07.00 – Planejamento de Investimentos e 2.08.00 – Operacionalização de Investimentos.

A GIN deverá proceder o monitoramento das instituições onde os recursos estão investidos, buscando propor soluções para possíveis e/ou efetivos desenquadramentos.

Nas situações em que a Entidade participar de comitês (de investimento, de *compliance* e outros) dos fundos investidos, a representação ocorrerá por meio de sua

pessoa jurídica por delegação expressa do Diretor-Presidente mediante aprovação da Diretoria Executiva, conforme Estatuto.

Todas as decisões apresentadas nos respectivos comitês, bem como nas assembleias gerais, deverão ser recomendadas pelo CCI e deliberadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, se for o caso.

Será obrigatória a participação da Fundação Família Previdência em Assembleia de investimentos, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, em que a Entidade detiver participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Investimento, excetuando-se fundos abertos não exclusivos, facultando a manifestação eletrônica ou presencial. No caso de Fundos disciplinados pela Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, as deliberações relativas às demonstrações contábeis do fundo que não contiverem ressalvas ou qualquer manifestação contrária do auditor independente, podem ser consideradas automaticamente aprovadas, independente de participação da Fundação Família Previdência, conforme disposto na referida Instrução, devendo ser realizado relato no Comitê Consultivo de Investimento.

Nas assembleias ou comitês das quais a Fundação se fizer presente com voto, poderá ser realizada manifestação a favor de cancelamento ou suspensão da assembleia com o objetivo de buscar maiores garantias ou melhores condições para a tomada de decisão. Uma vez manifestado o encaminhamento da Fundação neste sentido, deverá ser realizado relato do fato no Comitê Consultivo de Investimentos.

A certificação dos administradores, participantes do processo decisório, dos empregados que integram o Comitê Consultivo de Investimentos, bem como dos empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, deverá atender ao disposto no art. 5º da Resolução CNPC nº 19/2015 e no art. 3º da Instrução PREVIC nº 06/2017, e suas correspondentes alterações, da mesma forma quanto à mudança nos seus quesitos. A separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade é descrito em normativos internos da Fundação.

3.4 Estrutura de Gestão dos Investimentos

Além de manter estrutura própria de gestão, a Fundação Família Previdência optou por terceirizar, em parte, a gestão dos recursos financeiros em mercado, por entender que as instituições especializadas na administração de recursos de terceiros podem, na execução de algumas estratégias, oferecer expertise e resultados a uma economicidade e controle inalcançáveis por uma estrutura própria.

Esses gestores têm discricionariedade para realizar a seleção de ativos sujeitos a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, de acordo com o seu entendimento acerca das perspectivas quanto à valorização relativa dos mesmos (estratégia de formação de preço ótimo), observados as regras e os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos, na legislação em vigor e/ou respectivos regulamentos dos fundos que gerem.

Os imóveis e operações com participantes são geridos pela própria Fundação.

3.5 Processo de Gestão de Investimento

O processo de gestão de investimento da Fundação Família Previdência compreende as etapas de planejamento, execução e de monitoramento.

A etapa de planejamento consiste na identificação e especificação dos objetivos e restrições estabelecidos para cada Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa.

Os objetivos são expressos por parâmetros de risco e retorno esperado, considerando-se a existência de passivos atuariais, sendo que os objetivos de risco condicionam os objetivos de retorno esperado no âmbito de cada Plano de Benefícios e Administrativo.

As restrições envolvem as condições de liquidez, as características dos passivos, os fatores legais e regulatórios, bem como as circunstâncias particulares de cada plano.

Os objetivos de retorno e tolerância a risco, considerando as características de cada plano de benefícios e administrativo, além das restrições aplicáveis, são estabelecidos nesta Política de Investimentos, que fundamenta o processo de gestão de investimento.

A interação dos objetivos e restrições com as expectativas em relação ao comportamento dos ativos em mercado é representada nesta Política de Investimentos por meio da formulação da alocação estratégica de ativos, que compreende a participação alvo nas classes de ativos de interesse.

Na definição da alocação estratégica são utilizados estudos de *Asset Liability Management* – ALM com o intuito de identificar combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e liquidez de cada plano, além da diversificação dos investimentos.

As simulações geradas pelos estudos de ALM permitem ainda a definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos de interesse, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

Na etapa de execução são periodicamente avaliadas as condições de mercado e realizadas simulações para avaliar o impacto de diferentes cenários de mercado para o resultado do portfólio em diferentes horizontes de tempo.

Cabe destacar que a alocação do portfólio pode diferir intencionalmente e temporariamente da alocação estratégica em virtude de alterações nas condições de mercado, o que é denominado de gestão ou alocação tática.

A etapa de execução compreende ainda a seleção de ativos, que consiste na habilidade de selecionar ativos dentro de cada classe, o que é fundamentado por estudos de análise e avaliação microeconômica dos ativos de interesse, que no caso da Fundação Família Previdência, são realizados tanto pela gestão interna, quanto pelos gestores terceirizados.

Na etapa de monitoramento, é realizada a revisão e o rebalanceamento do portfólio com vistas a avaliar as exposições atuais em relação às oportunidades existentes e à Política de Investimentos, de modo que seja mantida aderência em relação aos objetivos e restrições.

4 GESTÃO ESTRATÉGICA DE INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos da Fundação Família Previdência está estruturada em três pilares interdependentes.

O primeiro deles é representado pela abordagem teórica e quantitativa aplicada à gestão de longo prazo, que tem por objetivo orientar a alocação estratégica de investimentos, entendida como a exposição nas diferentes classes de ativos passíveis de alocação, tendo em vista a existência de um passivo de natureza previdenciária.

O segundo pilar é constituído pelo permanente acompanhamento macroeconômico e de mercado, cujo propósito é orientar a alocação tática do portfólio, compreendido como os desvios em relação à alocação estratégica de investimentos.

Finalmente, a gestão de riscos integra o processo de gestão de investimentos, de modo a possibilitar a contínua verificação da aderência da gestão à expectativa de retorno esperado e à exposição a riscos admitidos.

4.1 Fundamentos da Gestão de Ativos Orientada pelo Passivo

O mandato da gestão de investimentos de uma entidade de previdência complementar consiste em fazer frente ao fluxo de pagamentos de benefícios de caráter previdenciário, representado pelo passivo atuarial do(s) plano(s) de benefício(s) que

administra, o que torna a gestão dos seus investimentos fundamentalmente diferente daquela aplicável ao patrimônio individual de um investidor comum.

O investidor comum geralmente toma suas decisões de alocação buscando maximizar a relação risco vs. Retorno esperado dos seus investimentos, levando unicamente em consideração as suas estimativas em relação ao comportamento esperado dos ativos e a sua tolerância a risco. Este modo de agir objetiva, via-de-regra, a preservação do seu patrimônio, tendo em vista a sua aversão individual a risco.

Sua excessiva sensibilidade aos resultados de curto prazo e ênfase na preservação patrimonial limitam sobremaneira o seu horizonte de investimento, comportamento este que é caracterizado na literatura de finanças como o de um investidor que apresenta horizonte de investimento de curto prazo.

Uma entidade de previdência complementar, por sua vez, à medida que administra planos de benefícios que estão expostos a passivos atuariais de longo prazo, apresenta, igualmente, horizonte de investimento de longo prazo. Um investidor com essas características, tem como principal objetivo, fazer com que os recursos sob sua gestão evoluam de modo que possam suportar, numa perspectiva intertemporal, os compromissos de caráter previdenciário assumidos no âmbito de cada plano de benefícios que administra.

Para fazer frente aos seus compromissos previdenciários, uma entidade de previdência complementar forma recursos garantidores, a partir do recebimento de contribuições e do resultado dos investimentos, em regime de capitalização. Ocorre que a necessidade de capitalizar os recursos garantidores a uma taxa de juros real acrescida de inflação expõe o passivo dos planos de benefícios que administra às variações dos retornos reais de ativos e às variações da taxa de inflação.

Em vista disso, com o propósito de reconhecer que o(s) passivo(s) estão expostos às variações de retornos reais de ativos e às variações de poder de compra, considera-se, para fins gerenciais, que os mesmos são sensibilizados pelas condições de mercado, o que é realizado por meio do mapeamento dos passivos em uma carteira de Títulos Públicos Federais indexados à inflação, tendo em vista o entendimento de que a curva de juros formada a partir das negociações destes ativos representa o ativo livre de risco para os investidores com horizonte de investimento de longo prazo. Ademais, além da curva de juros real soberana constituir referência para a precificação da estrutura temporal das taxas de juros reais da economia, também serve de parâmetro para a formação dos retornos reais dos demais ativos do mercado.

Como decorrência, para uma entidade de previdência complementar, a alocação de seus recursos de investimento em ativos indexados à inflação, cuja sensibilidade à taxa

de juros (duração) seja semelhante à do passivo do plano de benefícios que administra, tem por efeito imunizar, ao menos em parte, a exposição desse plano aos principais fatores de risco de mercado que o afetam.

Oportuno observar que, mesmo que negociados a taxas abaixo do mínimo atuarial, a alocação em ativos indexados à inflação, marcados a mercado, faz sentido para a proteção do passivo, devendo a diferença de remuneração, se existente, ser buscada em outras classes de ativos, conhecidos como ativos geradores de retornos, como aqueles classificados nos segmentos de renda variável e estruturado, dentre outros. Esses ativos, embora menos correlacionados com o passivo, apresentam expectativa de retornos superiores no médio e longo prazo, horizontes de investimento esses compatíveis com compromissos atuariais dos fundos de pensão.

Nesse contexto, entende-se, portanto, que a Entidade aumenta a exposição do resultado (ativos menos passivos) a risco, sempre que o portfólio perde aderência ao passivo, o que se justifica somente se o retorno esperado do resultado for compatível com a maior exposição a risco do portfólio. Como implicação, tal abordagem requer que se avalie, a qualquer tempo, a contribuição de cada ativo, tanto para o risco, quanto para o retorno esperado do portfólio.

Essa abordagem serve de referência gerencial para as decisões de investimento da Fundação Família Previdência, à medida que permite explicitar a relação risco vs. Retorno relevante para uma entidade de previdência complementar, que consiste na relação que se estabelece entre o retorno esperado do resultado vs. Risco do resultado, considerada a métrica que melhor sintetiza a relação entre seus ativos e suas obrigações previdenciárias.

4.2 Abordagem Quantitativa de Gestão de Ativos Orientada pelo Passivo

Com o propósito de orientar a sua alocação estratégica de investimentos, a Fundação Família Previdência utiliza uma abordagem quantitativa de alocação de ativos orientada pelo passivo (*Asset Liability Management – ALM*), fundamentada na moderna teoria de portfólio, compreendendo:

- a inferência dos retornos esperados implícitos de mercado, dos gestores e da Entidade, a partir de abordagem bayesiana;
- a consideração de passivo estocástico marcado a mercado na função objetivo do estudo de otimização; e
- a incorporação das restrições da legislação à Política de Investimentos.

4.3 Estimativas de Retorno Esperado por Fatores de Risco

Utilizando a abordagem de Black-Litterman², foram inferidos os vetores de excessos de retornos esperados, por fatores de risco, implícitos de mercado e implícitos na alocação dos portfólio dos planos, bem como o vetor de excessos de retornos combinado ou posterior, na data base 31.08.2020, conforme apresentado a seguir.

Quadro 4.3.1 – Excessos de Retorno Esperados por Fatores de Risco

Fatores de Risco	PRE_M	INFL_M	INFL_L	CURVA	SELIC/CDI	AÇÕES	EXT	FIM_E
Família Previdência								
Posição (% nocial)	0,9%	24,1%	20,1%	28,2%	3,8%	19,8%	0,0%	3,0%
Excesso retorno Implícito	0,28%	1,80%	2,10%	6,03%	0,01%	5,00%	0,05%	2,52%
Mercado								
Posição (% Nocial)	14,0%	9,2%	5,1%	0,0%	57,6%	11,9%	0,6%	1,6%
Excessos de Retorno Implícitos	0,38%	1,00%	1,68%	-0,04%	-0,01%	5,32%	-0,73%	1,00%
Excessos de Retorno Posterior	0,28%	1,61%	2,20%	6,03%	0,01%	5,80%	3,04%	2,51%

PRE_C = IRF-M 1; PRE_M = IRF-M; PRE_L = IRF-M 1+; INFL_C = IMA-B 5; INFL_M = IMA-B; INFL_L = IMA-B 5+; SELIC/CDI = IMAS; AÇÕES = IBX; EXT = MSCI World; FIM_E = IHFA

As estimativas dos excessos de retorno esperado são para o horizonte de um ano e estão expressas em relação ao CDI esperado.

4.4 Índices de Referência por Segmento de Aplicação

Foram definidos os seguintes índices de referência para os segmentos de aplicação aos quais a Fundação Família Previdência mantém exposição:

Quadro 4.4.1 – Índices de Referência por Segmento de Aplicação

Segmento	Índice de Referência
Renda Fixa	IMA-B 5+
Renda Variável	Ibovespa
Estruturado	IHFA ¹
Exterior	MSCI World Index
Imobiliário	INPC + 6% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 6% a.a.

¹ Índice de referência para os fundos multimercado estruturados.

² O modelo de Black-Litterman consiste em uma abordagem que possibilita tornar mais robustas, sob o ponto de vista estatístico, as estimativas de retorno esperado utilizadas nos modelos de alocação de ativos, à medida que permite ao investidor combinar as suas opiniões sobre retornos dos ativos de interesse, com os retornos de equilíbrio, obtidos implicitamente a partir da carteira de mercado.

4.5 Indicadores Macroeconômicos e de Mercado

O permanente monitoramento das condições macroeconômicas e de mercado tem o intuito de orientar a alocação tática do portfólio, caracterizada como possíveis desvios em relação à alocação estratégica, com vistas à agregação de valor ao longo do tempo.

Quadro 4.5.1 – Projeções de Indicadores Macroeconômicos – 2020 a 2024

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024
PIB					
Geral	-5,36	3,35	2,47	2,40	2,38
Agropecuária (%)	2,43	2,70	3,05	2,90	2,96
Indústria (%)	-6,18	4,13	2,75	2,59	2,51
Serviços (%)	-4,91	3,27	2,51	2,55	2,60
Setor Externo					
Exportações (US\$ bilhão)	205,09	220,31	241,11	258,34	267,25
Saldo Comercial (US\$ bilhão)	55,68	53,71	50,25	48,47	37,59
Saldo em Transações Correntes (US\$ bilhão)	-6,57	-15,43	-23,18	-33,47	-39,38
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhão)	53,70	66,66	74,52	75,41	79,62
Inflação					
IGP-M	11,77	4,21	4,03	3,86	3,82
IPCA	1,79	3,03	3,39	3,35	3,27
INPC	2,15	3,00	3,43	3,42	3,50
Câmbio					
Médio (R\$)	5,18	5,07	4,81	4,79	4,78
Final de Período (R\$)	5,23	5,01	4,81	4,80	4,81
Juros					
Média (% a.a.)	2,64	2,24	4,20	5,37	5,78
Fim de Período (% a.a.)	1,95	2,75	4,62	5,58	5,77

Fonte: Relatório de Mercado do Banco Central (31.08.2020).

4.6 Referenciais de Alocação de Investimentos por Segmento de Aplicação dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa

Tendo em vista o objetivo de atingir o equilíbrio intertemporal entre os ativos e as obrigações dos planos de benefícios e administrativo da Fundação Família Previdência, foi realizado estudo de *Asset Liability Management* – ALM, a partir da abordagem quantitativa descrita acima.

Tal estudo tem o propósito de servir de orientação para a definição da alocação estratégica de investimentos em cada segmento de aplicação, bem como para estabelecer os respectivos limites para a alocação tática de investimentos, conforme apresentado nos quadros abaixo.

Quadro 4.6.1 – Plano Único da CEEE

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	0%	57%	100%	100%
Indexada à Inflação	0%	55%	100%	100%
Não Indexada à Inflação	0%	2%	100%	100%
Renda Variável	0%	26%	40%	70%
Estruturado	0%	6%	20%	20%
Exterior	0%	7%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	2%	7%	15%

Quadro 4.6.2 – Plano I da RGE

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	40%	72%	90%	100%
Indexada à Inflação	37%	69%	85%	100%
Não Indexada à Inflação	1%	3%	20%	100%
Renda Variável	5%	14%	40%	70%
Estruturado	0%	7%	20%	20%
Exterior	0%	3%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	2%	7%	15%

Quadro 4.6.3 – Plano II da RGE

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	40%	69%	90%	100%
Indexada à Inflação	38%	67%	85%	100%
Não Indexada à Inflação	1%	2%	20%	100%
Renda Variável	5%	17%	40%	70%
Estruturado	0%	5%	20%	20%
Exterior	0%	4%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	3%	7%	15%

Quadro 4.6.4 – Plano Único da CGTEE

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	40%	58%	90%	100%
Indexada à Inflação	38%	55%	85%	100%
Não Indexada à Inflação	2%	3%	20%	100%
Renda Variável	5%	25%	40%	70%
Estruturado	0%	5%	20%	20%
Exterior	0%	7%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	3%	7%	15%

Quadro 4.6.5 – Plano CEEEPprev

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	0%	48%	100%	100%
Indexada à Inflação	0%	46%	100%	100%
Não Indexada à Inflação	0%	2%	100%	100%
Renda Variável	0%	31%	40%	70%
Estruturado	0%	7%	20%	20%
Exterior	0%	8%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	4%	15%	15%

Quadro 4.6.6 – Plano CRMPprev

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	56%	90%	100%
Indexada à Inflação	28%	41%	85%	100%
Não Indexada à Inflação	2%	15%	50%	100%
Renda Variável	5%	23%	40%	70%
Estruturado	0%	7%	20%	20%
Exterior	0%	6%	10%	10%
Imobiliário	0%	2%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	6%	10%	15%

Quadro 4.6.7 – Plano SENGE Previdência

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	90%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	40%	100%
Renda Variável	5%	21%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	4%	10%	10%
Imobiliário	0%	1%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.8 – Plano SINPRORS Previdência

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	95%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	60%	100%
Renda Variável	5%	21%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	4%	10%	10%
Imobiliário	0%	1%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.9 – Plano Família Associativo

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	90%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	50%	100%
Renda Variável	5%	22%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	4%	10%	10%
Imobiliário	0%	0%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.10 – Plano Família Corporativo

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	90%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	50%	100%
Renda Variável	5%	21%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	5%	10%	10%
Imobiliário	0%	0%	10%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.11 – Plano CeranPrev

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	90%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	60%	100%
Renda Variável	0%	21%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	5%	10%	10%
Imobiliário	0%	0%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.12 – Plano Foz Chapecó Prev

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	30%	66%	90%	100%
Indexada à Inflação	25%	51%	90%	100%
Não Indexada à Inflação	5%	15%	60%	100%
Renda Variável	5%	21%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	5%	10%	10%
Imobiliário	0%	0%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	10%	15%

Quadro 4.6.13 – Plano de Gestão Administrativa

Segmentos de Investimento	Referencial de Alocação			Limite Legal*
	Inferior	Estratégica	Superior	
Renda Fixa	40%	83%	100%	100%
Indexada à Inflação	30%	61%	85%	100%
Não Indexada à Inflação	10%	22%	60%	100%
Renda Variável	0%	8%	40%	70%
Estruturado	0%	8%	20%	20%
Exterior	0%	0%	10%	10%
Imobiliário	0%	1%	5%	20%
Operações com Participantes	0%	0%	0%	15%

4.7 Rentabilidades Nominais Esperadas por Segmentos e Planos

A partir dos limites estratégicos de investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa e das projeções de retornos nominais³ por segmento de aplicação, foram estimadas as seguintes rentabilidades nominais para os planos de benefícios e PGA administrados pela Fundação Família Previdência:

Quadro 4.7.1 – Plano Único da CEEE

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	57%	7,62%
Renda Variável	26%	9,70%
Estruturado	6%	6,41%
Exterior	7%	6,95%
Imobiliário	2%	6,32%
Operações com Participantes	2%	13,34%
Plano Único da CEEE	100%	8,15%
Meta Atuarial: INPC + 5,00% a.a.	-	8,15%

³ As rentabilidades dos ativos de investimento foram projetadas considerando-se os prêmios implícitos de mercado de cada ativo em relação ao CDI, estimados por meio do método de simulação Monte Carlo, a partir dos prêmios inferidos utilizando-se um modelo de Vetores Autorregressivos aplicado em uma janela de tempo (histórico de rentabilidades) que se inicia em setembro/2003 e vai até agosto/2019. Como projeções do CDI foi considerada a taxa de juros de 1 ano precificada na curva de juros do mercado de DI Futuro da BMFBovespa na data de 30.08.2019.

Quadro 4.7.2 – Plano I da RGE

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	72%	7,29%
Renda Variável	14%	9,70%
Estruturado	7%	6,41%
Exterior	3%	6,95%
Imobiliário	2%	6,36%
Operações com Participantes	2%	13,34%
Plano I da RGE	100%	7,64%
Meta Atuarial: INPC + 4,50% a.a.	-	7,64%

Quadro 4.7.3 – Plano II da RGE

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	69%	7,83%
Renda Variável	17%	9,70%
Estruturado	5%	6,41%
Exterior	4%	6,94%
Imobiliário	2%	6,36%
Operações com Participantes	3%	13,34%
Plano II da RGE	100%	8,15%
Meta Atuarial: INPC + 5,00% a.a.	-	8,15%

Quadro 4.7.4 – Plano Único da CGTEE

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	58%	7,96%
Renda Variável	25%	9,70%
Estruturado	5%	6,41%
Exterior	7%	6,94%
Imobiliário	2%	6,36%
Operações com Participantes	3%	13,34%
Plano Único da CGTEE	100%	8,36%
Meta Atuarial: INPC + 5,20% a.a.	-	8,36%

Quadro 4.7.5 – Plano CEEEPprev

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	48%	7,23%
Renda Variável	31%	9,69%
Estruturado	7%	6,41%
Exterior	8%	6,94%
Imobiliário	2%	6,40%
Operações com Participantes	4%	13,34%
Plano CEEEPprev	100%	8,15%
Índice de Referência CEEEPprev: 23% (IPCA+6,82%) + 2% (IMA-B) + 27% (IMA-B 5+) + 31% (IBOV) + 9% (IMA-S) + 8% (MSCI World)		

Quadro 4.7.6 – Plano CRMPprev

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	56%	5,52%
Renda Variável	23%	9,66%
Estruturado	7%	6,41%
Exterior	6%	6,97%
Imobiliário	2%	6,47%
Operações com Participantes	6%	13,34%
Plano CRMPprev	100%	7,13%
Índice de Referência: 8% (IPCA+8,72%) + 41% (IMA-B 5+) + 23% (IBOV) + 22% (IMA-S) + 6% (MSCI World)		

Quadro 4.7.7 – Plano SENGE Previdência

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,61%
Renda Variável	21%	9,75%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	4%	6,90%
Imobiliário	1%	7,86%
Operações com Participantes	0%	13,34%
Plano SENGE Previdência	100%	7,46%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 21% (IBOV) + 24% (IMA-S) + 4% (MSCI World)		

Quadro 4.7.8 – Plano SINPRORS Previdência

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,60%
Renda Variável	21%	9,75%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	4%	6,90%
Imobiliário	1%	7,98%
Operações com Participantes	0%	13,34%
Plano SINPRORS Previdência	100%	6,61%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 21% (IBOV) + 24% (IMA-S) + 4% (MSCI World)		

Quadro 4.7.9 – Plano Família Associativo

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,61%
Renda Variável	22%	9,70%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	4%	6,91%
Imobiliário	0%	8,03%
Operações com Participantes	0%	13,34%
Plano Família Associativo	100%	6,61%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 22% (IBOV) + 23% (IMA-S) + 4% (MSCI World)		

Quadro 4.7.10 – Plano Família Corporativo

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,60%
Renda Variável	21%	9,69%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	5%	7,01%
Imobiliário	0%	0,00%
Operações com Participantes	0%	0,00%
Plano Família Corporativo	100%	6,61%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 21% (IBOV) + 23% (IMA-S) + 5% (MSCI World)		

Quadro 4.7.11 – Plano Ceran Prev

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,61%
Renda Variável	21%	9,69%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	5%	7,01%
Imobiliário	0%	0,00%
Operações com Participantes	0%	0,00%
Plano Ceran Prev	100%	6,61%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 21% (IBOV) + 23% (IMA-S) + 5% (MSCI World)		

Quadro 4.7.12 – Plano Foz Chapecó Prev

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	66%	5,61%
Renda Variável	21%	9,69%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	5%	7,01%
Imobiliário	0%	0,00%
Operações com Participantes	0%	0,00%
Plano Foz Chapecó Prev	100%	6,61%
Índice de Referência: 51% (IMA-B 5+) + 21% (IBOV) + 23% (IMA-S) + 5% (MSCI World)		

Quadro 4.7.13 – Plano de Gestão Administrativa

Segmentos de Investimento	Alocação Estratégica	Rentabilidade Esperada
Renda Fixa	83%	5,24%
Renda Variável	8%	9,70%
Estruturado	8%	6,41%
Exterior	0%	6,95%
Imobiliário	1%	8,91%
Plano de Gestão Administrativa	100%	5,73%
Índice de Referência: 53% (IMA-B 5+) + 10% (IBOV) + 37% (IMA-S)		

5 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos tem por finalidade a instituição e o monitoramento de práticas, processos e rotinas visando o gerenciamento eficiente da exposição aos distintos

fatores de risco. Tais procedimentos consistem na identificação, mensuração e estabelecimento de controles, tendo em vista a aderência às regras e a mitigação dos riscos entendidos como mais relevantes. Na Fundação Família Previdência, o AETQ é o responsável pela gestão de riscos inerentes à gestão de investimentos.

A gestão de recursos implica necessariamente na assunção de riscos, os quais podem originar-se de diversos fatores, podendo estar sujeitos a distintos níveis de frequência e impacto.

Considerando-se que, no âmbito financeiro, a exposição a riscos tem como contrapartida a possibilidade de obtenção de retornos diferenciados, entende-se como essencial a adoção de práticas visando o gerenciamento eficiente da exposição aos distintos fatores de risco.

Os fatores de risco inerentes à gestão de recursos financeiros são comumente classificados em sete grupos principais, a saber:

- risco de mercado: associado à variação de preços de ativos em função de fatores macroeconômicos e de mercado;
- risco de liquidez: decorrente de desequilíbrios gerados pelo descasamento de fluxo de caixa, bem como pela incapacidade de se liquidar posições abertas;
- risco de crédito: advém de alterações na capacidade de pagamento de contrapartes;
- risco de reinvestimento: decorre da variabilidade das taxas de reinvestimento devido a alterações nas taxas de juros de mercado;
- risco operacional: resultante de falhas humanas, de processos ou de equipamentos;
- risco legal: associados ao descumprimento e/ou alterações das normas legais;
- risco sistêmico: risco de colapso do sistema financeiro em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras ou ruptura na condução operacional normal do sistema de pagamentos de um país.

A avaliação, controle e monitoramento permanente da exposição a riscos têm o propósito de possibilitar a contínua verificação da aderência da gestão à expectativa de retorno esperado e à exposição a riscos admitidos.

A seguir serão explicitadas as principais práticas adotadas pela Fundação Família Previdência visando ao controle e à minimização desses riscos.

5.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de perda advinda de flutuações nos preços de ativos financeiros decorrentes de alterações inesperadas em fatores de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e taxa de inflação.

A métrica de risco de mercado mais utilizada pelos agentes do mercado financeiro é o *Value at Risk* – VaR, a qual mede, em condições normais de mercado e dados certo nível de confiança e horizonte de tempo, a perda potencial máxima a que está sujeita uma determinada carteira de investimentos. Também são amplamente utilizadas as simulações de *stress* com o intuito de se projetar o impacto de situações atípicas de mercado no valor de mercado das carteiras.

A Fundação Família Previdência se utiliza dessas mesmas métricas para monitorar a exposição a risco de mercado de cada carteira e fundo individualmente e também do portfólio consolidado. Esse acompanhamento é realizado diariamente por cada um dos Gestores, Administradores e Custodiante.

5.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas subcategorias: liquidez de financiamento e liquidez de mercado.

O risco de liquidez de financiamento decorre de desequilíbrios gerados pelo descasamento de fluxo de caixa. A Fundação Família Previdência faz uso de estudos de *Asset Liability Management* – ALM com o intuito de compatibilizar a alocação de ativos com as necessidades de desembolsos do passivo.

O risco de liquidez de mercado advém da incapacidade de se liquidar posições abertas, em tempo hábil, na quantidade suficiente e a um preço justo. Tal situação pode ocorrer em função de mudanças abruptas das condições de negociação dos mercados nos quais os valores mobiliários integrantes das carteiras são negociados.

Mesmo considerando-se que os compromissos atuariais da Fundação Família Previdência sejam preponderantemente de longo prazo, a exposição a risco de liquidez de mercado é constantemente acompanhada por cada um dos Gestores de recursos contratados e monitorada pela Fundação, haja vista que pode afetar adversamente o preço e/ou rendimento dos ativos que compõem as suas carteiras.

5.3 Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como medida da perda potencial advinda da alteração na capacidade de pagamento de contrapartes, nos casos em que a

Fundação é credora. Essa categoria também engloba vários tipos de riscos, como o de inadimplência, de degradação, de garantia, de concentração e o risco soberano.

No segmento renda fixa, a Fundação Família Previdência adota política de baixo grau de exposição a risco de crédito, na medida em que opera, preponderantemente, com títulos de emissão soberana e corporativa classificados como de baixo risco de crédito.

No caso dos títulos privados de crédito alocados na carteira própria, o controle de risco é realizado com base em processo interno de análise, bem como em *ratings* elaborados por, no mínimo, uma agência de classificação de risco de renome internacional, sendo somente permitidas aplicações em títulos ou quotas de emissores que obtiverem, no mínimo, a classificação definida nesta política. No caso dos fundos exclusivos, requer a aprovação dos respectivos comitês de crédito dos gestores de recursos.

5.4 Risco de Reinvestimento

A exposição a compromissos atuariais de longo prazo torna o horizonte de investimento dos fundos de pensão igualmente longo. Conforme referido acima, o principal objetivo de um investidor com essas características é fazer com que os recursos sob sua gestão evoluam de modo que possam suportar, numa perspectiva intertemporal, os compromissos previdenciários assumidos.

A necessidade de capitalizar os recursos garantidores dos planos de benefícios que administram a uma determinada taxa de juros real acrescida de inflação sujeita os seus passivos às variações dos retornos reais de ativos e às variações da taxa de inflação. Em vista disso, a concentração de aplicações em títulos com prazo inferior ao das obrigações expõe esses investidores ao risco de reinvestimento.

Conforme já mencionado, a Fundação Família Previdência faz uso de estudos de *Asset Liability Management* – ALM com o intuito de compatibilizar a alocação de ativos com as necessidades de desembolsos do passivo, buscando minimizar a exposição ao risco de reinvestimento.

5.5 Risco Operacional e Legal

Os riscos operacionais decorrem de perdas potenciais advindas no caso dos sistemas, práticas e controles internos da Entidade e/ou dos gestores de recursos não serem capazes de resistir às falhas humanas, de processos ou de equipamentos.

O risco legal, por sua vez, resulta da possibilidade de perda decorrente da violação de marco legal ou regulatório, inclusive de contrapartes (crimes de “colarinho branco” e de “lavagem” de dinheiro, por exemplo).

A Resolução CGPC nº 13/04 estabeleceu os princípios de gestão, governança e controles internos a serem adotados pelas EFPC com o objetivo de minimizar os riscos de perda econômico-financeira e atuarial, em especial aqueles decorrentes de falhas de ordem operacional e legal.

A Fundação Família Previdência busca mitigar os riscos de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, incluindo o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Entidade, bem como de sucumbência a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a imputação de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição, por meio seguintes práticas:

- mapeamento dos processos que envolvem as operações de investimentos e manutenção da certificação ISO 9001/2015;
- segregação de funções de *front* e *back-office* por suas equipes técnicas;
- fornecimento, por parte do agente custodiante, de serviço de monitoramento de enquadramento dos investimentos em relação ao cenário legal e aos limites previstos nesta Política de Investimentos;
- o monitoramento, pela Gerência de Controladoria, do cumprimento dos limites pertinentes e cenário legal, para posterior envio às gerências, via intranet, as quais devem verificar possíveis implicações sobre seus procedimentos internos.

No que se refere à gestão de recursos, a contratação de instituições para a prestação de serviços é precedida de processo seletivo que contempla a realização de visitas técnicas (*due diligence*) com vistas à análise de informações, práticas, metodologias, processos e controles inerentes à gestão de investimentos dos gestores de recursos.

5.6 Risco Proveniente do Uso de Derivativos

Em termos gerais, os instrumentos derivativos consistem em contratos referenciados a um ativo-objeto, cujo valor é derivado e relacionado com o preço do ativo.

A Fundação Família Previdência mantém alocação em fundos de investimento exclusivos que realizam operações nos mercados de derivativos, tanto para hedge quanto para posicionamento, como parte de sua estratégia de investimento, com o propósito de aumentar a eficiência do portfólio. Estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas nos resultados dos mesmos, podendo ocasionar perdas patrimoniais.

Isto pode ocorrer em função dos preços dos derivativos dependerem de parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras, além dos preços dos respectivos ativos objeto no mercado à vista. Assim, mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, podem ocorrer variações nos preços dos derivativos, tendo como consequência o aumento de volatilidade de ativos.

O acompanhamento da exposição a risco de mercado é realizado diariamente pelos Gestores, Administradores e também pelo Custodiante da Fundação.

Também são verificados, para cada um dos fundos exclusivos e para o portfólio consolidado, os limites de alavancagem e de utilização de derivativos, conforme disposto no art. 30 da Resolução CMN nº 4661/18.

5.7 Risco Sistêmico

Na forma do art. 10º da Resolução CMN nº 4661/18, além dos riscos antes enunciados, as entidades fechadas de previdência devem também contemplar o acompanhamento do risco sistêmico.

O risco sistêmico consiste no risco de colapso do sistema financeiro – ou de parte relevante dele – em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras ou de ruptura na condução operacional normal do sistema de pagamentos de um país, com implicações negativas de grande magnitude para a sua economia. A globalização financeira aumentou a importância de se avaliar, monitorar e controlar o risco sistêmico, pois veio ampliar o conjunto de fatores e condições que lhe podem dar origem, bem exemplificado pelas crises do *subprime* e das dívidas soberanas na Europa.

No Brasil, o monitoramento do risco sistêmico é de responsabilidade do Banco Central, o qual, semestralmente, publica o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), que é o documento de referência sobre essa categoria de risco. Esse Relatório, nos dizeres do Banco Central, é destinado “a apresentar, com foco no risco sistêmico, os principais resultados das análises feitas sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), especialmente com respeito à sua dinâmica recente, às perspectivas para os próximos anos e ao grau de resiliência a eventuais choques na economia brasileira ou no próprio sistema”.

A Fundação Família Previdência acompanha atentamente os resultados apresentados nesse Relatório, bem como busca, na medida de suas possibilidades, estar constantemente informada sobre possíveis eventos que possam deflagrar situações de risco sistêmico.

6 DIRETRIZES DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4661/18, os recursos da Fundação Família Previdência poderão ser investidos nos seguintes segmentos de aplicação:

- renda fixa;
- renda variável;
- estruturado;
- exterior;
- operação com participantes;
- imobiliário.

O apreçamento dos ativos financeiros a serem adquiridos pela Fundação Família Previdência deve seguir a análise fundamentalista, mediante elaboração de relatórios pela equipe técnica da GIN, os quais deverão ser apreciados pelo CCI, para dar subsídios à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, nas decisões relativas a investimentos.

Na precificação dos ativos que compõem as carteiras e fundos exclusivos de investimentos devem ser seguidas as definições descritas no manual de apreçamento do agente custodiante.

Os limites estabelecidos abaixo não se aplicam aos investimentos realizados até o dia 31 de dezembro de 2020.

6.1 Segmento Renda Fixa

Este segmento de aplicação contempla a alocação de ativos expostos a risco de taxas de juros prefixadas, pós-fixadas e de índices de preços, bem como a risco de liquidez e de crédito.

O segmento tem como objetivo de rentabilidade a superação do Índice de Mercado da Anbima (IMA-B 5+) que representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos indexados ao IPCA (NTN-B) com prazos superiores a cinco anos.

Os investimentos nesse segmento serão realizados por meio da alocação em ativos de renda fixa e/ou cotas de fundos de investimento de renda fixa exclusivos e não exclusivos, podendo ser realizados investimentos nos seguintes ativos:

- operações compromissadas lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna;
- títulos da dívida pública mobiliária federal interna;

- ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras;
- cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que visem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;
- debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;
- cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
- cotas de fundos de investimento de renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, exclusivos e não exclusivos;
- cotas de fundos de investimento multimercado constituídos sob a forma de condomínio aberto, exclusivos e não exclusivos;
- cotas de fundos de investimento de renda fixa constituídos sob a forma de condomínio fechado;

Neste segmento de aplicação poderão ser realizadas operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais com a finalidade de fornecer a liquidez necessária ao cumprimento dos pagamentos de benefícios e também remunerar recursos transitórios à espera de uma alocação definitiva. Para esse mesmo fim, também poderá ser mantida alocação em fundos de investimento de renda fixa.

6.1.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Renda Fixa

Os investimentos nesse segmento serão realizados por meio de gestão interna e gestão externa.

Os investimentos no segmento renda fixa deverão, preponderantemente, ser alocados em títulos indexados à inflação, respeitando-se, para os títulos de emissão privada, os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

A precificação dos Títulos públicos federais poderá ocorrer pelos critérios “marcação a mercado” e “mantido até o vencimento”, nos termos da legislação vigente, não

impedindo que coexistam títulos precificados por esses dois critérios na mesma carteira.

6.1.1.1 Gestão Interna

Nos investimentos realizados pela gestão interna em que houver exposição a risco de crédito privado, a equipe técnica da GIN deverá propor ao CCI estimativa de prêmio mínimo sobre o ativo livre de risco com indexador semelhante e prazo médio aproximado, observando a respectiva classificação de risco do título.

A avaliação da exposição a risco de crédito deve seguir os seguintes procedimentos:

- na proposição de investimentos pela equipe técnica da GIN, deverá ser elaborado relatório técnico contemplando a análise econômico-financeira do emissor, bem como as condições e eventuais garantias do ativo; e, após a aquisição, deverá ser realizado o acompanhamento da situação econômico-financeira do emissor, com registro em reunião do CCI de eventuais alterações na percepção de risco de crédito dos títulos ou valores mobiliários;
- verificação da nota de crédito (*rating*) atribuída por agência de classificação de risco constante do quadro 6.1.2.1.2, na ocasião da emissão do título, bem como nas revisões posteriores, sendo dever da equipe técnica da GC informar à GIN mudanças no perfil de risco desses investimentos.

Na eventualidade de algum título ou valor mobiliário ser adquirido e/ou vendido no mercado secundário, o mesmo deverá ser negociado e registrado por intermédio de plataforma eletrônica.

A inclusão de ETFs de renda fixa pela gestão interna na carteira própria deve ser precedida da apresentação ao CCI de relatório elaborado pela equipe técnica da GIN, para posterior recomendação à Diretoria Executiva.

6.1.1.2 Gestão Externa

A gestão externa de renda fixa visa possibilitar a geração de alfa pela gestão ativa no segmento renda fixa, podendo ser realizada por meio da constituição de fundos de investimento classificados como renda fixa ou multimercado, exclusivos ou não exclusivos, mediante seleção de gestores através de processo quantitativo e qualitativo.

Conforme referido acima, poderá ser mantida alocação em cotas de fundos de renda fixa, exclusivos ou não exclusivos, que admitem a alocação em títulos de emissão pública e privada, com a finalidade de fornecer a liquidez necessária ao cumprimento

dos pagamentos de benefícios, bem como remunerar recursos transitórios à espera de uma alocação definitiva.

Eventuais alocações em cotas de fundos multimercado, exclusivos ou não exclusivos, enquadrados na Resolução CMN nº 4661/18, terão suas posições consolidadas com as posições dos ativos da carteira própria para fins de verificação dos limites estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

6.1.2 Limites para o Segmento Renda Fixa

Os investimentos no segmento renda fixa se submetem aos seguintes limites prudenciais.

6.1.2.1 Gestão Interna

O quadro abaixo apresenta os limites máximos de aplicação, considerando a soma dos recursos administrados pela Entidade, permitidos para a gestão interna em títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de uma mesma instituição financeira ou grupo econômico do qual participe, bem como por grupo de classificação, desde que esses limites não excedam o limite de concentração por emissor de 5% do patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira estabelecido no quadro 6.7.2.1.

Quadro 6.1.2.1.1 – Limites Máximos de Aplicação para Instituições Financeiras

Grupo de Classificação	Limites máximos por Instituição (R\$)	Limites Máximos por Grupo de Classificação (R\$)
1º ao 8º	R\$ 75.000.000,00	R\$ 150.000.000,00

Para a aquisição de títulos de dívida de instituições financeiras pela carteira própria, devem ser atendidos os seguintes critérios na data da proposição/operação:

- estar entre as 8 (oito) maiores instituições financeiras no *ranking* do Banco Central do Brasil (BCB) por ativo total, excetuando-se os Bancos de Desenvolvimento;
- apresentar Índice de Basileia igual ou maior do que 12,5%;
- apresentar *rating* de baixo risco de crédito, conforme critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos;
- elaboração de análise econômico-financeira do emissor, por meio de relatório técnico elaborado pela GIN, excetuados os investimentos em DPGE e CDBs, até o limite do FGC.

Tais critérios visam restringir a realização de investimentos somente naquelas instituições financeiras que apresentem relação risco vs. retorno entendida como

adequada, limitando a exposição a risco em instituições mais expostas ao ciclo econômico.

Também poderão ser considerados como critérios desclassificatórios na decisão de alocação, a ocorrência de evento corporativo posterior à divulgação do *ranking* do BCB; ou, ainda, a ocorrência de experiência desfavorável junto à Entidade.

Fora das condições acima, somente poderão ser incluídos na carteira de títulos de dívida de instituições financeiras, os ativos classificados como DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial) ou CDBs (Certificados de Depósito Bancário).

A DPGE permite aos bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, às sociedades de crédito, financiamento e investimento e às caixas econômicas, desde 1º de abril de 2009, captarem depósitos a prazo, sem emissão de certificado, com garantia especial a ser proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A principal condicionante para investimento em DPGE dar-se-á pela indexação do ativo em IPCA, devendo o mesmo apresentar diferencial de remuneração compatível, quando comparado com o ativo livre de risco.

A alocação de recursos por emissor em DPGE fica limitada ao montante tal que o valor projetado para ser recebido no vencimento não seja superior ao valor garantido, determinado pelo FGC. Neste hipótese, fica dispensada a elaboração de Relatório Técnico prévio, devendo ser relatada a ocorrência em reunião do comitê de investimentos.

Também dispensado de respeitar os limites do Quadro 6.2.1.1 poderão ser realizados investimentos em CDBs com indexação ao IPCA limitados ao montante garantido pelo FGC por CNPJ por instituição financeira, ficando dispensada a elaboração de Relatório Técnico prévio, devendo ser relatada a ocorrência em reunião do comitê de investimentos.

A alocação de recursos por emissor em CDB fica limitada ao montante tal que o valor projetado para ser recebido no vencimento não seja superior ao valor garantido pelo FGC.

Na aquisição de títulos ou valores mobiliários de renda fixa de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BCB, será utilizada a classificação de risco de crédito do emissor em escala nacional de longo prazo, de acordo com o quadro 6.1.2.1.2 abaixo. Para os demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa, será considerado, primeiramente, o *rating* da emissão e, no caso de não haver *rating* da

emissão, utilizar-se-á a classificação de risco de crédito do emissor ou o *rating* do mesmo em escala nacional, conforme o quadro 6.1.2.1.2.

Somente é admitida alocação em títulos considerados como de baixo risco de crédito, conforme *ratings* e agências de classificação constantes do quadro 6.1.2.1.2 abaixo, exceto no caso do mesmo possuir garantia integral, em seu valor presente, de órgão governamental de risco soberano ou do FGC, estando vedada a aquisição de títulos que não se enquadrem nesta categoria ou sem emissão de *rating*.

No caso de duas ou mais agências classificarem o mesmo ativo, será adotado o grau apresentado pela posição mais conservadora.

Quadro 6.1.2.1.2 – Agências e Notas de Classificação de Risco Admitidas

Agências de Classificação de Risco	Ratings em Escala Nacional considerados como Baixo Risco de Crédito
Fitch	<u>Longo Prazo</u> : AAA(bra), AA+(bra), AA(bra), AA-(bra), A+(bra), A(bra), A-(bra), BBB+(bra), BBB(bra), BBB-(bra) <u>Curto Prazo</u> : A1+(bra), A1(bra), A2(bra), A3(bra)
Moody's	<u>Longo Prazo</u> : Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br, Baa1.br, Baa2.br, Baa3.br <u>Curto Prazo</u> : P-1.br, P-2.br, P-3.br
S&P	<u>Longo Prazo</u> : brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-, brBBB+, brBBB, brBBB- <u>Curto Prazo</u> : brA-1+, brA-1, brA-2, brA-3

Na eventualidade de rebaixamento de algum título que a Entidade mantém em carteira própria, para a classificação de médio ou alto risco de crédito, a GIN deverá realizar análise do ativo em questão, bem como do seu respectivo emissor, devendo encaminhar relatório técnico ou material de apoio propondo alternativas para solução da situação ao CCI, se possível, na primeira reunião ordinária a se realizar após a verificação do desenquadramento. Após analisar a questão, o Comitê deverá encaminhar a sua recomendação para deliberação da Diretoria Executiva.

6.1.2.2 Gestão Externa

Em relação à alocação em fundos de renda fixa exclusivos de liquidez mencionados no item 6.1, são estabelecidos os seguintes critérios:

- É admitida a exposição superior a 50% (cinquenta por cento) da carteira em títulos de crédito privado, sem comprometer a liquidez diária, classificados como médio risco pelas agências de *rating* elencadas nesta Política de Investimentos;

- O emissor deve ser previamente aprovado pelo comitê de crédito do gestor do fundo de investimento, sendo vedada a aquisição de cédula de crédito bancário (CCB);
- No caso da compra de títulos de dívida de instituições financeiras, devem ser atendidos os seguintes critérios: patrimônio líquido da instituição igual ou maior a R\$ 4 bilhões, na última avaliação disponível do BCB; e Índice de Basileia igual ou maior do que 12,5%.

6.2 Segmento Renda Variável

O segmento renda variável é composto por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de companhias abertas, bem como ao risco de liquidez.

O segmento tem como índice de referência o Índice Bovespa - Ibovespa e como meta de rentabilidade superar o desempenho do mesmo no médio e longo prazo.

Nesse segmento poderão ser realizados investimentos nos seguintes ativos.

- ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações e certificados de depósito de valores mobiliários de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores;
- cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores;
- *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela CVM;
- cotas de fundos de ações constituídos sob a forma de condomínio aberto;
- cotas de fundos de ações constituídos sob a forma de condomínio fechado; e
- cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento exclusivo, sob a forma de condomínio aberto.

6.2.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Renda Variável

Os investimentos nesse segmento serão realizados por meio de gestão interna e gestão externa.

6.2.1.1 Gestão Interna

A gestão da carteira própria de ações, incluindo-se as cotas de ETFs, visa manter baixa exposição a risco relativo ao do índice de referência (*tracking error*), devendo

utilizar-se de abordagem fundamentalista na identificação de ativos subavaliados e/ou com elevado potencial de crescimento, cuja relação risco vs. retorno esperado justifique o distanciamento do *benchmark*.

A inclusão de ações e ETFs na carteira própria deve ser precedida de relatório elaborado pela equipe técnica da GIN e apresentação ao CCI, para posterior recomendação à Diretoria Executiva.

Alocações táticas em ações que integram o Índice Ibovespa e que não compõem a carteira própria de ações da Fundação Família Previdência poderão ser realizadas sem elaboração de relatório técnico prévio, devendo o mesmo ser elaborado e apresentado até a segunda reunião ordinária subsequente ao evento na hipótese de manutenção do ativo em carteira.

A Gerência de Investimentos deve acompanhar os eventos e fatos relevantes com potencial de influenciar o preço das ações que compõem a carteira própria e, semestralmente, elaborar relatório comentando os resultados, com encaminhamento do mesmo ao CCI.

As operações realizadas em carteira própria deverão ser realizadas por intermédio de Corretoras de Valores selecionadas a partir dos critérios expostos no item 8.3 desta Política de Investimentos.

6.2.1.1.1 Empréstimo de Ativos

Tendo em vista o objetivo da gestão de médio e longo prazo dos investimentos da Fundação Família Previdência, os ativos disponíveis da carteira própria de ações poderão ser utilizados para a operação de Empréstimo de Ativos, devendo as operações serem registradas na B3. Essas operações possibilitam incrementar o retorno obtido com a carteira, por meio do recebimento de taxa de remuneração dos empréstimos dos ativos pagos pelas contrapartes.

O Custodiante também poderá exercer a atividade de intermediação dessas operações, não descartando a possibilidade delas ocorrerem na estrutura interna, intermediadas pelas corretoras aprovadas pela Fundação Família Previdência para operar sua carteira própria.

6.2.1.2 Gestão Externa

A gestão externa de renda variável visa possibilitar usufruir da condição de diversificação de estratégias de investimento e geração de alfa pela gestão ativa no segmento de renda variável, podendo ser realizada por meio da constituição de fundos de investimento em ações (FIAs), exclusivos e não exclusivos, mediante seleção de

gestores que apresentem consistência na superação dos seus respectivos referenciais de mercado (*benchmarks*).

Poderá ser constituído fundo de investimento em Cotas de fundo de investimento (FIC) exclusivo ou fundo de investimento em ações (FIA) exclusivo, com vistas a possibilitar a consolidação da alocação em fundos de investimento em ações não exclusivos.

Para os fundos individuais que compõem o segmento, os benchmarks serão aqueles aos quais os fundos estiverem referenciados.

6.2.2 Limites para o Segmento Renda Variável

Os investimentos no segmento de renda variável se submetem aos seguintes limites prudenciais.

6.2.2.1 Gestão Interna

Os recursos alocados no segmento de renda variável poderão ser geridos internamente na carteira própria de ações, incluído as cotas de *Exchange Traded Funds* (ETFs).

As operações de empréstimo (aluguel de ações) ficam limitadas a, no máximo, 70% (setenta por cento) da quantidade disponível de cada ativo em carteira. O eventual desenquadramento deste limite deve ser regularizado pela Gerência de Investimentos em até 60 (sessenta) dias.

6.2.2.2 Gestão Externa

Os recursos alocados no segmento de renda variável poderão ser geridos externamente.

6.3 Segmento Estruturado

A alocação no segmento estruturado tem por objetivo possibilitar obtenção de ganhos oriundos da diversificação que favorecem a melhora da relação risco vs. retorno esperado do portfólio consolidado da Fundação, bem como a obtenção de retornos superiores à sua meta atuarial no longo prazo.

6.3. 1 Requisitos e Condições para Investimento no Segmento Estruturado

Nesse segmento são considerados os investimentos em:

- Cotas de fundos de investimento em participações (FIP);

- Cotas de fundos de investimento multimercado e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento multimercado⁴.

Os investimentos nesse segmento serão realizados visando a diversificação de estratégias de investimento, fatores de risco e estilos de gestão, a partir da seleção de gestores de recursos que apresentem consistência na superação dos seus respectivos referenciais de mercado, por meio da alocação em Fundos de Investimento em Multimercado Estruturados Não Exclusivos, cuja aplicação poderá ser realizada diretamente pela Fundação Família Previdência ou por intermédio da constituição de fundo de investimento em cotas de fundo de investimento (FIC) exclusivo.

6.3.2 Limites para o Segmento Estruturado

Na alocação em fundos de investimento em participações, devem ser observados os limites da legislação em vigor.

Na alocação em fundos multimercado, devem ser observados os seguintes critérios e limites prudenciais.

- Até 15% (quinze por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios poderão ser investidos em fundos de investimento multimercado e em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento multimercado classificados nesse segmento, limitado a 5% dos recursos garantidores de cada plano de benefícios por fundo de investimento.
- A alocação em cada fundo de investimento multimercado classificado nesse segmento não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FIM master, na estrutura *master-feeder*.

6.4 Segmento Exterior

A alocação neste segmento visa à obtenção de ganhos oriundos da diversificação que favorecem a melhora da relação risco vs. retorno esperado do portfólio consolidado da Fundação, à medida que possibilita a exposição a riscos associados ao desempenho de ativos e derivativos emitidos no exterior.

6.4.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Exterior

A Fundação poderá atuar neste segmento por meio da alocação em fundos de investimento ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento exclusivos e não exclusivos e *exchange traded funds* – *ETFs* constituídos no Brasil, sob gestão

⁴ De acordo com artigo 32 da Resolução CMN 4661/18, os investimentos efetuados por meio de fundos de investimento multimercado classificados no segmento investimento estruturado não são consolidados com as posições dos ativos da carteira própria e carteiras administradas, para fins de verificação dos limites estabelecidos na referida legislação e nesta Política de Investimentos.

terceirizada, que mantêm alocação em ativos emitidos no exterior, podendo se utilizar de proteção cambial.

É admitida a realização de investimentos nos seguintes ativos:

- Cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”;
- Cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;
- Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
- Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM.
- Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM;
- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM, não previstos nos itens anteriores.

6.4.2 Limites para o Segmento Exterior

Na alocação em fundos de investimento classificados no segmento exterior, devem ser observados os seguintes critérios e limites prudenciais:

- Até 10% (dez por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios poderão ser investidos em fundos de investimento classificados neste segmento;
- A alocação em cada fundo de investimento classificados neste segmento não deve ser superior a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios;
- A alocação em cada fundo de investimento classificado nesse segmento não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, com exceção dos fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “investimento no exterior”, que invistam, no

mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, cujo limite não deve ser superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior;

- Os ativos financeiros emitidos no exterior com risco de crédito que componham a carteira dos fundos de investimento constituídos no Brasil relacionados abaixo, devem ser classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia:
 - Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “investimento no exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM;
 - Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM;
- É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo “investimento no exterior” cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela CVM;
- É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo “Investimento no Exterior”;
- Os fundos de investimento constituídos no Brasil relacionados abaixo, somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice:
 - Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “investimento no exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela CVM, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

6.5 Segmento Imobiliário

A alocação no segmento Imobiliário terá como objetivo a superação da meta atuarial a médio e longo prazos.

Tendo em vista o estabelecido na Resolução CMN nº 4661/18, a Fundação Família Previdência manterá a estratégia de alienação dos atuais imóveis, tendo presente o

horizonte definido na mesma, bem como as condições de mercado e as expectativas de retorno.

Eventual nova exposição no segmento imobiliário será feita por meio de veículos e instrumentos do mercado de capitais, tais como fundos de investimento imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, tendo em vista a maior possibilidade de diversificação dos investimentos, a perspectiva de maior liquidez e melhor precificação, dado o desenvolvimento de um mercado secundário cada vez mais amplo para esses instrumentos, bem como sua maior economicidade com respeito aos custos de gestão de uma carteira própria de imóveis.

Nesse segmento poderão ser realizados investimentos nos seguintes ativos:

- Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII);
- Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).

6.5.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Imobiliário

Na eventualidade da remuneração obtida em mercado, decorrente de locação, estar abaixo da meta estabelecida, os imóveis poderão ser locados pelos valores praticados no mercado, cujos referenciais de preço serão provenientes de imobiliárias e/ou administradoras de imóveis.

Caberá ao CCI o estabelecimento dos valores dos aluguéis dos imóveis, bem como a análise relativa às propostas de compra e venda dos imóveis.

6.5.2 Na alocação em ativos classificados nesse segmento devem ser observados os seguintes critérios e limites prudenciais:

- Até 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios poderão ser investidos em fundos de investimento imobiliário;
- A alocação em títulos de emissão de companhias securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito apresentada na tabela 6.1.2.1.2, limitada a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios;
- A alocação em cada fundo de investimento imobiliário classificado nesse segmento não deve ser superior a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores de cada plano de benefícios.

6.6 Segmento Operações com Participantes

Os investimentos nesse segmento de aplicação visam à geração de retornos em nível superior ao índice de referência do segmento, por meio da concessão de empréstimos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela Fundação Família Previdência.

6.6.1 Requisitos e Condições para Investimentos no Segmento Operações com Participantes

As operações de empréstimos a participantes somente serão realizadas sob a forma de empréstimos simples e observarão os limites de concentração e de retorno estabelecidos pela Resolução CMN nº 4661/18 e alterações posteriores, sendo vedada a realização de operações de financiamento imobiliário.

O gerenciamento da carteira de empréstimos a participantes é de responsabilidade da Gerência Financeira e Contábil.

Os critérios de concessão bem como demais regramentos são estabelecidos em procedimentos internos específicos.

Definições e alterações de metodologias de cálculos de juros, índices de correção, prazos e taxas de administração para concessão de empréstimos a participantes serão propostas ao CCI pela Gerência Financeira e Contábil através de Relatório Técnico

6.7 Outros Requisitos e Limites

Além dos limites para os segmentos de aplicação definidos acima, a Fundação Família Previdência estabelece os seguintes limites de investimento, em conformidade com a Resolução CMN nº 4661/18 e suas alterações.

6.7.1 Limites de Alocação por Emissor

Os limites de alocação por emissor constantes do quadro abaixo são em relação aos recursos garantidores de cada plano de benefícios.

Quadro 6.7.1.1 - Limites de Alocação por Emissor

Emissor	Limites	
	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	30%	100%
Instituição financeira	0%	20%
Tesouro Estadual ou Municipal	0%	0%
Companhia aberta com registro na CVM	0%	3%
Organismo multilateral	0%	5%
Companhia securitizadora	0%	5%
Patrocinador do plano de benefícios ¹	0%	10%
FIDC	0%	5%
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0%	10%
FI / FIC classificado no segmento estruturado	0%	5%

¹ Para fins de verificação dos limites estabelecidos neste artigo, a EFPC deve computar o total de sua dívida contratada, o total do déficit equacionado e o total do déficit acumulado junto ao patrocinador do plano de benefícios, quando da aquisição de ativos financeiros de emissão da patrocinadora.

6.7.2 Limites de Concentração por Emissor

Os limites de concentração por emissor constantes do quadro abaixo são em relação ao patrimônio do emissor, considerando a soma dos recursos administrados pela Entidade.

Quadro 6.7.2.1 - Limites de Concentração por Emissor

Emissor	Limites	
	Mínimo	Máximo
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0%	5%
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE	0%	5%
% do patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira	0%	5%
% do patrimônio líquido de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0%	25%
% de patrimônio líquido de fundo de investimento multimercado classificado no segmento estruturado ¹	0%	15%
% de patrimônio líquido de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0%	15%
% do patrimônio líquido de fundos de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0%	15%
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0%	25%

¹ Considerando o patrimônio líquido do FIM master, na estrutura master-feeder.

² Considerando o patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior.

6.7.3 Limites de Concentração por Investimento

Os limites de concentração por investimento constantes do quadro abaixo são em relação ao patrimônio do emissor, considerando a soma dos recursos administrados pela Entidade.

Quadro 6.7.3.1 - Limites de Concentração por Investimento

Emissor	Limites	
	Mínimo	Máximo
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0%	25%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0%	25%

6.7.4 Limites para Operações com Derivativos

As operações devem ser registradas e negociadas no mercado de bolsa de valores ou de mercadorias e futuros.

Fica vedado a operação com derivativos em carteira própria.

Os fundos de investimento em que a Fundação Família Previdência mantém alocação poderão realizar operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura, tanto para *hedge* quanto para posicionamento, desde que não gerem possibilidade de perda superior ao valor do seu patrimônio líquido e que sejam registradas e negociadas no mercado de bolsa de valores ou mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia. Devem ser observados, ainda, os demais limites e vedações presentes na Resolução CMN nº 4661/18 e suas alterações posteriores, dentre os quais se destacam:

- os depósitos de margem estão limitados a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela *clearing*; e
- o valor total dos prêmios de opções pagos está limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira e ações pertencentes à carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Para fins de verificação dos limites estabelecidos acima, não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

6.7.5 Princípios de Responsabilidade Socioambiental e de Governança

Sem prejuízo da liquidez, rentabilidade, segurança, solvência e do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios que administra, a Fundação Família Previdência, quando possível, irá considerar nas análises de investimento os princípios de responsabilidade socioambiental e de governança.

7 ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

O acompanhamento da gestão de investimentos é realizado com periodicidade mínima mensal pelo CCI, o qual analisa a relação risco vs. retorno das carteiras, fundos e do portfólio consolidado. Este colegiado também realiza reuniões periódicas com os gestores com vistas à avaliação dos resultados alcançados.

A responsabilidade pelo acompanhamento interno e controles dos limites dispostos nesta Política de Investimentos e na legislação vigente é da Gerência de Controladoria, para posterior encaminhamento aos órgãos de gestão.

Havendo desenquadramento de qualquer investimento em relação à Política de Investimentos e à legislação vigente, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo serão notificados pela Gerência de Relações Corporativas, independente dos relatórios periódicos enviados a estes órgãos. A Gerência de Controladoria é a responsável por informar à Gerência de Relações Corporativas e membros do CCI.

A Fundação Família Previdência poderá, a qualquer momento, proceder à substituição de algum gestor contratado, sempre que julgar que o desempenho apresentado pelo mesmo seja insatisfatório ou entender estrategicamente conveniente.

O Conselho Fiscal da Fundação Família Previdência procede mensalmente à verificação da aderência da gestão de investimentos à Política de Investimentos e à legislação vigente, sendo de responsabilidade desse Órgão Estatutário a elaboração, ao final de cada semestre, de relatório conclusivo sobre a aderência da gestão de investimentos às diretrizes fixadas nesta política.

Os gestores de recursos assumem o compromisso de comunicar imediatamente à Fundação Família Previdência a ocorrência de qualquer fato relevante envolvendo os recursos sob sua gestão.

No caso de ocorrência de desenquadramento passivo, os gestores dos fundos exclusivos deverão apresentar à Fundação Família Previdência justificativas quanto às decisões a serem tomadas para reenquadramento dos mesmos.

No caso de ocorrência de desenquadramento ativo, entendido como a realização de investimentos em desconformidade com esta Política de Investimentos e/ou com a legislação vigente, as posições deverão ser imediatamente liquidadas pelos gestores dos fundos exclusivos e a Fundação prontamente ressarcida das perdas eventualmente incorridas.

A Fundação Família Previdência poderá contratar empresa especializada para prestação de serviços de consultoria de investimentos e assessoramento técnico com o intuito de dar suporte à tomada de decisões relacionadas à gestão dos recursos garantidores dos seus planos de benefícios, observado o disposto na Instrução de Trabalho de Contratação de Serviços, especialmente para a avaliação de desempenho dos planos e dos fundos, bem como para elaboração do *Asset Liability Management* (ALM).

8 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE INVESTIMENTOS

A Fundação Família Previdência deve possuir métodos objetivos de avaliação da capacidade técnica de seus prestadores de serviços, além de considerar o credenciamento regular pelo órgão regulador e demais devidos registros.

Cabe ressaltar que a Entidade não realiza operações com agentes autônomos.

Visando promover a segregação de funções, cujo propósito é minimizar a ocorrência de potencial conflito de interesses, a Fundação Família Previdência busca contratar, para a prestação dos serviços de administração de carteiras, instituições distintas daquela responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos fundos exclusivos. A eventual contratação de instituições integrantes do mesmo grupo econômico deve ser precedida de análise com vistas a avaliar se a estrutura empresarial, a segregação de atividades, práticas e processos são suficientes para mitigar situações de conflito de interesse. Nesta situação a GIN deverá atestar através de ações de “due diligence” a existência e efetiva ocorrência da segregação de funções.

Os prestadores de serviço e pessoas participantes do processo decisório da Fundação Família Previdência deverão sempre observar o Código de Ética da Entidade, em especial ao tocante ao Capítulo V que trata do Conflito de Interesses.

8.1 Serviços de Custódia e Controladoria

A custódia dos ativos dos planos de benefícios geridos pela Fundação será centralizada em um único prestador de serviços. O Banco Itaú S.A. é o atual

contratado, o qual é também responsável pelo encaminhamento de dados para a elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI), bem como pela identificação, controle e monitoramento de riscos de mercado e crédito, por meio do fornecimento de relatórios de risco de mercado, incluindo o cálculo do *Value at Risk* (VaR) e Testes de *Stress*, para cada uma das carteiras e fundos exclusivos e também para a carteira consolidada.

A eventual contratação de instituições para a substituição do prestador de serviços de controladoria e custódia deverá sempre ser precedida de processo seletivo, devidamente regrado através da IT de Contratação de Serviços, contemplando os seguintes critérios:

- reputação na prestação de serviços para investidores institucionais no Brasil;
- avaliação de potenciais conflitos de interesse entre os serviços de gestão de recursos e de custódia dos ativos da Fundação;
- estar entre os seis primeiros colocados no *ranking* da ANBIMA;
- qualidade do atendimento e das informações prestadas em relatórios gerenciais de risco e enquadramento;
- cumprimento de prazos;
- custo dos serviços, tendo a Entidade a obrigação de promover concorrência a cada 5 (cinco) anos.

Após realizada a seleção, deverá ser encaminhado o seu efetivo resultado para avaliação do CCI, para que esse faça a sua recomendação à Diretoria Executiva. Os termos aditivos decorrentes do contrato também serão analisados pelo CCI, para posterior homologação da Diretoria Executiva.

8.2 Serviços de Gestão de Investimentos

A Fundação Família Previdência busca promover a diversificação na prestação de serviço de gestão por entender que tal prática, além de agregar expertise à alocação, favorece a troca de conhecimento entre as equipes técnicas da Fundação e das gestoras de recursos.

A Entidade buscará investir em fundos de investimento cujos prestadores de serviços de gestão, administração e custódia estejam devidamente segregados por conglomerado financeiro, de modo a promover a segregação de funções, cujo propósito é minimizar a ocorrência de potencial conflito de interesses. A eventual contratação de instituições integrantes do mesmo grupo econômico deve ser precedida de análise com vistas a avaliar se a estrutura empresarial, a segregação de atividades,

práticas e processos são suficientes para mitigar situações de conflito de interesse. Nesta situação a GIN incluirá a avaliação da existência e efetiva ocorrência da segregação de funções na visita técnica (“*Due Diligence*”) descrita abaixo.

Como pré-qualificação para gerir recursos da Entidade, por meio de fundos de investimento, o conglomerado financeiro deverá possuir, sob sua gestão, de forma direta (não sendo considerados volumes geridos em co-gestão ou afins), volume mínimo de recursos de terceiros provenientes de quaisquer classes de fundos de investimento, de R\$ 2,5 bilhões, conforme dados divulgados pela ANBIMA. Na eventualidade de haver recursos em sede fora do território nacional, o volume mínimo a ser considerado será de US\$ 2,5 bilhão, considerando-se a soma dos montantes interno e externo, necessitando que seja apresentada fonte confiável que informe os respectivos volumes.

Não serão considerados, no cálculo do patrimônio mínimo sob gestão, os volumes oriundos de fundos que comprem fundos dentro do mesmo conglomerado.

Caso os volumes atualizados do conglomerado financeiro estejam em desacordo com a fonte supracitada, esta deverá informar os veículos que possuem recursos não integralizados, devendo ser computados somente o(s) anúncio(s) de encerramento de distribuição devidamente publicado(s) junto à CVM.

Para gerir recursos da Entidade por meio de fundos de renda fixa, ações e multimercado, a instituição deverá possuir, ainda, a gestão de produto similar no mercado brasileiro, que permita avaliação de performance objetiva por meio da realização de análise quantitativa de desempenho comparado com os demais gestores do mercado pertencentes às mesmas categorias de fundos, considerando-se indicadores de desempenho e de eficiência de gestão.

Além dos critérios descritos acima, também deverão ser analisados os seguintes aspectos qualitativos, a serem aferidos por meio de visita técnica (*due diligence*): práticas, metodologias, processos e controles inerentes à gestão de investimentos dos gestores de recursos, destacando-se a reputação na gestão de recursos de terceiros, a qualificação das equipes de gestão e de pesquisa, a qualidade dos sistemas de controle e de gestão de risco de mercado e de crédito, a eficácia dos métodos e serviços de *compliance* e das políticas corporativas, além dos custos dos serviços de gestão, incluindo taxas de administração. Também será considerado na análise o fato de a instituição possuir *rating* de gestão emitido por agência de classificação de risco. O processo de *due diligence* será realizado pela Fundação Família Previdência através da equipe técnica da GIN, podendo incluir outros envolvidos no processo, conforme regrado em Instrução de Trabalho.

A Entidade tem a obrigação de promover processo de seleção sempre que realizar investimento em fundos, exceto cotas de ETFs, devendo manter constante acompanhamento dos resultados dos gestores contratados.

As operações realizadas em ativos financeiros ligados a patrocinadores, fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico das patrocinadoras estão sujeitos à legislação vigente e aos limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

8.3 Serviços de Corretagem

A seleção de prestadores de serviços de corretagem para a gestão interna de investimentos da Fundação Família Previdência dar-se-á de acordo com, no mínimo, os seguintes critérios:

Quadro 8.3.1 – Critérios de Seleção de Corretoras

Critério de Seleção	Peso
Política de corretagem e rebate	20%
Eficiência e qualidade do <i>back-office</i>	20%
Volume anual operado (mercado à vista)	20%
Relatório de <i>buy-hold-sell</i>	10%
Relatórios setoriais e macroeconômicos	10%
Equipe de analistas e <i>research</i> econômico	10%
Mesa exclusiva para atendimento a clientes institucionais	5%
Base de clientes institucionais	5%

Para o disposto acima, com relação à política de corretagem e rebate, o percentual mínimo aceito será de 85% de desconto sobre os valores brutos de intermediação.

O processo seletivo, realizado pela Gerência de Investimentos, deve ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a contar da data de deliberação da Diretoria Executiva. A Fundação Família Previdência deverá manter, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 8 (oito) corretoras habilitadas para a execução de ordens, devendo haver diversificação entre instituições ligadas a conglomerados financeiros e independentes. Na ocorrência de alteração de controle da sociedade corretora, as operações com a referida corretora serão suspensas até que o credenciamento do adquirente seja reanalisado pelo CCI.

A GIN deverá encaminhar o processo seletivo ao CCI, para que esse recomende à Diretoria Executiva a indicação que entender pertinente.

8.4 Administração de Imóveis

O agente prestador dos serviços de administração dos imóveis integrantes das carteiras dos planos administrados pela Fundação Família Previdência será responsável pela operacionalização do processo de aluguel e alienação dos mesmos e sua contratação seguirá o rito definido na Instrução de Trabalho 4.07.00 – Contratação de Serviços, na qual está contemplado também o processo de seleção da empresa avaliadora dos imóveis.

9 VIGÊNCIA

Esta Política de Investimentos entrará em vigor, após sua aprovação, em 01 de janeiro de 2021.

10 ANEXOS

10.1 Rentabilidade por plano e segmento de aplicação

Quadro 10.1.1 – Plano Único da CEEE

Plano Único CEEE	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	21,22%	10,64%	12,41%	19,59%	7,00%	92,91%
Renda Variável	29,53%	27,48%	10,73%	33,48%	5,29%	156,95%
Estruturados	26,56%	-3,26%	-6,47%	-50,41%	-8,48%	-48,02%
Operações com Participantes	17,39%	15,10%	12,34%	12,90%	12,65%	93,05%
Imobiliário	2,21%	2,03%	5,52%	2,42%	8,30%	22,07%
Consolidado	14,34%	18,79%	9,27%	21,06%	6,70%	91,72%

Quadro 10.1.2 – Plano I da RGE

Plano I da RGE	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	20,76%	10,63%	12,41%	18,98%	7,05%	91,28%
Renda Variável	29,49%	27,48%	10,75%	33,47%	5,26%	156,85%
Estruturados	26,52%	-3,27%	-6,47%	-50,42%	-8,24%	-47,93%
Operações com Participantes	17,65%	14,44%	15,09%	11,72%	12,92%	95,49%
Imobiliário	2,18%	2,03%	5,64%	2,58%	8,32%	22,38%
Consolidado	17,40%	16,72%	11,34%	20,70%	6,14%	95,46%

Quadro 10.1.3 – Plano II da RGE

Plano II da RGE	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	18,38%	10,05%	11,80%	16,25%	8,11%	83,04%
Renda Variável	28,94%	27,49%	10,74%	33,48%	5,27%	155,78%
Estruturados	25,99%	-3,26%	-6,47%	-50,42%	-8,75%	-48,42%
Operações com Participantes	17,65%	14,12%	11,66%	10,90%	11,64%	85,62%
Imobiliário	1,74%	2,03%	5,63%	2,58%	8,34%	21,86%
Consolidado	15,23%	17,51%	10,43%	18,50%	6,97%	89,54%

Quadro 10.1.4 – Plano Único CGTEE

Plano Único CGTEE	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	19,09%	10,40%	11,96%	16,80%	8,45%	86,47%
Renda Variável	29,50%	27,48%	10,74%	33,48%	5,27%	156,89%
Estruturados	26,53%	-3,27%	-6,47%	-50,42%	-8,42%	-48,02%
Operações com Participantes	12,54%	15,72%	16,25%	13,18%	13,56%	94,58%
Imobiliário	2,18%	2,03%	5,62%	2,57%	8,33%	22,35%
Consolidado	16,63%	17,65%	8,94%	19,03%	7,49%	91,26%

Quadro 10.1.5 – Plano CEEEPprev

Plano Único CEEEPprev	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	21,30%	11,04%	12,74%	20,52%	6,89%	95,61%
Renda Variável	29,49%	27,48%	10,74%	33,58%	5,37%	157,30%
Estruturados	26,53%	-3,27%	-6,48%	-50,38%	-8,20%	-47,86%
Operações com Participantes	13,18%	15,22%	11,59%	8,83%	12,46%	78,11%
Imobiliário	2,18%	2,02%	5,68%	2,74%	8,43%	22,73%
Consolidado	21,44%	14,56%	11,18%	21,52%	6,61%	100,39%

Quadro 10.1.6 – Plano CRMPREV

Plano CRMPrev	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	22,70%	11,71%	13,58%	19,50%	6,79%	98,69%
Renda Variável	29,47%	27,53%	10,79%	33,08%	4,91%	155,39%
Estruturados	26,51%	-3,23%	-6,44%	-50,60%	-7,86%	-47,87%
Operações com Participantes	13,74%	15,30%	9,33%	9,54%	10,07%	72,88%
Imobiliário	2,16%	2,14%	6,06%	3,22%	8,66%	24,12%
Consolidado	23,35%	13,04%	12,91%	20,64%	7,02%	103,26%

Quadro 10.1.7 – Plano Senge Previdência

Plano Senge Previdência	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	22,03%	10,82%	10,36%	16,02%	5,86%	83,31%
Renda Variável	29,25%	25,97%	9,49%	31,90%	4,25%	145,12%
Estruturados	26,29%	-4,44%	-7,92%	-51,34%	-8,36%	-50,45%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	26,17%	26,17%
Imobiliário	n.a.	n.a.	5,37%	6,71%	12,78%	26,81%
Consolidado	23,59%	11,82%	9,99%	18,22%	5,56%	89,69%

Quadro 10.1.8 – Plano SINPRORS Previdência

Plano SINPRORS	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	21,44%	11,73%	11,03%	16,23%	7,32%	87,92%
Renda Variável	28,96%	26,85%	10,29%	32,83%	4,57%	150,58%
Estruturados	26,01%	-3,81%	-7,12%	-50,79%	-7,51%	-48,76%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-80,11%	-80,11%
Imobiliário	n.a.	n.a.	6,01%	7,53%	12,67%	28,43%
Consolidado	22,72%	12,42%	10,73%	17,79%	6,71%	92,01%

Quadro 10.1.9 – Plano FAMÍLIA Previdência Associativo

Plano Família Associativo	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	20,67%	11,38%	9,97%	14,56%	4,93%	77,67%
Renda Variável	28,58%	26,18%	9,96%	32,46%	4,38%	146,66%
Estruturados	25,64%	-4,46%	-9,16%	-55,49%	-14,60%	-58,55%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-14,66%	-14,66%
Imobiliário	n.a.	n.a.	6,28%	7,86%	11,98%	28,37%
Consolidado	21,68%	11,89%	9,60%	16,72%	4,54%	82,08%

Quadro 10.1.10 – Plano FAMÍLIA Previdência Corporativo

Plano Família Corporativo	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	11,65%	8,75%	9,23%	16,50%	5,12%	62,42%
Renda Variável	n.a.	n.a.	5,34%	32,65%	4,17%	45,56%
Estruturados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3,24%	3,24%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imobiliário	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Consolidado	11,65%	8,58%	8,94%	18,76%	4,97%	64,64%

Quadro 10.1.11 – Plano CERAN Previdência

Plano CERAN Previdência	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	7,36%	8,08%	16,08%	4,87%	41,25%
Renda Variável	n.a.	3,94%	32,50%	4,22%	43,53%
Estruturados	n.a.	n.a.	n.a.	3,30%	3,30%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imobiliário	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Consolidado	7,10%	7,92%	18,09%	4,95%	43,24%

Obs.: 1ª contribuição em fev/2017.

Quadro 10.1.12 – Plano FOZ DO CHAPECÓ Previdência

Plano FOZ DO CHAPECÓ Previdência	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	8,30%	7,87%	15,49%	5,54%	42,39%
Renda Variável	n.a.	3,94%	32,51%	4,16%	43,45%
Estruturados	n.a.	n.a.	n.a.	3,28%	3,28%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imobiliário	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Consolidado	8,12%	7,64%	17,56%	5,33%	44,10%

Obs.: 1ª contribuição em Jan/2017.

Quadro 10.1.13 – Plano de Gestão Administrativa

Plano PGA	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
Renda Fixa	23,37%	11,97%	12,28%	18,99%	6,91%	97,32%
Renda Variável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3,66%	3,66%
Estruturados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3,18%	3,18%
Operações com Participantes	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imobiliário	n.a.	n.a.	11,02%	13,86%	11,77%	41,29%
Consolidado	23,39%	11,92%	12,26%	18,99%	7,92%	99,07%

GLOSSÁRIO

ALM (*Asset Liability Management* – em inglês; *Gestão Responsável de Ativos* – em português): Metodologia que tem por base o passivo, combinada com o histórico de risco e retorno dos ativos e instrumentos financeiros, buscando, assim, determinar a melhor alocação dos recursos para o devido pagamento do referido passivo.

Ações: Valores mobiliários emitidos por Sociedades Anônimas, representativo de parcela do capital das companhias, representando a menor fração em que se divide o capital da companhia.

Aluguel de Ações (BTC – Banco de Títulos da CBLC): O aluguel de ações é uma operação na qual o investidor detentor das ações empresta suas ações para um tomador destas ações interessado em movimentar estes papéis. Em troca, remunera o detentor por uma taxa de aluguel. Esse detentor é chamado de doador do papel.

Análise Fundamentalista: Análise de mercados baseada nos fatores econômicos, dependendo de estatísticas, projeções, condições de oferta e demanda de bens e serviços e os fundamentos da economia e das empresas.

ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais): Associação resultante da união da ANBID e da ANDIMA, representando mais de 300 instituições associadas.

BDR (*Brazilian Depositary Receipts*): Certificado representativo de valores mobiliários emitido no Exterior.

Benchmark: Índice de referência que é utilizado para mensurar o desempenho de algum ativo ou instrumento financeiro. Normalmente são usados indicadores de mercado ou uma composição mista entre eles.

CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia): Empresa responsável pelos serviços de guarda centralizada, compensação e liquidação das operações realizadas nos mercados da BM&FBOVESPA.

CCB (Cédula de Crédito Bancário): Instituída pela medida provisória 1.925/1999, elevada a lei ordinária mediante a Lei nº 10.931/2004. É um título de crédito que pode ser emitido por pessoa física ou jurídica em favor de uma instituição financeira, representando uma promessa de pagamento, em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

Clearing: É uma câmara ou prestadora de serviços de compensação e liquidação de ordens eletrônicas, de transferências de fundos e de outros ativos financeiros, e principalmente de compensação e liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros, e de compensação envolvendo operações com derivativos.

CMN (Conselho Monetário Nacional): Órgão deliberativo máximo de cúpula do Sistema Financeiro Nacional.

CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários): Criados pela Lei Federal nº 9.514/1997. São títulos de longo prazo emitidos, exclusivamente, por uma companhia securitizadora, com lastro em um empreendimento imobiliário que pagam juros ao investidor. Sua distribuição, também, é regulamentada pela CVM.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários): Autarquia federal que disciplina e fiscaliza o mercado de valores mobiliários.

Debêntures: São, basicamente, um título representativo de dívida, em geral fundamentado apenas no crédito do emissor e documentado por um contrato chamado escritura de emissão. Pode ser considerado o mais antigo dentre os títulos de crédito privado, pois o texto básico que regula sua emissão é a Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs). A sua distribuição é regulamentada pela CVM.

DPGE (Depósito à Prazo com Garantia Especial): Criado através da Resolução CMN nº 3.692/2009, é um ativo sem emissão de certificado, registrado na CETIP, cujos emissores só podem ser instituições financeiras. Conta com garantia até o valor máximo de R\$ 20 milhões do total de crédito de cada aplicador contra a mesma instituição associada ao FGC.

Due diligence: Processo comumente realizado na sede de instituições e/ou companhias, com a finalidade de averiguar e validar informações repassadas pelas mesmas, sobretudo no que diz respeito aos procedimentos adotado e estrutura organizacional.

Duration: Medida que indica o prazo médio de um título, sendo que esse prazo médio normalmente é inferior ao prazo total, caso o título realize pagamento de cupons ao longo de sua vida.

Equipe de research: Equipe de analistas de bancos, corretoras de valores ou empresas de gestão de recursos de terceiros responsáveis por pesquisas de mercado, avaliações e projeções.

ETF (Exchange Trade Fund): Fundo de investimento em índice (Ibovespa, IBrX, entre outros), com cotas negociáveis em Bolsa, como se fossem ações. Busca obter desempenho semelhante a de determinados índices de mercado e, para tanto, sua carteira “replica” a composição desses índices.

FGV (Fundação Getúlio Vargas): É um centro de ensino de qualidade e excelência que dedica seus esforços ao desenvolvimento intelectual do país. Sua política de promoção e incentivo à produção e ao aperfeiçoamento de ideias, dados e informações faz da FGV uma das mais importantes instituições no cenário nacional e internacional, além de possibilitar a formação de cidadãos éticos, cientes de suas responsabilidades como agentes transformadores da sociedade.

FGC (Fundo Garantidor de Créditos): Constitui-se em uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado do Brasil, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, permitindo recuperar, até um limite máximo determinado, os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de sua falência ou liquidação.

FIA (Fundo de Investimento em Ações): Fundos que devem possuir na sua carteira, no mínimo, 67% em ações admitidas à negociação no mercado à vista de Bolsa de Valores ou entidade do mercado de balcão organizado. Regulado pela Instrução CVM nº 409/2004.

FIC FIA (Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações):

Fundos que devem possuir na sua carteira, no mínimo, 95% em cotas de FIAs.

FIC FIM (Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado):

Igualmente regulamentado pela Instrução CVM nº 409/2004. O conceito consiste do FIC FIM é de comprar cotas de fundos de mais de um segmento de aplicação, atribuindo a ele uma ampla disponibilidade de alocação de seus recursos, por exemplo: cotas de FIRF, FIRF CP, FIA, FII, dentre outros.

FIC FIP (Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações):

Fundos que devem possuir na sua carteira, no mínimo, 90% em cotas de FIPs ou FIEE (Fundo de Investimento em Empresas Emergentes).

FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios):

Estrutura legal classificada de acordo com a Instrução CVM 356/2001 e suas respectivas alterações. A principal finalidade deste tipo de Fundo é de adquirir direitos sobre créditos financeiros. Igualmente, a sua distribuição é regulamentada pela CVM.

FII (Fundo de Investimento Imobiliário):

Inicialmente regulamentado pela Lei nº 8.668/1993 e a Instrução CVM nº 205/1994, e atualmente pela Instrução CVM nº 472/2008. O FII é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários.

FIM (Fundo de Investimento Multimercado):

Regulamentado pela Instrução CVM nº 409/2004. Seu conceito consiste em aplicar os seus recursos em diferentes classes de ativos e instrumentos financeiros, por exemplo: títulos de renda fixa, ações, dentre outros.

FIP (Fundo de Investimento em Participações):

Fundo cuja estrutura legal é classificada de acordo com a Instrução CVM nº 391/2003, constituído sob a forma de condomínio fechado (com prazo de duração determinado). Destina uma parcela preponderante do seu patrimônio para a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias abertas ou fechadas.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas): Criada em 1973 para apoiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com destacada atuação nas áreas de pesquisa e ensino. Estuda os fenômenos econômicos e sociais com base no instrumental teórico e metodológico da Economia.

Front e Back Office: O *front office* é o responsável pelas atividades junto aos clientes, internos e externos, são os agentes de “frente”. O *back office*, também, é conhecido como o serviço de retaguarda, ou seja, aqueles que realizam as tarefas para assegurar a qualidade do trabalho do pessoal de *front office*.

Fundo de Condomínio Aberto: Fundo de investimento que não possui prazo de duração, ou seja, sua vida é indeterminada, sendo encerrado, normalmente, por meio de determinação de Assembleia Geral de Cotistas.

Fundo de Condomínio Fechado: Fundo de investimento com prazo de duração determinado, onde seus cotistas já possuem conhecimento desde o início do investimento.

Geração de Alfa: Significa que um ativo ou carteira de ativos superou a expectativa de rendimento prevista para ele.

Hedge (em inglês; proteção – em português): Estratégia pela qual investidores com intenções definidas procuram cobrir-se do risco de variações de preços desvantajosas para seus propósitos (investimentos).

IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade interna): Metodologia igual a do IGP-M, apurados no mês civil.

IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado): Calculado pela FGV, é uma média ponderada do IPA-FGV (60%), IPC-FIPE (30%) e INCC-FGV (10%), apurado entre o dia 21 e 20 de cada mês.

INCC (Índice Nacional da Construção Civil): Calculado pela FGV, apura a evolução dos custos no setor da construção civil, um dos termômetros do nível de atividade da economia. Período de coleta: INCC-DI, pesquisado entre o 1º e o último dia do mês de referência; INCC-M, entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência; INCC-10, entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Índice Bovespa (Ibovespa): O Índice Bovespa é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. A carteira teórica do Ibovespa é composta pelas ações mais negociadas nos doze meses anteriores à formação da sua carteira, não havendo limite mínimo ou máximo de quantidade de ativos.

Índice de Basiléia: Relação entre o patrimônio de referência de uma instituição financeira e o valor dos ativos ponderados pelo risco. É conhecido também como índice de solvência ou de solvabilidade de uma instituição financeira.

Índice de Sharpe: Relação entre dois valores, em determinado período, desenvolvida por Bill Sharpe. Mede o excesso de retorno de um investimento em relação ao seu risco.

Índice IBrX: Índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. Essas ações são ponderadas na carteira do índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis à negociação no mercado.

Índice IMA-B 5: Índice de Mercado ANBIMA composto pela participação de todas as NTN-B com prazo inferior a cinco anos.

Índice IMA-B 5+: Índice de Mercado ANBIMA composto pela participação de todas as NTN-B com prazo igual ou maior do que cinco anos.

Índice IMA-S: Índice de Mercado ANBIMA composto pelas Letras Financeiras do Tesouro – LFT, as quais possuem rentabilidade ligada à Taxa Selic efetiva.

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor): Suas premissas são idênticas ao IPCA, onde a única diferença está na população-objetivo do INPC, abrangendo as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 5 (cinco) salários-mínimos.

IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo): É o principal indicador de variação dos preços no Brasil, sendo o índice oficial pelo Governo Federal nas metas oficiais de inflação. Medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do dia 01 a 30 do mês de referência, abrange em seu universo as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos.

Letras Financeiras: Criada por meio da Medida Provisória 472/2009, convertida em Lei nº 12.249/2010 e regulamentada pelo CMN através da Resolução 3.836/2010. São títulos emitidos por instituições financeiras (bancos), que consistem em promessa de pagamento pelos mesmos. Similar ao CDB, porém não há recolhimento de depósito compulsório, da mesma forma que possui prazo mínimo de 24 meses, e com valor nominal unitário igual ou superior a R\$ 300 mil.

LFT (Letra Financeiro do Tesouro): Título do Governo Federal com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo. Rendimento pós-fixado, corrigido pela taxa de juros SELIC.

LTN (Letra do Tesouro Nacional): Título público de crédito, de natureza obrigacional, subscrito pelo Tesouro Nacional, emitido para cobertura de déficit orçamentário, bem assim para realização de operações de crédito por antecipação da receita, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo. Rendimento pré-fixado.

Marcação a Mercado: Metodologia de contabilização do valor de determinado ativo, usando a curva de juros do dia para trazer os fluxos a valores presentes e não a taxa original do papel.

Marcação na Curva (mantidos até o vencimento): Critério para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários pela taxa original do papel a partir do seu preço de aquisição.

Master Feeder: Estrutura utilizada para a constituição de fundos para diferentes tipos de clientes (pessoa física, estrangeiro, fundos de pensão, entre outros), onde existe um fundo de cotas diferente para cada tipo de investidor, e o fundo principal, onde são realizados os investimentos de fato, é “alimentado” pelos fundos de cotas.

Moderna Teoria do Portfólio: É, a partir da mensuração dos riscos, formar um portfólio de ativos que maximize a possibilidade de retorno para um dado nível de risco.

NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – Série B): títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com rentabilidade atrelada à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE) mais juro real precificado a mercado.

Opções: Ativo financeiro que confere ao seu comprador o direito de comprar ou vender um ativo-objeto (ação) a um preço determinado. Para o vendedor atribui uma obrigação futura, caso o direito seja exercido pelo comprador.

Plano BD (Benefício Definido): É aquele em que o valor da aposentadoria é estabelecido no momento em que o participante adere ao plano, e calculado com base em valores pré-fixados ou fórmulas estipuladas no regulamento. Para assegurar a concessão e a manutenção do benefício contratado, cálculos atuariais são feitos todos os anos, podendo alterar o valor dos depósitos mensais. O regime neste caso é de mutualismo, com uma conta coletiva e solidariedade entre os participantes. O recebimento da aposentadoria é vitalício.

Plano CD (Contribuição Definida): Nesse plano, o participante, ao invés de determinar o valor da aposentadoria, determina os aportes ao plano. O benefício futuro, assim, dependerá do período de contribuição e do valor das contribuições, além, claro, do rendimento conquistado pelos bancos responsáveis pela aplicação dos recursos. Na modelagem CD, cada participante tem sua conta.

Rating: Opinião independente de empresas especializadas sobre a capacidade do emitente de pagar o principal e os juros de determinado título de dívida emitido. É instrumento de medição de riscos e dos sistemas de garantias e cobertura desses riscos.

Relatório de *buy-hold-sell*: Relatório emitido por bancos, corretoras de valores ou empresas de gestão de recursos de terceiros nos quais indicam posicionamento de mercado em relação a determinado ativo, onde: *buy*, significa compra; *hold*, denota manutenção; e *sell*, indica venda.

SFN (Sistema Financeiro Nacional): É formado por um conjunto de instituições, financeiras ou não, voltadas para a gestão da política monetária do governo federal. O Banco Central do Brasil propõe uma subdivisão do Sistema Financeiro Nacional em 3 níveis, órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores financeiros.

Small caps: Ações chamadas de ações de “terceira linha”, que possuem menor capitalização que as companhias de “primeira linha”. Também se caracterizam pela sua menor liquidez (quantidade de negócios).

Taxa de performance: Remuneração cobrada pelo administrador de carteira ou de fundo de investimento, em função do desempenho da carteira. Normalmente cobrada sobre o que exceder determinado parâmetro (*benchmark*), fixado em norma legal, contrato de administração ou regulamento do fundo.

Teste de stress: Técnica de avaliação de desempenho das carteiras de ativos e passivos de uma organização em cenários diferentes, geralmente desfavoráveis.

Tracking error: Metodologia de avaliação de risco que avalia divergências não planejadas entre o valor da carteira de investimentos e o valor de um *benchmark*.

VaR (Value at Risk): Medida da probabilidade de perda de determinada aplicação em diversos cenários da economia. Medida monetária que avalia qual a perda máxima que uma carteira pode ter dentro de horizonte pré-determinado.

Volatilidade: Intensidade e frequência de variações bruscas da cotação de um ativo, índice, título ou valor mobiliário. Também pode ser interpretado como uma medida de risco que um fundo apresenta com relação às cotas diárias.



**Rua dos Andradas, 702
Centro Histórico – Porto Alegre – RS
CEP 90020-004**



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021-2025



FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA